

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ERICK RENAN XAVIER DE OLIVEIRA

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE
MATINHOS-PR SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL**

MATINHOS

2016

ERICK RENAN XAVIER DE OLIVEIRA

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE
MATINHOS-PR SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável – Linha de pesquisa: Socioeconomia e saberes locais.

Orientadora: Prof. Dr^a. Daniela Archanjo Resende

MATINHOS

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

048 Oliveira, Erick Renan Xavier de
As representações sociais do legislativo municipal de Matinhos-Pr sobre desenvolvimento territorial sustentável / Erick Renan Xavier de Oliveira; orientadora Daniela Archanjo Resende. -- 2016.
107 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Matinhos/PR, 2016.

1. Representações sociais. 2. Poder legislativo municipal 3. Litoral do Paraná (Brasil). 4. Desenvolvimento territorial sustentável. I. Dissertação (Mestrado) – Programa do Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável. II. Título.

CDD – 352.098162

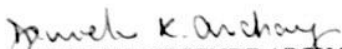


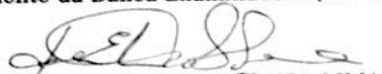
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor LITORAL
Programa de Pós Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL
Código CAPES: 40001016081P3

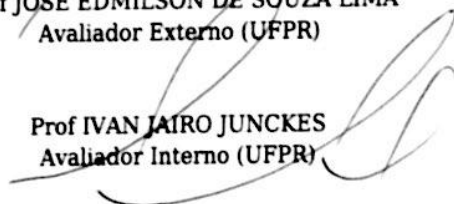
TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **ERICK RENAN XAVIER DE OLIVEIRA**, intitulada: "**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE MATINHOS-PR SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL**", após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO.

MATINHOS, 06 de Junho de 2016.


Prof DANIELA RESENDE ARCHANJO
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


Prof JOSE EDMILSON DE SOUZA LIMA
Avaliador Externo (UFPR)


Prof IVAN JAIRO JUNCKES
Avaliador Interno (UFPR)

Dedico esta dissertação especialmente a minha avó Cila (*in memoriam*), aos meus pais Claudemir e Margarete, aos meus irmãos (Gustavo e Rodrigo), sobrinhas e àqueles que compartilham dos meus prazeres e dissabores, meus amores Alexandre e Djuly.

À extensão familiar Santana e Xavier.

Também dedico esta obra à minha grande “mestre” e orientadora Daniela Resende Archanjo, pela partilha de conhecimentos e por me acolher de forma ímpar como orientando.

AGRADECIMENTOS

Ao desfrute da vida, da saúde e de tudo aquilo que me faz “ser” humano.

Aos meus pais, parentes e familiares que de alguma forma estiveram comigo durante esse percurso.

Aos meus amores Alexandre e Djuly.

Aos meus amigos do mestrado, especialmente, Maria Carolina (Carol) que foi parceira em todos os momentos dessa viagem, a Valéria pelas discussões e debates que me fizeram crescer como pessoa / pesquisador. A Solange pelas prosas e rodas que fizemos em casa.

Aos amigos queridos Marcelo, Alex, Nega e tantos outros que sempre estiveram presentes em momentos importantes da minha vida e também desta etapa.

Ao Programa de Desenvolvimento Territorial Sustentável e todoo corpo docente, em especial minha orientadora Daniela Resende Archanjo.

Aos vereadores de Matinhos-PR pela disposição de contribuir com o trabalho para que ele acontecesse.

À Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, em especial, ao prefeito Edgar Rossi, que me permitiu cursar o mestrado, afastado provisoriamente.

Por fim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para este trabalho.

“A pluralidade das vias de desenvolvimento
está mais do que nunca na ordem do dia”
(SACHS, 2007, p.264).

RESUMO

O tema desenvolvimento sustentável tem sido recorrentemente abordado no século XXI, foco de muitas pesquisas, discussões e abordagens. Embora haja um intenso debate, o termo por si só pode assumir diferentes significados nos diversos âmbitos da sociedade, visto que não há uma teoria que apreenda toda a sua complexidade. No âmbito político, esse discurso pode tomar corpo tanto nas falas quanto nas ações dos representantes políticos. Neste sentido, investigar como este grupo entende o desenvolvimento territorial sustentável pode abrir espaço para visualizar as diferentes formas de apropriação do termo e também verificar até que ponto este entendimento perpassa a sua fala, refletindo na sua atuação de forma prática. Para buscar essa compreensão, tomou-se como base a teoria das representações sociais nas perspectivas de Serge Moscovici, Denise Jodelet e Mary Jane Spink, tendo também a teoria do Ecodesenvolvimento de Ignacy Sachs como referencial do Desenvolvimento territorial sustentável. Os sujeitos, para esta pesquisa foram delimitados aos vereadores da cidade de Matinhos-PR, visto que sob o enfoque territorial (atores que estabelecem relação de poder no território) desempenham um papel importante na construção de políticas públicas/ou na legislação sobre o tema. Os objetivos centrais desta pesquisa foram: (i) verificar quais são as representações sociais dos vereadores sobre desenvolvimento territorial sustentável, apontando as suas divergências e similitudes e; como dialogam em relação à teoria do Ecodesenvolvimento de Ignacy Sachs; (ii) verificar em que medida há aproximação entre estas representações sociais e a produção legislativa dos vereadores, entendida como dimensão prática (da ação) dos sujeitos como atores sociais no território. A metodologia valeu-se de instrumento qualitativo para apreensão das representações sociais (e práticas legislativas) em forma de roteiro semiestruturado aplicado nas entrevistas em campo junto aos (nove) vereadores e da técnica da observação das sessões legislativas (outubro e novembro/ 2015). Além destes, fez-se o levantamento da produção legislativa dos anos de 2013 e 2014 como instrumento de correlação entre as representações e a prática dos sujeitos. Para realizar o diálogo entre as representações sociais e a literatura, foram utilizadas as dimensões de sustentabilidade de Sachs, oriundas da teoria do Ecodesenvolvimento com pequenas adaptações. Como resultados desta pesquisa evidenciou-se que os vereadores de Matinhos-PR (legislatura 2013-2016) têm suas representações sociais pautadas principalmente em questões como turismo e meio ambiente. As representações sociais dos sujeitos nesta pesquisa apresentaram pouca correlação com a produção legislativa analisada, embora tenham citado algumas das medidas que reconhecem como desenvolvimento territorial sustentável. O diálogo com a literatura demonstrou correlações (de similitude e divergência) com as dimensões de sustentabilidade econômica (turismo) e ecológica (preservação, reciclagem, educação ambiental).

Palavras-chaves: Representações sociais. Poder Legislativo municipal. Desenvolvimento Territorial Sustentável.

ABSTRACT

The theme of sustainable development has been recurrently addressed in the twenty-first century, focus of much research, discussions and approaches. Although there is intense debate, the term itself can have different meanings in different areas of society, since there not exist a theory that explicated all its complexity. Politically, discourse can take shape both in the words and in the actions of political representatives. In this sense, to investigate how this group understands sustainable territorial development can open space to see the different forms of ownership of the term and also check to extent this understanding permeates his speech, reflecting on their performance in a practical way. To get this understanding, it took as a basis the theory of social representations in perspective of Serge Moscovici, Denise Jodelet and Mary Jane Spink also having Ecodevelopment theory of Ignacy Sachs as a benchmark for sustainable territorial development. The subjects for this study were limited to city alderman of Matinhos-PR, as on the territorial approach (actors that establish power relationship in the territory) play an important role in building public policies / or legislation on the subject. The main objectives of this research were: (i) verify what are the social representations of the city alderman on sustainable territorial development, pointing out their differences and similarities and; as dialogue regarding Ecodevelopment theory of Ignacy Sachs; (ii) to verify to what extent there is an approximation between these social representations and the legislative production of aldermen, understood as practical dimension (action) of the subjects as social actors in the territory. The methodology drew on qualitative tool for apprehension of social representations (and legislative practices) in the form of semi-structured applied in the interviews in the field with the (nine) councilors and the observation technique of legislative sessions (October and November / 2015). Besides these, there was the lifting of the legislative production of the years 2013 and 2014 as a correlation tool between the representations and practice of the subjects. To carry out the dialogue between social representations and literature, we used the Sachs sustainability dimensions arising from the Ecodevelopment theory with minor adaptations. As a result of this research showed that the councilors of Matinhos-PR (2013-2016 legislature) have their social representations guided mainly on issues such as tourism and the environment. The Social representations of the subjects in this study showed little correlation with the analyzed legislative production, although they quoted some of the measures that recognize as sustainable territorial development. The dialogue with the literature showed correlations (of similarity and divergence) with dimensions of economic sustainability (tourism) and ecological (conservation, recycling, environmental education).

Keywords: Social representations. Power City Council. Sustainable Territorial Development.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - ANÁLISE DA PRODUÇÃO LEGISLATIVA PELAS DIMENSÕES DE SUSTENTABILIDADE DE SACHS.....	49
---	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - EVOLUÇÃO DO TERMO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS.....	17
QUADRO 2- CARACTERÍSTICAS DO ECODESENVOLVIMENTO.....	19
QUADRO 3 - AS DIMENSÕES DE SUSTENTABILIDADE.....	22
QUADRO 4 - VEREADORES REELEITOS NA CIDADE DE MATINHOS - PR (MANDATOS DE 2009 E 2013).....	31
QUADRO 5 - CARACTERÍSTICAS DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL.....	43
QUADRO 6 - CARACTERÍSTICAS DA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA.....	45
QUADRO 7 - CARACTERÍSTICAS DA SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA.....	46
QUADRO 8 - CARACTERÍSTICAS DA SUSTENTABILIDADE ESPACIAL.....	47
QUADRO 9 - CARACTERÍSTICAS DA SUSTENTABILIDADE CULTURAL.....	48

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
REVISÃO DE LITERATURA / FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL	15
2.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	23
2.3 FEDERALISMO NO BRASIL, AUTONOMIA E OS MUNICÍPIOS	26
2.3.1 PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL.....	29
2.3.1.1 Município de Matinhos-PR.....	30
2.3.1.2 Perfil dos vereadores do município de Matinhos	31
METODOLOGIA	34
3.1 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DA PRODUÇÃO LEGISLATIVA.....	34
3.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL	38
3.2.1 Construção do Instrumento de Coleta de Dados	38
3.2.2 Categorização e Análise	39
3.3 CONSTRUÇÃO DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL.....	42
RESULTADOS	49
4.1 PRODUÇÃO LEGISLATIVA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL	49
4.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
ANEXOS E APÊNDICES	91
ANEXO 1 – ROTEIRO DE PESQUISA -REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO PODER LEGISLATIVO SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL	91
ANEXO 2 – PRODUÇÃO LEGISLATIVA DESCRITIVA (CLASSES E CATEGORIAS)	92

INTRODUÇÃO

A temática do desenvolvimento sustentável tem sido amplamente discutida em diversos grupos, segmentos e pela sociedade em geral, ressaltando alguns dos desafios do século XXI. Entre os problemas relacionados com a temática destacam-se questões atreladas ao crescimento ilimitado, ao acesso da população aos recursos e serviços (qualidade de vida) e às ações de conservação/preservação do meio ambiente.

A utilização do termo desenvolvimento sustentável, embora recorrente em discursos políticos, institucionais e ambientais, não tem a designação de um conceito rígido e nem uma teoria que apreenda toda a sua complexidade, apontando para um amplo leque de possibilidades abarcando várias dimensões, visões e enfoques. Assim, o termo assume diferentes significados, que podem se refletir em práticas e comportamentos diversos no âmbito pessoal, institucional, organizacional, político, etc.

No âmbito político estas significações e apropriações simbólicas podem aparecer refletidos nas comunicações e também nas práticas dos sujeitos enquanto atores. A diversidade de sentidos dados ao desenvolvimento sustentável também pode, em alguma medida, refletir nas políticas públicas/ou na legislação sobre o tema.

Para compreender as dimensões da ação (atos, práticas e comportamentos) nas pessoas ou grupos, faz-se necessário compreender o processo de construção do pensamento, ou seja, como o objeto ou “ideia” é internalizado pelo sujeito e (re)significado por ele, tornando inteligível, ordenando e dando sentido ao objeto no seu pensamento. Uma das formas de se alcançar esse objetivo se dá através do estudo das representações sociais.

As representações sociais atuam como “sistemas de interpretação, que regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais” (JODELET, 1993, p. 35). Pois, “a relação com o real nunca é direta; é sempre mediada por categorias histórica e subjetivamente constituídas” (SPINK, 1993, p.304). Neste sentido, ao representar, o indivíduo ou grupo atribui significado ao que está sendo representado, atribuindo concepções ao mundo que o cerca (LANE, 1993). Desta forma, as representações sociais atuam

como construções de pensamento mediadoras das relações (ideológicas) entre o(s) sujeito(s) e o “real”.

O estudo das representações sociais no âmbito político pode ser visto como um importante indicador para se compreender de que forma os representantes pensam determinada temática, ou seja, quais são as (re)significações identificadas nas suas falas e de onde partem estas construções (entrevistas) e; também de que forma elas refletem (ou não) nas suas práticas (na produção legislativa).

Neste estudo, a análise das representações sociais delimitou-se ao aspecto do território político, dos representantes legislativos, visto que estes exercem suas relações de poder sobre o espaço jurisdicional, dotados de legitimidade constitucional. Sendo assim, tomou-se como sujeito o poder legislativo municipal de Matinhos – PR, mais especificamente, os vereadores, pois em se tratando do território, estes desempenham um papel importante na defesa dos direitos dos cidadãos, na construção de políticas locais, além de serem o elo de comunicação entre a sociedade civil e o Poder Executivo no âmbito municipal.

Para Klering *et al.* (2011) a função legislativa municipal tem assumido um papel voltado às funções gerenciais estratégicas, especialmente ações integradas orientadas para o desenvolvimento local e regional, com envolvimento efetivo da sociedade. Nesta via, a elaboração de políticas públicas locais através de mecanismos de participação social pode fortalecer a articulação dos atores locais, buscando soluções mais tangíveis de planejamento e desenvolvimento territorial sustentável. Entre os elementos estratégicos que podem ser utilizados no planejamento cita-se a produção legislativa como instrumento de normatização e regulamentação no território. Neste sentido, além de explorar as representações sociais produzidas pelos vereadores sobre desenvolvimento territorial sustentável, analisar a produção legislativa pode contribuir para a compreensão de um contexto de representação-ação¹ do poder legislativo no âmbito local.

As representações sociais caracterizam-se como um conjunto de explicações que nos permitem evocar/caracterizar um determinado objeto, atuando como uma teoria da apreensão da realidade social. Elas são produto das construções dos sujeitos mediante a apropriação das diversas informações e experiências,

¹Para saber mais. Ler: SPINK, M.J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais In: Textos em Representações Sociais (Org.) Pedrinho Guareschi, Sandra Jovchelovitch. 8ª Ed. Editora Vozes, 2003.

proveniente das vivências, dos grupos o qual está inserido e instituições sociais, coexistindo com o pensamento filosófico, técnico, científico, do qual também se (re)apropria para formar suas concepções de mundo. Em sentido estrito, ao “representar”, o sujeito elabora e expressa a sua realidade simbólica, dispondo da comunicação como meio privilegiado. Tendo em vista a importância da comunicação neste processo, os esforços da pesquisa foram direcionados para a apreensão e interpretação das comunicações, especialmente as falas dos sujeitos.

Os posicionamentos e a fala carregam consigo elementos representativos dos sujeitos, visto que detêm uma lógica particular, apropriada e simbólica, que também realça os traços de seu meio social. Desta forma, as construções do sujeito (ideologia, identidade, grupos, etc..) estão permeadas tanto de aspectos psicológicos quanto de aspectos sociais e de alguma forma elas orientam o sujeito de forma prática, constituindo a sua realidade social.

A partir destas perspectivas, foram delineados como objetivos desta pesquisa (i) verificar quais são as representações sociais dos vereadores sobre desenvolvimento territorial sustentável, apontando as suas divergências e similitudes e; como dialogam em relação à teoria do Ecodesenvolvimento de Ignacy Sachs. Buscou-se ainda, (ii) verificar em que medida há aproximação entre estas representações sociais e a produção legislativa dos vereadores, entendida como dimensão prática (da ação) dos sujeitos como atores sociais no território.

Para responder aos objetivos desta pesquisa foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: (i) levantar e analisar a produção legislativa dos vereadores de Matinhos – PR, dos anos de 2013 e 2014; (ii) alcançar, através de entrevistas, as representações sociais dos vereadores sobre desenvolvimento territorial sustentável; (iii) verificar os reflexos ou não das representações sociais sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável na produção legislativa municipal; (iv) Identificar as divergências e similitudes das representações sociais sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável com a literatura sobre o tema.

O levantamento e análise da ação dos vereadores, ou seja, a análise da produção legislativa teve um recorte de amplitude territorial e temporal. O primeiro refere-se ao poder de efeito, pois as leis que os sujeitos estudados elaboram são válidas para a circunscrição do município de Matinhos, Paraná. Já o segundo refere-se ao período de análise, pois embora tenhamos o mandato de quatro anos (2013-

2016), a produção legislativa analisada restringe-se aos anos de 2013 e 2014, dado o período em que foi possível fazer a coleta dos dados para o presente trabalho.

Quanto às entrevistas e as observações, ambas foram feitas no período de outubro e novembro de 2015, sendo as entrevistas agendadas com os assessores dos vereadores (em sua grande parte) e as observações não restritas apenas aos momentos de aplicação das entrevistas, mas também nas sessões legislativas da Câmara Municipal de Matinhos-PR.

A presente dissertação ficou estruturada em 4 capítulos, sendo: a revisão de literatura/fundamentação teórica; a metodologia, resultados e considerações finais.

No primeiro capítulo realizou-se a contextualização da temática que trata sobre o Desenvolvimento Territorial Sustentável teoria norteadora da pesquisa, que teve suas bases à luz da teoria do Ecodesenvolvimento de Ignacy Sachs. Posteriormente, descreveu-se os aspectos teóricos das representações sociais enquanto aporte para investigação dos significados atribuídos pelos sujeitos ao desenvolvimento territorial sustentável.

Neste capítulo, ainda descreveu-se o modelo de pacto federativo adotado pelo Brasil que, a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88), dotou aos municípios brasileiros a autonomia, possibilitando a estes entes a capacidade de autogoverno (Poderes Executivo e Legislativo).

Por fim, o primeiro capítulo, apresenta os aspectos característicos do município de Matinhos-PR e a apresentação do perfil dos vereadores municipais (legislatura 2013).

No segundo capítulo foram descritos os passos realizados para o levantamento e análise da produção legislativa municipal de Matinhos-PR; a construção dos instrumentos, categorização e análise das representações sociais e; a construção das categorias de desenvolvimento territorial sustentável.

No terceiro capítulo foram descritos as análises dos resultados acerca da produção legislativa e das representações sociais, assim como o diálogo com as dimensões de sustentabilidade (desenvolvimento territorial sustentável).

No último capítulo foram feitas as considerações finais do estudo.

REVISÃO DE LITERATURA / FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Ao longo do processo histórico da humanidade, o homem sempre assumiu o papel de precursor na transformação e modificação do seu ambiente, buscando sua sobrevivência como espécie. Suas ações no ambiente foram, sobretudo, progressivas e perversas, pois do mesmo modo que lhe trouxeram progresso, o bem material e o conforto, também foram precursoras de um desequilíbrio sem escala na ordem ambiental, social e econômica em todo o planeta. Entre as consequências advindas, que vêm sendo objeto de diversos estudos, destaca-se a poluição do ar (POSSAS e GEMAQUE, 2002), a qualidade de vida e o desequilíbrio ambiental.

No intuito de despertar a humanidade para as consequências da ação do homem sobre o meio ambiente, em 1962, Rachel Carson publica a obra intitulada *Primavera Silenciosa*. Em seu livro a autora deflagra o problema da contaminação e poluição do meio ambiente pela utilização de pesticidas químicos, colocando em evidência as questões sobre poluição (do ar, do solo, da água, etc..) conscientização ambiental (CARSON, 1969). A obra proporcionou maior visibilidade aos movimentos ambientalistas, bem como aos problemas ambientais, que começaram a ganhar destaque no cenário mundial.

O enfoque das ações da humanidade sobre meio ambiente, também teve destaque com a publicação do Relatório do Clube de Roma, em 1972, enunciando o caráter catastrófico do futuro no planeta terra e dos seres, em virtude dos problemas de crescimento da população mundial, exploração do solo para a produção de alimentos, maior utilização de recursos naturais, aumento da poluição, descarte de dejetos e degradação ambiental (MEADOWS, 1972 *et al.*; MCCORMICK, 1992).

No mesmo ano da publicação do Relatório do Clube de Roma, reuniram-se os representantes de 113 países na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, na Suécia. O objetivo dessa reunião era conscientizar a sociedade sobre a sua relação com o meio ambiente, atendendo as necessidades presentes, sem comprometer os recursos para as gerações futuras. Pela primeira vez o termo sustentabilidade foi utilizado, sendo mencionado com a ideia de

restituição dos recursos consumidos pelas organizações ao meio ambiente (ONU, 1972).

A conferência originou uma declaração com 26 princípios, dispostos em 5 grupos, sendo:

- 1 – Conservação, compartilhamento e manutenção da terra para que sejam preservados e produzidos os recursos renováveis.
- 2 - O desenvolvimento e a preocupação ambiental, além da assistência e incentivo aos países menos desenvolvidos;
- 3 – Gestão de recursos naturais de forma consciente, pensando de forma global, não colocando perigo a outros países, ou seja, buscando a cooperação internacional voltada para o melhoramento ambiental;
- 4 – Equidade na relação entre a poluição e a capacidade do meio ambiente de se recuperar, sobretudo nos mares e oceanos.
- 5 – Educação, ciência e tecnologia seriam utilizadas para promover a proteção ambiental (MCCORMICK, 1992).

As discussões do binômio meio ambiente e desenvolvimento, repercutiram em uma polarização onde de um lado existiam as propostas do “crescimento zero” e, de outro, as reivindicações desenvolvimentistas dos países do terceiro mundo persistindo no direito ao crescimento (FERNANDEZ, 2011).

Para aliar os propósitos de ecologistas e desenvolvimentistas, Maurice Strong propõe o conceito de Ecodesenvolvimento, sendo expresso como uma via alternativa à bipolarização gerada pelo debate, sugerindo desta forma, uma terceira via (LEIS, 1999).

Em 1987 foi publicado o relatório intitulado *our common future*, ou relatório de Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Neste relatório, o termo sustentabilidade começa a ser substituído pelo desenvolvimento sustentável, entendido como o desenvolvimento que atende às necessidades e aspirações humanas no presente sem comprometer a possibilidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades.

A mudança do termo tinha o intuito de conciliar as reivindicações dos defensores do desenvolvimento econômico e as preocupações na conservação dos ecossistemas e da biodiversidade (ONU, 1987).

Posteriormente, em 1992, a Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), realizada no Rio de Janeiro, Brasil, consolida o termo

Desenvolvimento Sustentável com a incorporação de questões relativas aos aspectos econômicos, sociais e ambientais atrelados ao desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações (ONU, 1992).

No mesmo ano, na ECO 92, cria-se a Agenda 21, documento que busca fortalecer um conjunto de ações globais, nacionais, locais, em diversos aspectos em um pacto cooperativo para o Desenvolvimento Sustentável.

De forma sintética Guzmán (1998) destaca o tratamento do desenvolvimento sustentável nas instituições internacionais, conforme Quadro 1.

QUADRO 1 -EVOLUÇÃO DO TERMO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS

EVENTO	SÍNTESE	EFEITOS E RESULTADOS
Estocolmo (1972): Cúpula das Nações unidas sobre o homem e o meio ambiente	As sociedades avançadas descobrem a existência de um só mundo.	Um primeiro aviso da deterioração ambiental; A primeira aparição do termo sustentabilidade.
Trabalhos do Clube de Roma: (1972- 1974)	É impossível o crescimento infinito com recursos finitos.	Primeiros estudos oficiais sobre a deterioração ambiental Relatórios (1º e 2º), com fundamentação empírica.
Relatório Global Ano 2000 (1980) a cargo do presidente Carter	Ameaça de sobrevivência da vida humana sobre o planeta (não é extensivo a todo mundo o estilo de vida do Norte).	Primeiro diagnóstico sobre a deterioração ambiental da Biosfera.
Comissão de Brundtland(1987) - Comissão Mundial de Meio Ambiente e do Desenvolvimento (discutido na 42ª sessão da ONU)	Definição do conceito de Desenvolvimento Sustentável.	Relatório Brundtland Primeira discussão do método para encarar a crise ecológica.
Rio de Janeiro (1992): Eco-92 Cúpula da Terra sobre Meio ambiente e Desenvolvimento	Carta da Terra: adota os 27 princípios da declaração do Rio e as 2500 recomendações da Agenda 21; Quatro convenções: Mudanças Climáticas; Biodiversidade Biológica; Luta conta a Desertificação; Os princípios relativos às florestas.	Código de comportamento a ser seguido no século XXI Encarar alterações do Meio como consequência da mudança climática. Atuar em relação à ocupação crescente pela espécie humana dos habitats de outras espécies.

Johannesburg (2002) Rio + 10 2ª Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável	Reafirmar os compromissos da Agenda 21; Recomendar a busca de parcerias para implementar a Agenda 21; Apoiar o acesso dos agricultores pobres aos recursos produtivos; Aumentar o comércio Internacional, propondo o fim das barreiras alfandegárias como meios para conseguir o DS	Discutir e rever o conceito de DS. Implementar o novo paradigma de DS por meio de ações concretas de colaboração em projetos de pesquisa. O conceito de DS não ajudou a avançar na década de 90, não foi superado durante a cúpula. As contradições entre os três pólos: ambiental (planeta), social (povo) e econômico (prosperidade) aparecem mais claramente.
Paris (2007) Conferência do Grupo Intergovernamental sobre Mudança Climática - IPCC	É divulgado em Paris o Relatório do IPCC. O relatório conclui com 90% de certeza que o aquecimento global foi causado pela ação humana e a temperatura da Terra aumentará, até o final do século XXI, entre 1,8°C e 4°C	As mudanças climáticas são apenas uma das causas que estão estressando o planeta. Existem várias outras que devem ser estudadas e levadas também em consideração.

FONTE: Adaptado de Guzmàn (1998).

As discussões sobre desenvolvimento sustentável tomaram corpo no limiar do século XXI, principalmente na academia, através de esforços para buscar estratégias de operacionalização. Tabara e Lemkow (2006) destacam que a sustentabilidade é vista como o grande paradigma deste século. No entanto, as definições de sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável apontam para um leque polissêmico com abertura para um campo multi e interdisciplinar de estudos. Hoeffel e Reis (2011, p.125) salientam a questão ambiental como uma realidade no interior de todos os ramos do saber acadêmico.

Jacobi (1999) destaca que as concepções de desenvolvimento sustentável representam um importante avanço, na medida em que considera complexa a relação entre o desenvolvimento e o meio ambiente numa variedade de áreas. Esta diversidade de concepções sobre o tema sustentabilidade tende a ampliar a pluralidade dos usos e significados do termo.

Observa-se que não há uma definição de desenvolvimento sustentável, mas destaca-se a interação sistêmica entre processos ecológicos, sociais e econômicos que, embora conflitantes, sustentam-se enquanto pilares da sustentabilidade.

Para Mueller (2002, p. 131) “o desenvolvimento somente será sustentável - e esta é a base da nova ideologia misturada com ciências sociais, biológicas e outras mais - se for *simultaneamente* competitivo, equitativo e ecológico”. A partir desta perspectiva, buscar rupturas com o modelo de desenvolvimento dito hegemônico

pelas economias desenvolvidas pode abrir outros campos de discussão, sobretudo buscando alternativas para o desenvolvimento sustentável. Entre as perspectivas que assentam suas diretrizes em uma outra forma de desenvolvimento, encontra-se a teoria do Ecodesenvolvimento.

Para Ignacy Sachs (1986, p.18) o ecodesenvolvimento abre a perspectiva para se pensar em um estilo de desenvolvimento regional/local, ou seja, dependente de suas próprias forças, buscando resolver seus problemas através da harmonização dos objetivos sociais e econômicos, com gestão dos recursos e do meio.

Sachs (1986, p.18) destaca que o ecodesenvolvimento parte de “um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas de longo prazo”. Para o autor, as estratégias devem contemplar o melhor uso possível dos recursos específicos de cada território em uma perspectiva de desenvolvimento endógeno.

Pensando no ecodesenvolvimento, Sachs (1986) propõe estratégias que visam o desenvolvimento sustentável e apresenta um conjunto de características que estão dispostas no quadro abaixo:

QUADRO 2- CARACTERÍSTICAS DO ECODESENVOLVIMENTO

- 1 - Em cada ecorregião, o esforço se concentra na valorização de seus recursos específicos [...].
- 2 - Por ser o homem o recurso mais precioso, o ecodesenvolvimento deverá, antes de tudo, contribuir para a sua realização.
- 3 - A identificação, a exploração e a gestão dos recursos naturais se fazem dentro de uma perspectiva de solidariedade diacrônica com as gerações futuras [...].
- 4 - Os impactos negativos das atividades humanas sobre o ambiente podem ser reduzidos mediante recurso a procedimentos e formas de organização da produção que permitam o aproveitamento de todas as complementariedades e a utilização das quebras para fins produtivos.
- 5 - Nas regiões tropicais e subtropicais, em particular, mas também em todas as demais regiões, o ecodesenvolvimento aposta na capacidade natural da região para a fotossíntese sob todas as suas formas.
- 6 - O ecodesenvolvimento implica em um estilo tecnológico particular, uma vez que, na maioria dos casos, as diretivas acima não se podem aplicar sem o desenvolvimento de técnicas apropriadas.
- 7- O quadro institucional para o ecodesenvolvimento não poderia ser definido de uma vez por todas, sem se considerar a especificidade de cada caso.
- 8 - Uma educação preparatória é complemento necessário das estruturas participativas de planejamento e de gestão.

FONTE: Adaptado de Sachs (1986)

Como se pode notar, todo o esforço do planejamento para o desenvolvimento deve levar em conta as características do território, pois este está ligado às relações que se estabelecem entre os atores no espaço geográfico e na articulação entre o

conjunto de dimensões construídas neste espaço, buscando a confluência entre os elementos coexistentes para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável. Enquanto o espaço geográfico é dado como porção física, o território sobressai pela construção imaterial sobre o espaço. Santos (1999, p.8) ressalta que o território “É o chão mais a identidade (...)”.

Para Haesbaert (2004) o território está diretamente relacionado à dominação e à apropriação do espaço. O autor ressalta o território como “espaço-tempo vivido”, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”. Essas relações pautam-se no valor de uso, um caráter simbólico atrelado ao espaço.

Na perspectiva de Raffestin (1993, p.143) aponta que “o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço,- é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”.

Sob o prisma da CF/88, o território (Estado – nação) também é um espaço apropriado e territorializado, encontrando sua legitimidade na própria CF de 88, visto a repartição de competências e delimitações entre os entes federados. Delgado (2007) destaca que a territorialização do desenvolvimento pode ser observada tanto de uma perspectiva nacional, quanto de uma perspectiva local. Para a primeira perspectiva o autor destaca:

o desenvolvimento nacional é pensado de uma ótica territorial, ou seja, de como o desenvolvimento nacional se manifesta através de transformações econômicas, políticas, culturais, ambientais nos diversos territórios que compõem a noção de território nacional (DELGADO, 2007, p.21)

Já para a segunda perspectiva, o autor destaca a territorialização e operacionalização de um desenvolvimento local, qualquer seja a noção utilizada de território. Neste sentido, destaca:

o território é a unidade espacial de intervenção governamental na qual se pretende construir ou dinamizar uma determinada institucionalidade pública capaz de criar ou de estimular oportunidades para o deslanche de processos econômicos, sociais e políticos julgados coletivamente como adequados ao desenvolvimento sustentável do território (DELGADO, 2007, p.22)

Observa-se, no caso brasileiro, a coexistência de diversas esferas de governo (municipal, estadual, distrital e federal) atuando em um mesmo espaço. Todavia, nota-se que a forma como os atores governamentais intervêm, estabelecendo suas

relações neste espaço, abrem perspectivas de múltiplas territorialidades. Entre as territorialidades, o poder legislativo municipal, como um dos atores que estabelece a relação do poder no território (municipal), pela característica de intervenção governamental atuando de forma privilegiada no espaço, criando leis e, por que não dizer, criando formas de como a sociedade pode (deve) se relacionar com o espaço.

Na perspectiva de Vieira (2006) para propiciar processos de desenvolvimento territorial é necessária a articulação entre a poder público e a sociedade civil, com ênfase da participação social neste processo. O autor destaca que é necessário transcender a interface bottom-up e top down que envolvem programas governamentais. Sob outro olhar, Dowbor e Pochmann (2010) destaca que o nível local pode ser o mais adequado para buscarmos iniciativas de desenvolvimento sustentável e construção de políticas públicas, pois este é o espaço onde o cidadão pode efetivamente participar, embora não descarte que deve haver a articulação entre os vários níveis.

Neste sentido, pensando na territorialização das políticas (criação e regulamentação) e nos municípios como lócus privilegiados na construção de paradigmas sustentáveis, faz necessário compreender as interações e as dinâmicas postas no território, realizando assim uma aproximação mais ampla do conceito de desenvolvimento sustentável, levando em conta as características de cada local.

Para tanto, toma-se por base nesta pesquisa o município, enquanto espaço territorial delimitado pela CF/88. O município possui a competência política de autogoverno, que permite aos seus representantes eleitos até onde lhes cabe, o planejamento, a regulamentação e a construção de vias alternativas de desenvolvimento, entre elas, o desenvolvimento territorial sustentável. Haliski e Floriani (2009) destacam que é necessário, diante da amplitude territorial brasileira, conhecer os vários territórios que possuímos, podemos, a partir daí, criar projetos de desenvolvimento voltados às características de cada território.

Portanto, pensar o desenvolvimento territorial sustentável em uma ótica de planejamento pode contribuir com os diversos arranjos presentes na dinâmica territorial, contemplando impactos sociais positivos nas comunidades locais com prudência ecológica, integração sistêmica da cadeia produtiva local, equilíbrio entre as tradições e inovações (aspecto cultural), com vistas à geração de renda e menores impactos ambientais.

Em meio às diferentes concepções e abordagens de desenvolvimento territorial sustentável, faz-se necessário delimitar a sua abordagem teórica, pois tentar estudá-lo em todas as suas complexidades tornaria a pesquisa inviável. Neste sentido, a apropriação teórica desta pesquisa tem como aporte a teoria do Ecodesenvolvimento com enfoque, mais especificamente, nas dimensões de sustentabilidade propostas por Sachs, conforme especificado no quadro 3, a seguir e detalhado na metodologia deste trabalho.

QUADRO 3 - AS DIMENSÕES DE SUSTENTABILIDADE

a) Sustentabilidade Social – Entendida como a consolidação de um processo de desenvolvimento abrangendo todo o espectro de necessidades materiais e não materiais. Voltados para a organização social, redução da pobreza e desigualdades, condições de acesso aos serviços.
b) Sustentabilidade Econômica – Permitir a alocação e gestão eficientes dos recursos, os investimentos do setor público e privado; Avalia a eficiência econômica, sobretudo de maneira macrossocial;
c) Sustentabilidade Ecológica – Intensificação do uso de recursos potenciais dos vários ecossistemas, em contrapartida com o mínimo de danos a esse conjunto; Ações limitantes do consumo de combustíveis sólidos, redução do volume de resíduos e de poluição; autolimitação do consumo material pelos países ricos (consumismo), intensificação da pesquisa para busca de tecnologias limpas, definição das regras e diretrizes adequadas para a proteção ambiental.
d) Sustentabilidade Espacial – voltada a uma relação de equilíbrio entre campo e cidade, rural e urbano, com vistas ao fortalecimento das atividades oriundas desses espectros. Iniciativas de fomento para as atividades desenvolvidas em assentamentos humanos e suas atividades econômicas.
e) Sustentabilidade Cultural – Busca da endogenia (apropriação e utilização dos elementos locais); Modelos particulares e integrados de produção, privilegiando uma pluralidade de soluções que respeitam as especificidades de cada ecossistema, cada cultura e cada local, traduzindo o conceito mais próximo de ecodesenvolvimento.

FONTE: Adaptado de Sachs (1992, 1993, 2007).

A apropriação das características e das dimensões de sustentabilidade propostas por Sachs (1992, 1993, 2007) atuam como diretrizes teóricas, orientando o pesquisador para a realização desta pesquisa.

2.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

As representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social (JODELET, 2002, p.22).

As representações sociais têm sua origem nas investigações do sociólogo Émile Durkheim em seus estudos sobre representações coletivas, sendo, posteriormente, retomadas na psicologia social por Serge Moscovici, com algumas modificações.

Embora existam particularidades que distinguem as representações coletivas de representação social, tanto a representação coletiva quanto a representação social são categorias de pensamento pelas quais a sociedade elabora e expressa sua realidade (MINAYO, 1994).

Para Durkheim (1987, p. XXVI) as representações coletivas são a forma pela qual pensamos e analisamos a realidade, sendo uma forma de conhecimento produzida socialmente. O autor destaca que as representações coletivas diferem das individuais e não se confundem com a soma destas, pois para ele:

(...) o que as representações coletivas traduzem é a maneira pela qual o grupo se enxerga a si mesmo nas relações com os objetos que o afetam. Ora, o grupo está constituído de maneira diferente do indivíduo, e as coisas que o afetam são de outra natureza. Representações que não exprimem nem os mesmos sujeitos, nem os mesmos objetos, não poderiam depender das mesmas causas.

A diferença entre as representações individuais e as coletivas eram retomadas frequentemente nas teorizações de Durkheim, reforçando o olhar sociológico, buscando distinguir, sob o ponto de vista positivista, o objeto da sociologia (representações coletivas) do da psicologia (representações individuais).

Para a sociologia durkheimiana as representações coletivas são entendidas como fatos sociais, reais por elas mesmas, dotadas de autonomia, exterioridade e coercibilidade sobre as consciências individuais dos sujeitos (MINAYO, 1994).

A autonomia das representações assenta-se no seu caráter independente de existência e circulação em relação às consciências individuais.

A exterioridade refere-se ao fato de que as representações coletivas não se ligam de forma direta ao sujeito/indivíduo, Ihe são exteriores, existindo um meio de mediação para a sua apreensão (MINAYO, 1994).

A coercibilidade é entendida como a força que é exercida pelas representações coletivas sobre nós (sujeitos/consciências individuais) para atuação em determinado sentido. Para Patriota (2007), em Durkheim, a coerção conduz ou busca conduzir os homens a pensarem e agirem de maneira homogênea. Esse pensamento correspondia, possivelmente, aos estudos realizados em sociedades primitivas, entretanto, toma as representações como estáticas, colocando-as na qualidade de entidades explicativas absolutas.

Sá (1995) destaca que as representações, por elas mesmas, são passíveis de serem explicadas, visto que a sociedade moderna abarca uma teia complexa e dinâmica, o que de certa forma inviabilizaria o caráter estático e homogêneo das representações coletivas.

A ideia dinâmica das representações é apresentada nas concepções de Moscovici (1984, p.22), o qual se orienta pelos fenômenos de transformações e inovações da sociedade:

as representações em que estou interessado não são as de sociedades primitivas, nem as reminiscências, no subsolo de nossa cultura, de épocas remotas. São aquelas da nossa sociedade presente, do nosso solo político, científico e humano, que nem sempre tiveram tempo suficiente para permitir a sedimentação que os tornasse tradições imutáveis.

Mesmo sendo dinâmicas, ressalta-se que as representações sociais contemplam a historicidade de onde são produzidas, entretanto, reproduzem-se e misturam-se com outras, (re)produzindo outras representações. É o movimento dialético das consciências individuais e coletivas, que abarca os fenômenos das representações sociais. Para Moscovici, as representações sociais são tanto de ordem psicológica quanto de ordem social (MOSCOVICI, 1984).

As formas de expressar a dialética psicossocial encontra nas comunicações um meio privilegiado para a sua disseminação. O sujeito (re)apropria informações e institui atributos e significados ao que está sendo representado, dando forma e sentido na construção de sua realidade social e (re)expressa na comunicação, podendo a qualquer tempo, reconstruir novas representações sociais, na medida em que é afetado por novas informações, experiências e vivências. Neste sentido, as

formas de conhecimento exercem um papel fundamental na (re)produção de pensamentos e ideias. Ao explorar o processo de construção dos conhecimentos, Moscovici cria uma dicotomia entre os campos do conhecimento científico e o do conhecimento do senso comum.

O campo do conhecimento científico ou o universo reificado encontra a sua legitimidade na explicação da realidade através de seus métodos próprios, sobretudo no rigor científico. Através dos instrumentos lógicos e técnicas apreendemos a realidade dentro de múltiplas possibilidades. Estes instrumentos permitem olhar objetivamente aquilo que se estuda. Neste universo, os pesquisadores se detêm a descrever, analisar, interpretar a realidade através de uma lupa, buscando acessar a realidade através de construtos epistemológicos e metodológicas.

No campo do conhecimento do senso comum, também chamado de universo consensual, o pensamento é socialmente elaborado, (re)construído e partilhado buscando dar sentido à realidade. Para Moscovici (1984, p.22) “O universo consensual é aquele com que lidam as representações sociais”. Neste universo são forjadas as significações pelos indivíduos, assumindo um caráter simbólico nas informações por eles apropriadas e veiculadas. Ao explorar o “poder das ideias” de senso comum, Moscovici buscou compreender também qual é o impacto disso nas práticas cotidianas (sociais), ou seja, como e por que as pessoas (de)formam o conhecimento e o compartilham constituindo a sua realidade comum, de como eles transformam essas ideias (representações sociais) em práticas (MOSCOVICI, apud OLIVEIRA, 2004).

A partir de seus trabalhos Moscovici observou que diante de novas situações ou novos objetos, o processo de representar buscava uma sequência lógica em tornar familiares objetos desconhecidos em um processo pelo qual indivíduos ou grupos acoplam imagens reais, concretas e compreensíveis, retiradas de seu cotidiano, aos novos esquemas conceituais que se apresentam e com os quais têm de lidar (OLIVEIRA, 2004).

Para Moscovici (2005) dois mecanismos atuam diretamente no processo de construção das representações, transformando aquilo que é desconhecido em conhecido, são eles: a objetivação e a ancoragem.

A objetivação é um fenômeno que transforma a abstração em algo concreto, como uma ideia à qual liga-se uma imagem. Percebida primeiramente como um

universo puramente intelectual e remoto, a objetivação aparece, então, diante de nossos olhos, física e acessível. Em outras palavras, objetivar é criar a imagem para acessar as ideias, conceitos e coisas, buscando a apropriação do objeto estranho (MOSCIVICI, 2005).

Para compreender esse processo, Patriota (2007) exemplifica a objetivação no contexto da religião. A autora afirma que ao compararmos Deus a um pai estamos realizando o processo de materialização da abstração, passando a tratá-lo com naturalidade e familiaridade.

Já a ancoragem consiste na classificação e nomeação de algo, pois se não o forem, tornam-se estranhas, não existentes e ameaçadoras. Em outras palavras, é necessário um referencial ou rótulo ao que está sendo “representado”, caso contrário poderemos experimentar o sentimento de resistência e distanciamento desse objeto, pois se não ancoramos, não conseguimos descrevê-lo, explicá-lo (MOSCOVICI, 2005).

Para exemplificar o processo de ancoragem podemos tomar como base as pessoas que seguem uma crença. Quando elas se deparam com uma informação nova que tem relação com a determinada crença elas precisam evocar seus *schemas* mentais já construídos (âncora ou referencial) e, através deles, elas classificam e esquematizam, absorvendo ou não a nova informação.

visto que em caso negativo, ou seja, se a informação não for rotulada (ancorada) ou adequada a uma categoria ou *schema*, ela fica à deriva, ocorrendo o distanciamento, o estranhamento.

Os processos de ancoragem e objetivação não ocorrem de forma linear, mas sim de formas complementares e concomitantes dando sentido às representações sociais, possibilitando as (re)interpretações da realidade. Desta forma, esses processos figuram-se como a base para a compreensão das representações sociais.

2.3 FEDERALISMO NO BRASIL, AUTONOMIA E OS MUNICÍPIOS

O federalismo no Brasil pode ser entendido como um sistema no qual as unidades políticas realizam um pacto federativo em torno de uma organização maior concedendo a sua soberania a um governo central. O pacto é regido por uma Constituição que regula as relações entre os entes federativos, poderes e a

sociedade. Resende (2008, p. 10) define Federação como a “distribuição de competências entre o poder central e as coletividades regionais”.

No Brasil, a Federação é composta pela união indissolúvel dos estados, municípios e Distrito Federal, caracterizados como as unidades políticas ou entes federativos, constituindo um Estado Democrático de Direito, nos termos da Constituição vigente.

Na CF/88 são estabelecidos os princípios, objetivos, direitos e deveres, assim como as competências dos entes federados, buscando, sobretudo, o Bem-estar da Nação. O impacto na repartição de competências aos entes federados têm grande importância na identificação do modelo de federalismo constitucional, pois pode apontar para uma tendência à centralização ou para a descentralização com fortalecimento da autonomia dos entes federados.

No caso do modelo de federalismo brasileiro, pós-redemocratização, a repartição de competências privilegia um processo de descentralização do Governo Central, sobretudo no processo político. Essa proposta busca restaurar a federação, através do aumento do poder político e tributário das entidades subnacionais; e consolidar a democracia, por meio do empoderamento das comunidades locais no processo decisório das políticas públicas (SILVEIRA *et al.*, 2011, p. 1).

O reconhecimento constitucional de um terceiro nível de governo (municípios) é uma peculiaridade do federalismo brasileiro, visto que em outros países que adotam o pacto federativo existe somente um grau subnacional de governo e, abaixo dele, divisões administrativas. Autores como Silva (2006) e Carraza (2009) discutem sobre essa autonomia dada aos municípios no âmbito político, destacando que ela não é dada de forma plena, pois para eles os municípios não possuem representatividade no Congresso Nacional.

Outro ponto a ser destacado é no quesito de arrecadação fiscal por competências e por repartição das receitas, onde autores advogam que a concentração das receitas na esfera federal dificultaria um processo de independência financeira (com maior autonomia). Conforme Tristão (2003, p.67):

A relativa independência dos municípios (...) é acompanhada de desequilíbrios verticais e horizontais na repartição da receita tributária nacional, o que dificulta ainda mais a negociação de reformas que tragam proposta de novo equilíbrio federativo.

Porém, é mister destacar que a CF/88 expressa claramente em seu artigo 1º., *caput*, a condição dos Municípios como integrantes da Federação, sendo os mesmos dotados de autonomia.

A autonomia reconhecida no âmbito municipal pela CF/88 se caracteriza, segundo Resende (2008, p. 13), pela prerrogativa para elaborar o seu próprio direito, visto as peculiaridades de cada ente, com observância aos preceitos constitucionais.

Tomio (2002) e Almeida e Carneiro (2003) destacam que a autonomia dada no caso brasileiro aos governos locais é plena nos âmbitos político, administrativo, legislativo e financeiro.

Esta autonomia, segundo Rocha (1997) e Lopes *et al.* (2013) edificou-se em capacidades básicas, sendo: capacidade de auto-organização, capacidade de autolegislação, capacidade de autoadministração e capacidade de autogoverno.

A auto-organização se deu na capacidade de se organizar mediante documento próprio, a exemplo de Lei Orgânica, e não mais através de documento editado pelos Estados-membros, que produziam uma única lei de organização para todos os Municípios que estivessem dentro de seus limites territoriais. Esse aspecto repercutiu diretamente na capacidade de autolegislação, pois trouxe a possibilidade de editar normas jurídicas, dentro das competências conferidas pela CF/88. Já a autoadministração é a competência para administrar, sobretudo, matérias de interesse local. O autogoverno entende-se como a organização do poder no território e a instituição normativa do local que assegura a autonomia, observados os preceitos constitucionais. Para tanto, a esfera municipal é constituída por representantes políticos que exercem funções nos poderes Executivo e Legislativo, os quais são dotados da competência de organizar o governo no nível local (LOPES *et al.*, 2013).

As capacidades básicas da autonomia encontram no âmbito político o seu principal meio para a sua realização (legitimação), pois é através dos representantes políticos que são exercidas as funções de regulação e execução no território.

No nível municipal, a representação política é exercida pelo prefeito e pelos vereadores que fazem parte dos Poderes Executivo e Legislativo, respectivamente. Embora seja complexa a relação entre essas instituições, que são complementares entre si, coexistindo em um mesmo território, optou-se, no presente trabalho, por estudar o Poder Legislativo visto que este desempenha um papel importante tanto

na forma de representatividade da população quanto na construção e proposição de projetos (Indicação, de Lei), conforme veremos abaixo.

2.3.1 PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

A partir da CF/88 o município foi dotado de autonomia, inclusive de rendas próprias para prover os serviços locais. Desta forma, o Município deixou de ser uma entidade meramente administrativa, passando à posição de entidade político-administrativa de terceiro grau dentro da Federação, em virtude das atribuições políticas a ele conferidas e de um amplo poder de autogoverno.

A aplicação do princípio simétrico dos poderes de governo conferiu à Câmara Municipal a função de aprovar e promulgar a Lei Orgânica Municipal, que regulamenta a organização do município. Esta se insere dentro do aspecto político da autonomia municipal.

Na câmara, a função legislativa é exercida pelos vereadores, os quais elaboram projetos (de lei, de indicação, etc...) que tramitam pela Câmara em ritos processuais do legislativo e, após seguem para o Executivo (sancionar, executar, rejeitar, etc..) assegurando o exercício de suas competências. Entretanto, por razões como contexto histórico e ausência de educação voltada à cidadania, grande parte dos cidadãos não tem conhecimento quanto ao potencial concedido pela CF/88 ao Poder Legislativo Municipal. Neste sentido, a cobrança quanto ao papel dos vereadores passa a ser de atitudes que são típicas do Poder Executivo, como a execução de obras e serviços públicos, por exemplo.

Ao Legislativo Municipal cabe, entre outras, legislar sobre assuntos de interesse local no atendimento das necessidades da população local, suplementar a legislação federal e a estadual e exercer o papel de fiscalizador dos atos do Executivo local. As discussões, formulações e proposições para projetos e pautas de assuntos locais são explanadas de forma pública pelos vereadores em sessões da Câmara Municipal. A seguir, para a compreensão contextual e caracterização acerca do legislativo municipal de Matinhos, faremos uma breve caracterização do local a ser estudado, o município de Matinhos.

2.3.1.1 Município de Matinhos-PR

O município de Matinhos-PR é um dos sete municípios localizados na região do Litoral do Paraná. A região conta com uma área de 6.333,23 km², abrangendo além de Matinhos, os municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná. (IPARDES, 2016b)

O município fica aproximadamente a 100 Km (cem quilômetros) de distância da capital do Estado do Paraná, Curitiba. Segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2016a), seu território compreende uma área total de 116,44 km², com uma população estimada em 32.591 habitantes.

Criado a partir de decreto no dia 12 de junho de 1967, o município de Matinhos-PR é conhecido como a namoradinha do Paraná, por fazer aniversário no dia 12 de junho que, no calendário brasileiro, corresponde ao dia dos namorados.

Horochovski (2007), em seu estudo aponta que devido a sua localização entre o oceano e a Floresta Atlântica da Serra do Mar, que contém Área de Proteção Ambiental, o município de pequena extensão territorial quando comparado aos demais no litoral, não é um atrativo para atividades industriais e agrícolas.

Devido às belezas naturais e suas praias é considerado um município praiano-turístico (ESTADES, 2003) tendo como principal atividade econômica do município o turismo, fomentado pelo setor de serviços, atendimento a veranistas e o mercado imobiliário.

Após sua emancipação política, tomaram posse 11 gestões (1968 – 2013), com diversos representantes do executivo. Atualmente, o poder legislativo municipal, que tem população entre 15.000 (quinze mil) e 30.000 (trinta mil habitantes), pode comportar até 11 (onze) vereadores eleitos pelo povo para representar os interesses da população². (BRASIL, 1988)

Dentre os onze vereadores eleitos para o pleito 2013-2016, atual mandato, quatro candidatos foram reeleitos de mandato anterior (2009-2012), conforme observa-se no quadro 4.

² Em sua composição, a Câmara Municipal tem o número de vereadores que varia de 9, para municípios com até 15.000 habitantes, podendo chegar a 55 vereadores em municípios onde a população ultrapassa os 8 milhões de habitantes, conforme artigo 29 da Constituição (BRASIL, 1988).

QUADRO 4 -VEREADORES REELEITOS NA CIDADE DE MATINHOS - PR (MANDATOS DE 2009 E 2013)

Vereadores reeleitos na cidade de Matinhos - PR (do mandato 2009-2012 para o mandato 2013-2016)	
Mandato 2009 - 2012	Mandato 2013 - 2016
Marcio Fabiano Mesquita Duarte	Sandro Moacir Braga
Durval Ferreira Romualdo	Marcio Fabiano Mesquita Duarte
Sandro moacir Braga	Gerson da Silva Junior
Jamerson Santana	Marcos Antonio Podbevsek
Luiz Carlos dos Santos	José Carlos do Espírito Santo
Jair de Borba Rosa	Jamerson Santana Gonçalves
Simone Pereira	Edival Martins Junior
Marcio Jose do Nascimento	Ari Antonio Alves Sobrinho
Afonso Gerônimo Leite	Durval Ferreira Romualdo*
	Cláudio Amarante
	Benedito de Jesus Thomaz de Oliveira

→ Candidatos reeleitos

* Suplente assumiu em virtude do falecimento -
suplente: Renato da Costa

FONTE: O autor (2015)

2.3.1.2 Perfildosvereadores do município de Matinhos

A cidade de Matinhos possui 11 vereadores eleitos no exercício do mandato de 2013-2016. Do total de vereadores eleitos, nove participaram da pesquisa e dois justificaram suas impossibilidades de participação por motivos de saúde e por não dispor de horários na agenda. Desta forma, o universo pesquisado foi de nove vereadores.

Para compreender as características desses sujeitos e contextualizá-los foi traçado o perfil dos mesmos através de dados socioeconômicos buscando, nessa conjuntura, caracteres que pudessem nos auxiliar tanto na compreensão do contexto social que os cerca, quanto na identificação dos elementos que compõem as representações sociais por eles produzidas. Para desenhar o perfil dos vereadores de Matinhos foram utilizadas as seguintes variáveis³: idade, sexo, grau de escolaridade, religião, atividade profissional, tempo de residência no litoral e a quantidade de mandatos.

³ Apesar de algumas das variáveis aqui analisadas estarem contempladas no banco de dados do TSE, as mesmas fizeram parte da entrevista realizada com os nove vereadores disponíveis. Assim, a análise se atém às respostas dos nove participantes, tendo sido feito uso das informações disponibilizadas pelo TSE apenas em relação a dados outros, como os relacionados aos vereadores dos demais municípios do litoral paranaense ou mesmo os relacionados aos vereadores de Matinhos em outros períodos.

Quanto à idade identificou-se que os vereadores de Matinhos têm, em média, 46 anos, se aproximando da média dos vereadores eleitos no litoral paranaense (Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Paranaguá) que gira em torno de 50 anos (TSE, 2015). Em um cenário envolvendo todos os municípios brasileiros, observou-se que os vereadores do Município de Matinhos acompanharam uma tendência em relação à idade. O estudo feito pela Associação Transparência Municipal, coordenado por Bremaeker (2012) destacou que, no Brasil, em todos os municípios no pleito de 2012, os candidatos a vereador que obtiveram maior aprovação, ou seja, àqueles que foram eleitos, estavam na faixa de 35 a 59 anos, correspondendo aproximadamente a 70% do total de eleitos. Em contrapartida, os grupos extremos de idade foram os que menos apresentaram índice de sucesso, sendo estes os candidatos de até 24 anos e a partir de 60 anos de idade.

Quanto ao sexo, os vereadores de Matinhos (2013-2016) são em sua totalidade do sexo masculino, correspondendo a 100% dos candidatos eleitos. Entre os suplentes, mesmo com a representatividade do sexo feminino, há o predomínio do sexo masculino para o cargo. Kerbauy (2005), em estudo sobre o perfil dos legislativos, encontra a mesma predominância do sexo masculino nos pleitos de 1996, 2000 e 2004 nas câmaras municipais brasileiras, tendência essa, acompanhada também nos legislativos estaduais e federal. No pleito de 2012, no cenário contemplando todos os municípios brasileiros, observou-se que a proporção de candidatos eleitos ainda é predominantemente do sexo masculino sendo uma proporção de 86,66% (apenas 13,34% eram do sexo feminino). Embora o número de vereadoras eleitas ainda seja pequeno, houve um avanço em relação ao pleito de 2008, onde elas representavam 12,53% do total de eleitos (BREMAEKER, 2012).

A análise do grau de escolaridade demonstrou que a maioria dos vereadores de Matinhos possui ao menos o Ensino Médio completo, esta parcela representa 90% dos entrevistados. Destes, 18% possuem até a pós graduação, 0% em nível Superior (completo), 18% possuem até o nível superior incompleto e 54% possuem até o ensino médio completo. Apenas 10% dos vereadores possuem até o ensino fundamental incompleto. Os números demonstram um nível elevado do grau de escolaridade entre os representantes do poder legislativo municipal da cidade de Matinhos. Na comparação com o litoral paranaense, verifica-se que aproximadamente 32,5% possuem até o Ensino Médio completo e quando somados

aos níveis mais elevados de grau de instrução, chegam até a 72,2% (TSE, 2015).

Em relação à religião, os vereadores de Matinhos se intitulam católicos ou evangélicos, não tendo sido analisadas aqui distinções mais específicas de cada uma das religiões. Quando perguntados sobre a prática religiosa ou se pertenciam a alguma religião, 45% responderam que se consideram evangélicos e 55%, católicos. Estes dados também refletem um traço da formação cultural brasileira, muito ligada a religiosidade. Os valores e a moral permeiam este campo, atuando como ponto importante na construção ideológica e também na própria atuação política dos vereadores. Para Mezzomo e Bonini (2011) os indivíduos podem possuir consciência religiosa e mesmo não atuando na promoção de uma religião ou outra, podem misturar a religião e a política na medida em que, inspirados por sua consciência religiosa, podem ingressar na política e defender propostas ancoradas na motivação ou moralidade religiosa. Desta forma, a religião como representação social histórica, pode ser um elemento importante na compreensão e interpretação dos conteúdos proferidos pelos vereadores.

As atividades profissionais desempenhadas pelos vereadores são variadas, sendo a atividade de comerciante a mais recorrente. Entre as profissões, foram citadas: comerciante, empresário, fisioterapeuta, funcionário público, médico e policial. O que chama a atenção nessa variável é o fato de que as atividades profissionais desempenhadas exercem grande contato com o público. No cenário do litoral paranaense como um todo, as profissões de comerciante e servidor público também aparecem com destaque. Em grau de maior frequência no litoral, destaca-se atividade profissional de servidor público (municipal, estadual e federal) com 18%, comerciante com 13,25% e vereador também com 13,25%. Observou-se que todas têm um grande contato com o público e que a atividade de vereador aparece como uma atividade profissional, dando talvez, margem a futuros estudos sobre a profissionalização dos políticos no âmbito municipal (TSE, 2015).

No que diz respeito ao tempo de residência no município de Matinhos, nota-se que o mesmo varia entre os candidatos eleitos, sendo que os vereadores que possuem menos tempo de residência moram há pelo menos 15 anos no município, chegando até aos 56 anos, antes mesmo do município de Matinhos estar emancipado, fato que ocorreu em 1967. Dentre os vereadores que residem em Matinhos, apenas dois são residentes desde o nascimento. Essas características

podem ser importantes fontes na observação de apreensão do contexto sócio-cultural vivenciado pelos vereadores.

Por fim, fechando a apresentação mais geral sobre o perfil dos vereadores objeto de estudo do presente trabalho, temos que, no que concerne à quantidade de mandatos, dos eleitos no pleito de 2012, varia entre um, dois e três mandatos, visto que 55% dos vereadores, ou seja, seis dentre os onze, estão no seu primeiro mandato e, os outros 45%, correspondente a 5 vereadores, estão do segundo mandato em diante. A quantidade de mandatos também foi discutida nos estudos de Vasconcelos *et. al* (2013) quando o autor buscou identificar o perfil dos vereadores da Câmara Municipal de Curitiba (CMC). Segundo o autor, do total de vereadores (38) no pleito de 2012, apenas 17 estão exercendo o seu primeiro mandato e o restante (21) estão atuando a partir da recondução ao cargo. O autor destaca que alguns destes vereadores atuam há anos na CMC, em períodos de até 30 anos.

METODOLOGIA

Para atender ao objetivo da pesquisa, buscando compreender as representações sociais do poder legislativo municipal de Matinhos-PR sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável, assim como quais as relações entre estas e a produção legislativa, foram realizadas as seguintes etapas: (i) Levantamento e análise da produção legislativa municipal, (ii) construção do instrumento (roteiro - questionário) para apreensão das representações sociais dos vereadores sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável (iii) construção das categorias analíticas sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável.

3.1 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DA PRODUÇÃO LEGISLATIVA

A análise da produção legislativa constitui-se como uma etapa fundamental da pesquisa, possibilitando compreender a ação dos sujeitos enquanto atores locais. D'Ávila Filho *et. al*, (2011) destaca que embora a atividade do vereador não se reduza à produção legislativa, considera como uma das funções mais importantes do parlamentar, pois é o produto desse ator. Em um primeiro momento, o levantamento e análise da produção legislativa serviu como uma aproximação do pesquisador com os sujeitos da pesquisa e seu meio (contexto), ou seja, o que

estava em foco nesta legislatura? Quais eram as questões em voga? Para quem estava se regulamentando?

De forma operacional, a produção legislativa destes vereadores foi coletada no site LEIS MUNICIPAIS (2014), iniciando-se a busca pela cidade de Matinhos/PR. Após a seleção da cidade, a ferramenta de pesquisa habilita a seleção “atos” para que se possa prosseguir.

Os “atos” disponibilizados na ferramenta são divididos em: “leis”, “decretos” e “portarias do executivo”. Para esta pesquisa, selecionou-se somente o campo “leis”, pois os “decretos”⁴ e “portarias do executivo” não constituem atos emanados pelo Poder Legislativo e, desta forma, não são contemplados nesta análise. É importante destacar que as “leis” se referem àquelas aprovadas e sancionadas.

A seguir, no campo “pesquisa avançada” seleciona-se a “pesquisa por ano” ou “pesquisa por data” (compreendendo um período específico). Utilizou-se a “pesquisa por ano”, visto que a ferramenta de “pesquisa por data” apresentou divergência acentuada na quantidade de atos do período em análise, ou seja, dos anos de 2013 e 2014.

Posteriormente, a tarefa consistiu em classificar as leis conforme seu conteúdo. Muitos autores se utilizam de classificações próprias para análise da produção legislativa, orientados pelos seus objetivos. Para Miranda (2015) a produção legislativa foi classificada em dois grupos: tema geral e específico. A autora destaca que esta partição surgiu da necessidade de aprofundamentos nos conteúdos específicos das leis. Em outro estudo, a ONG Transparência Brasil (2008, 2008a, 2008b) se utiliza de duas categorias para classificar a produção legislativa, sendo elas: relevante e irrelevante. Neste sentido, a organização também demonstra que essa criação de classes é oriunda da necessidade de responder aos seus objetivos de pesquisa. Silva (2011) também se utiliza de classificação própria ao analisar a produção legislativa no município de São Paulo. O autor destaca quatro rubricas para classificar a magnitude populacional atingida pela produção legislativa, sendo: geral, seccional, territorial e outros. Caetano (2005) argumenta que na literatura existe a dificuldade de encontrar tipologias satisfatórias para classificar a produção legislativa em âmbito local.

⁴Os decretos são oriundos do poder executivo. Os decretos do poder legislativo não fazem parte do banco de dados do site utilizado, embora possam ser consultados diretamente na página da câmara municipal de matinhos na aba: Geral> Leis e atos Normativos do Municipais> decretos legislativos> ano. O site é <http://www.camaramatinhos.com.br/>

Ante a dificuldade para encontrar uma tipologia que respondesse aos objetivos da presente pesquisa, foi construída uma classificação própria, tendo agrupado a produção legislativa em três classes: homenagens, orçamentárias e regulamentação.

O grupo homenagens, também chamado de honorífico (MIRANDA, 2015) ou não programático (CAETANO, 2005) contempla as leis que versam sobre homenagem a personalidades locais que se destacam por aspectos histórico-culturais ou pela contribuição local, além da nomeação de pessoas com feitos reconhecidos e, inclusive, aquelas que têm seus nomes postos em vias e logradouros do município. Em seu estudo realizado na cidade de São Paulo, Caetano (2005) observa que esses atos aparecem nos decretos legislativos e para ele são “atos administrativos, sem efeito normativo e sem a generalidade e abstração da lei” (CAETANO, 2005, p.9).

Para exemplificar este grupo na classificação da produção legislativa do município de Matinhos, ressaltamos as leis 1.606/2013 e 1.702/2014. A lei 1.606/2013 classifica-se no grupo homenagens por conceder, através de ato legislativo, titulação de benemérito aos “irmãos viana”, em virtude de divulgarem o nome do município de Matinhos-PR em seus shows (onde declaram que nasceram e moram) pelo mundo. Na lei 1.702/2014, a homenagem é realizada pela denominação de logradouro público em nome da pessoa homenageada, neste caso, Waldemar Sebastião Leite.

O segundo grupo identificado na produção legislativa, denominado orçamentárias, abordou as leis com efeitos na gestão pública municipal, caracterizando-se pelos atos que influenciam diretamente na estrutura orçamentária e financeira do município. Dentre elas se destacam: as aberturas, alterações, transferências de dotações, anulação e créditos suplementares, que em sua maioria regulam economicamente os assuntos pertinentes à Administração Pública Municipal, mais especificamente, aspectos contábeis, financeiro e orçamentário. Em Caetano (2005) essas características são contempladas em duas categorias: Administração Pública e Políticas Econômicas.

Como exemplos de leis inseridas no grupo orçamentárias, temos: a lei 1.597/2013 e 1.711/2014 do município de Matinhos-PR. A lei 1.597/2013 trata da

abertura de crédito adicional suplementar⁵ no orçamento do município de Matinhos-PR no exercício de 2013, tendo como fonte recursos àqueles vinculados na contratação de operação de crédito realizada junto a agência de Fomento (ver Lei 1.593/2013). Já na lei 1.711/2014 o crédito suplementar é aberto e remanejado para outras dotações através visto superávit financeiro, crédito especial e por anulação de dotação orçamentária.

O grupo regulamentação tem suas características na produção normativa municipal, com efeitos de regulamentação dos assuntos que interessam à população local. Este grupo possui natureza diversificada de assuntos, assim como de público atingido e nele encontra-se a maior parte das leis de iniciativa dos vereadores.

Desta forma, a análise do grupo aqui denominado “regulamentações” teve a investigação aprofundada, buscando identificar, a partir da leitura das ementas e aprofundamentos minuciosos, a temática abordada, o público alvo principal, a área de impacto e a dimensão de sustentabilidade envolvida.

Por temática entendeu-se o conteúdo da lei, o assunto principal explícito na regulamentação; o público-alvo foi definido como os grupos ou coletivos apontados diretamente pela implementação da lei; a área de impacto buscou ressaltar onde as leis poderiam estar inseridas (uma classificação) dentro da estrutura organizacional da administração pública municipal, no intuito de contemplar sua característica de impacto no local e; por fim, as leis foram classificadas pelo seu conteúdo nas dimensões de sustentabilidade de Sachs, de acordo como a mesma classificação utilizada para o diálogo com as representações sociais, descrito no item 3.3 da metodologia deste trabalho. Para visualizar melhor os aspectos do grupo regulamentações, criou-se o quadro 5, utilizando como exemplo a lei 1.718/2014.

QUADRO 5 - ASPECTOS DO GRUPO REGULAMENTAÇÕES

LEI 1.718/2014			
Temática	Público alvo	Inserção na estrutura administrativa municipal	Dimensão de sustentabilidade
AUXÍLIO FINANCEIRO A ATLETAS E EQUIPES QUE REPRESENTEM O MUNICÍPIO DE MATINHOS EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS OFICIAIS	ATLETAS	EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER	SOCIAL

FONTE: O autor (2015)

⁵Crédito suplementar são créditos destinados ao reforço de uma dotação orçamentária já existente. Para saber mais ver Lei 4.320/64. Art.º 40.

Aprofundar estas variáveis no grupo regulamentações contribuiu para o processo de reflexão dos interesses e das temáticas que se mostram mais evidentes pelo grupo pesquisado no contexto da produção legislativa. Estas, por sua vez, podem denotar aspectos importantes quando dialogadas em relação às representações sociais, atuando como a dimensão representativa da ação dos vereadores. Conforme Abric (2001), a prática também está ligada às representações, pois estas construções atuam como uma orientação para a ação. O aprofundamento do grupo regulamentações detalhados nos resultados desta pesquisa.

3.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

3.2.1 Construção do Instrumento de Coleta de Dados

A construção do instrumento foi orientada pelas bases epistemológicas da Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici e de sua continuidade através das autoras Denise Jodelet e Mary Jane Spink, com algumas adaptações metodológicas.

O conceito basilar que norteou a construção das perguntas da entrevista para a apreensão das representações sociais produzidas pelos vereadores é dado por Jodelet (2002, p.22). Segundo a autora, as representações sociais são entendidas como uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Neste sentido, os esforços foram centrados na apreensão das categorias de pensamento que são expressas pelos sujeitos a partir do seu universo simbólico.

Spink (2003) destaca que em casos específicos há possibilidade de estudar o processo de elaboração das representações sociais sob a perspectiva da representação-ação, buscando seus elementos cognitivos, afetivos e demandas concretas derivadas das ações do cotidiano para entender a construção de teorias (do senso comum).

Para alcançar as representações sociais produzidas, o instrumento de coleta de dados foi construído em forma de roteiro de entrevista semi-estruturado, com intuito de adentrar a temática abordada através de perguntas simples e claras, atendendo ao propósito principal da pesquisa de verificar quais são as representações sociais sobre a temática.

Para Jodelet (2002), de forma prática, são três perguntas fundamentais que abarcam o conjunto de componentes das representações sociais, sendo elas: Quem sabe, e a partir de onde sabe? O que e como se sabe? Sobre o que se sabe, e com que efeito?

A partir das questões destacadas pela autora construiu-se o roteiro, pautado em duas grandes questões norteadoras, sendo: (i) como os sujeitos entendem a temática, ou seja, quais são as representações sociais produzidas pelos vereadores sobre o desenvolvimento territorial sustentável e; (ii) na prática, o que eles entendem como atos que estão voltados para o desenvolvimento territorial sustentável. (representação – ação – Mary Jane Spink)

As perguntas básicas do roteiro atuaram como um fio indutor para que o entrevistado pudesse discorrer sobre a temática, proporcionando maior liberdade na formulação e exposição de suas respostas. O instrumento utilizado e a técnica da entrevista permitem a interação entre o entrevistador e entrevistado sobre o assunto e, em consequência, a exposição das idéias, valores, práticas, etc. destes sujeitos pela comunicação (fala, gestos, expressões), sendo este um meio de apreensão das representações sociais.

Neste sentido, o roteiro de entrevista semi-estruturado (anexo 1) foi elaborado de forma a contemplar os aspectos delineados neste tópico e para atender ao propósito de apreensão das representações sociais produzidas pelos vereadores.

3.2.2 Categorização e Análise

A partir das falas dos representantes políticos utilizou a técnica da análise de conteúdo (BARDIN, 1977) para decodificação das construções de pensamento destes sujeitos, sendo necessário, em um primeiro momento, a apropriação da linguagem dos sujeitos, tal como buscar desvendar os significados das palavras por eles expressas na entrevista.

Em Bardin (1977) a análise de conteúdo é uma técnica que busca analisar o conjunto das comunicações, visando obter procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo da mensagem. Para Silva et. al. (2005, p. 74) “o método da análise de conteúdo aparece como uma ferramenta para a compreensão da construção de significado que os atores sociais exteriorizam no discurso”, ainda assim esta ferramenta “permite ao pesquisador o entendimento das representações que o indivíduo apresenta em relação a sua realidade e a interpretação que faz dos significados a sua volta”.

Para a realização da análise de conteúdo, são destacadas três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material; e 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação (BARDIN, 1977).

A pré-análise consiste na fase de organização. Corresponde a um período de intuições e sistematização de idéias, tem por objetivo conduzir à organização não estruturada (aberta) por oposição à exploração sistemática dos documentos (BARDIN, 1977). Neste sentido a exploração do material (entrevistas) se dá de forma a buscar elementos emergentes nas transcrições discursivas, formando as primeiras impressões sobre o material coletado. As ideias ainda não se destacam de forma estruturada, mas como uma teia complexa, começam a se identificar os primeiros conteúdos partilhados/comuns entre os vereadores, àqueles mais pungentes e algumas heterogeneidades.

A segunda fase, denominada exploração do material, consiste nas “operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (BARDIN, 1977, p.101). O pesquisador pode solicitar que os indivíduos indiquem termos que ele considera mais influentes para descrever o objeto (evocando) ou parametrizar regras para que possa explorar o material coletado. Com esses dados, é possível estabelecer algumas correlações acerca do conteúdo da representação e os elementos organizadores desse conteúdo.

Nesta etapa, as regras são formuladas a fim de extrair as informações principais deixando o texto mais limpo e claro, retirando a “poluição” na transmissão da mensagem, possibilitando assim a sua decodificação. Para realização deste procedimento fase foram utilizadas duas ferramentas auxiliares, a contagem de palavras e filtros linguísticos.

Na contagem de palavras, observou-se a recorrência de palavras nas transcrições das entrevistas realizadas junto aos vereadores. Entretanto, a utilização

dessa ferramenta não foi suficiente para evidenciar as palavras que, de alguma forma, são relevantes e assumem um significado importante na construção dos entrevistados. A contagem de palavras sem a utilização de filtros adequados pode não surtir em um efeito contributivo, visto os excessos de palavras não significativas como poluições de classes gramaticais que não exercem função de significado. Desta forma, limitou-se a contagem aos substantivos, na sua função gramatical e também em sua função semântica.

A terceira etapa da análise de conteúdo consiste no tratamento dos resultados, inferências e interpretação. Bardin (1977, p. 101) destaca que nesta fase “os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos”. Neste sentido, a partir das contagens, foram explorados os significados das palavras mais recorrentes, identificando as similitudes e divergências presentes nas construções das representações sociais dos entrevistados. Como instrumentos auxiliares na decodificação da mensagem foram utilizadas as anotações realizadas durante a entrevista e também os registros da observação das sessões legislativas da Câmara Municipal.

Após a realização destas fases e tendo apreendido as representações sociais dos entrevistados, voltam-se os olhos para os objetivos da pesquisa, o qual busca identificar em que medida as representações sociais aparecem refletidas na produção legislativa e como dialogam com a literatura do desenvolvimento territorial sustentável, especialmente com a teoria do Ecodesenvolvimento desenvolvida por Sachs.

Em relação a produção legislativa foram pesquisadas as leis e projetos mencionados pelos representantes buscando verificar a correlação destas e àquelas analisadas nos anos de (2013 e 2014).

Para verificar como dialogam as representações sociais (universo consensual) em relação aos aspectos teóricos do desenvolvimento territorial sustentável foram construídas categorias analíticas a partir da teoria do Ecodesenvolvimento, visto as dimensões de sustentabilidade de Sachs (universo reificado). Embora tenhamos delimitado as categorias analíticas a partir da teoria de Sachs, a leitura e incorporação de outros autores nas discussões desta pesquisa foi fundamental para que pudéssemos compreender e explicar os significados produzidos pelos vereadores, pois a realidade é muito mais complexa do que imaginamos.

Retomando os aspectos teóricos do ecodesenvolvimento, realizamos a construção de categorias analíticas sobre desenvolvimento territorial sustentável.

3.3 CONSTRUÇÃO DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

A construção das categorias sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável destacou-se como ponto crítico do estudo, principalmente em virtude do seu largo rol de definições. A natural amplitude do Desenvolvimento Sustentável pode comportar uma infinidade de visões, versões e posicionamentos que, ao longo do tempo, foram surgindo e se consolidando.

Diante da gama de autores e teorias que buscam apreender o fenômeno em sua complexidade, optou-se pela utilização da teoria do Ecodesenvolvimento desenvolvida por Sachs, privilegiando a aproximação com o contexto brasileiro frente à sua pluralidade e na busca, por bases territoriais, de soluções específicas para se buscar o desenvolvimento.

A busca de soluções específicas também requer um planejamento específico voltado aos diferentes arranjos territoriais. Sachs (1993, p.37) destaca todo planejamento deve se esforçar em abranger cinco dimensões de sustentabilidade, complementares entre si, sendo elas: sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade espacial e sustentabilidade cultural.

Desta forma, essas dimensões, aliadas as características do ecodesenvolvimento, traduzem um esforço para se pensar o desenvolvimento sustentável de forma complexa no território. Tendo em vista essas características e, sobretudo, no papel dos vereadores enquanto ator político que atua no planejamento municipal, apropriou-se das dimensões de sustentabilidade como o instrumento analítico para realização do diálogo em relação às representações sociais dos vereadores, expressas nas entrevistas e para categorização da produção legislativa, visto o levantamento e análise desta.

Sachs (1993, p.37) discorre sobre a sustentabilidade social como:

a criação de um processo de desenvolvimento que seja sustentado por um outro crescimento e subsidiado por uma outra visão do que seja uma sociedade boa. **A meta é construir uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres.** (grifo nosso)

Nessas condições, a redução substancial das desigualdades sociais deve levar em conta a multidimensionalidade do processo de desenvolvimento “abrangendo todo o espectro de necessidades materiais e não materiais” (SACHS, 1993, p.25).

Haja vista que não há uma precisão delimitada para a compreensão do que possam ser considerados aspectos materiais e imateriais, neste trabalho entendeu-se como parte da dimensão de sustentabilidade social as produções discursiva e legislativa dos representantes direcionadas às necessidades dos munícipes; ou seja, aquelas buscando dar condições de acesso com justiça social. Neste sentido, utilizando-se da CF/88, considerou-se que os incentivos, melhorias na promoção e no acesso à educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, esporte e lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade, à infância, assistência aos desamparados, tal como a redução das desigualdades e preconceitos em virtude de origem, raça, sexo, cor, idade e religião podem se aproximar das premissas de sustentabilidade social e privilegiar condições de acesso aos serviços e recursos no território. Essas características pode ser visualizadas no quadro6:

QUADRO 6 - CARACTERÍSTICAS DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL

Sustentabilidade Social		
Redução de desigualdades e preconceitos em relação a:	Proporcionar incentivos e melhorias nas condições de acesso a :	
a) origem	a) educação	g) lazer
b) raça	b) saúde	h) segurança
c) sexo	c) alimentação	i) previdência social
d) cor	d) trabalho	j) proteção à maternidade
f) idade	e) moradia	k) proteção à infância
g) religião	f) transporte	l) assistência aos desamparados

FONTE: Modificado de Sachs (1993).

Além disso, foram incluídas como atinentes à dimensão de sustentabilidade social, leis que regulamentam os conselhos participativos que atuam como

instrumento de articulação, debate e criação de propostas que respondam ou busquem responder aos anseios da população que de algum modo privilegiam a participação social.

Na sustentabilidade econômica, Sachs (1993, p.37) discorre:

(...) da alocação e do gerenciamento mais eficiente dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados (...). A eficiência econômica deve ser avaliada em termos macrossociais, e não apenas através do critério da rentabilidade empresarial de caráter microeconômico.

A eficiência econômica entende-se como a alocação e gestão eficientes dos recursos, os investimentos do setor público e privado com eficiência econômica, buscando desenvolver os setores econômicos, levando em conta os ganhos sociais oriundos desse investimento (SACHS, 1993).

A definição dada a partir de Sachs para atingir os patamares de sustentabilidade econômica envolvem uma série de questões subjetivas e de difícil precisão. Para se ter uma ideia dessa dificuldade, poderíamos exemplificar a alocação e gestão eficiente dos recursos (econômicos) sob a ótica do orçamento público municipal que, em alguma medida, está atrelada aos ganhos sociais da população (Estado de bem estar social) e envolve os sujeitos pesquisados.

Para compreendermos a alocação seria necessário análise minuciosa do planejamento municipal, o que inclui o plano diretor municipal e as leis orçamentárias (LOA, LDO, PPA e suas alterações) e verificar de forma prática como são aplicados estes recursos, ou seja, sua destinação, pautados por pressupostos de ganhos sociais e de gestão eficiente (conceito subjetivo que seria de alguma forma delimitado). Esta análise, além de não ser possível nesta pesquisa, demandaria um tempo extraordinário. Desta forma, a fim de suprir esta dimensão apropriadamente, entendeu-se que a sustentabilidade econômica está ligada a quaisquer produção discursiva e legislativa que tratam do planejamento do setor público municipal, desde que não atreladas somente aos aspectos orçamentários (que estão ligados a classe orçamentária), mas que promovam a gestão eficiente de recursos públicos com transparência e autogestão.

Destaca-se ainda nesta dimensão incentivos e investimentos nas potencialidades locais como o turismo, as ações que contribuem e viabilizam a

economia local, incentivos para o setor privado instalado no território. Para melhor visualizar essa dimensão, elaborou-se o quadro 7.

QUADRO 7 - CARACTERÍSTICAS DA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

Sustentabilidade Econômica	
Planejamento público municipal (gestão dos recursos)	Incentivos e Investimentos à:
a) regulamentação de arrecadação de tributos	a) potencialidades locais
b) planejamento de metas municipais	b) arranjos produtivos
c) regulamentação de cargos e salários da administração pública	c) economia local
d) operações de crédito junto a agências de fomento	d) turismo e demais atividades econômicas
f) regulamentação de atividades econômicas no município	e) proteção aos micro e pequenos empresários locais
g) regulamentação que versa sobre ativos tangíveis e intangíveis municipais	f) proteção à mão de obra e ao trabalhador local

FONTE: Modificado de Sachs (1993).

No aspecto da sustentabilidade ecológica Sachs (1993, p. 37-38) descreve um conjunto de ferramentas que podem servir de diretrizes para se pensar esta dimensão. Destaca que é necessário:

- Ampliar a capacidade de carga da espaçonave Terra, através da criatividade, isto é, **intensificando o uso do potencial de recursos dos diversos ecossistemas**, com um mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida;
- Limitar o consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos que são facilmente esgotáveis ou danosos ao meio ambiente, substituindo-os por recursos ou produtos renováveis e/ou abundantes, usados de forma não agressiva ao meio ambiente;
- Reduzir o volume de resíduos e de poluição, através da conservação de energia e de recursos e da reciclagem;
- Promover a autolimitação no consumo de materiais por parte dos países ricos e dos indivíduos em todo o planeta;
- Intensifica a pesquisa para a obtenção de tecnologias de baixo teor de resíduos e eficientes no uso de recursos para o desenvolvimento urbano, rural e industrial;
- Definir normas para uma adequada proteção ambiental, desenhando a máquina institucional e selecionando o composto de instrumentos econômicos, legais e administrativos necessários para o seu cumprimento. (grifo nosso)

A partir das ferramentas expostas por Sachs (1993), compreendemos que os discursos e a produção legislativa consonantes com a dimensão ecológica são aqueles pautados na utilização os recursos naturais de forma ótima causando o mínimo de danos aos ecossistemas; nas mitigações da utilização do consumo de combustíveis fósseis, abrindo perspectivas para utilização de recursos renováveis;

Redução do volume de resíduos e de poluição; autolimitação do consumo material (consumismo); na intensificação da pesquisa para busca de tecnologias limpas e; na definição das regras e diretrizes adequadas para proteção ambiental.

Além disso, é notável destacar o processo educativo para a conscientização ambiental. Visto que as outras ferramentas ganham força quando há um processo de consciência por parte dos indivíduos. Para elucidar os componentes da dimensão ecológica, criou-se o quadro 8.

QUADRO 8 - CARACTERÍSTICAS DA SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA

Sustentabilidade Ecológica	
a) utilização os recursos naturais de forma ótima causando o mínimo de danos aos ecossistemas;	f) autolimitação do consumo material (consumismo)
b) mitigações da utilização do consumo de combustíveis fósseis	g) intensificação da pesquisa para busca de tecnologias limpas
c) utilização de recursos renováveis	h) definição das regras e diretrizes adequadas para proteção ambiental
d) redução do volume de resíduos (descarte)	i) promoção da educação ambiental como instrumento de conscientização e reprodução de ações de sustentabilidade Ecológica
e) conservação do meio ambiente e redução da poluição	

FONTE: Adaptado de Sachs (1993).

A sustentabilidade espacial conforme aponta Sachs (1993, p.38) configura-se como uma dimensão que busca um equilíbrio rural-urbano, melhor distribuição territorial de assentamentos urbanos e atividades econômicas. Neste sentido, o autor destaca que esta dimensão suscita:

- Reduzir a concentração excessiva nas áreas metropolitanas;
- Frear a destruição de ecossistemas frágeis, mas de importância vital, através de processos de colonização sem controle;
- Promover a agricultura e a exploração agrícola das florestas através de técnicas modernas, regenerativas, por pequenos agricultores, notadamente através do uso de pacotes tecnológicos adequados, do crédito e do acesso a mercados;
- Explorar o potencial da industrialização descentralizada, acoplada à nova geração de tecnologias, com referência especial às indústrias de biomassa e do seu papel na criação de oportunidades de emprego não-agrícolas nas áreas rurais (...)
- Criar uma rede de reservas naturais e de biosfera, para proteger a biodiversidade.

Neste sentido, pautamos a dimensão espacial como a produção discursiva e legislativa que busca uma relação de equilíbrio entre campo e cidade, rural e urbano,

com vistas ao fortalecimento das atividades oriundas desses espectros, ou seja, as iniciativas de fomento nas atividades desenvolvidas em assentamentos humanos e em suas atividades econômicas (SACHS, 2002).

Inserem-se as também, ações e investimentos públicos na área rural do município, tal como atendimento a demandas estruturais da zona urbana e rural, no interesse comum ou no intuito de padronização e otimização do espaço territorializado. A sustentabilidade espacial pode ser observada pelo quadro 9.

QUADRO 9 - CARACTERÍSTICAS DA SUSTENTABILIDADE ESPACIAL

Sustentabilidade Espacial	
Buscar relação de equilíbrio entre rural-urbano;	
a) atendimento das demandas rurais e urbanas considerando suas problemáticas específicas	d) regulamentação de normas de zoneamento e planejamento urbano e rural
b) fomento das ações desenvolvidas em assentamentos urbanos	e) minimização dos impactos causados pelas aglomerações residenciais e políticas auxiliares para a solução destes problemas
c) ações e iniciativas sobre as suas atividades econômicas, como por exemplo, na agricultura.	f) estabelecimento de redes de reservas naturais e de biosfera para a proteção da biodiversidade

FONTE: Adaptado de Sachs (1993).

Por fim, a dimensão de sustentabilidade cultural, na visão de Sachs (1993, p. 38) é observada como:

“a procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos que busquem mudanças dentro da continuidade cultural e que traduzam o conceito normativo de ecodesenvolvimento em um conjunto de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área”.

Neste sentido, busca identificar “(...) uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local”. (SACHS, 1993, p. 27). Ou seja, modelos de particulares e apropriados de produção. Para esta dimensão, considerou-se a produção legislativa e discursiva que atrelam a potencialidade de recursos locais com respeito às tradições e inovações, tal como de tecnologias apropriadas, também dos incentivos ao desenvolvimento da ciência e tecnologia atrelados às características locais.

Para compreensão da dimensão cultural, elaborou-se o quadro 10.

QUADRO 10 - CARACTERÍSTICAS DA SUSTENTABILIDADE CULTURAL

Sustentabilidade Cultural	
a) busca de modelos particulares e apropriados de produção	d) fomento às diferentes expressões da cultura local
b) reconhecimento e valorização da cultura local (arte, dança, música..)	e) fomento às tecnologias apropriadas, fortalecidas no território.
c) equilíbrio entre tradições e inovações	f) desenvolvimento da ciência e tecnologia que se buscam soluções em vista das características locais.

FONTE: Adaptado de Sachs (1993).

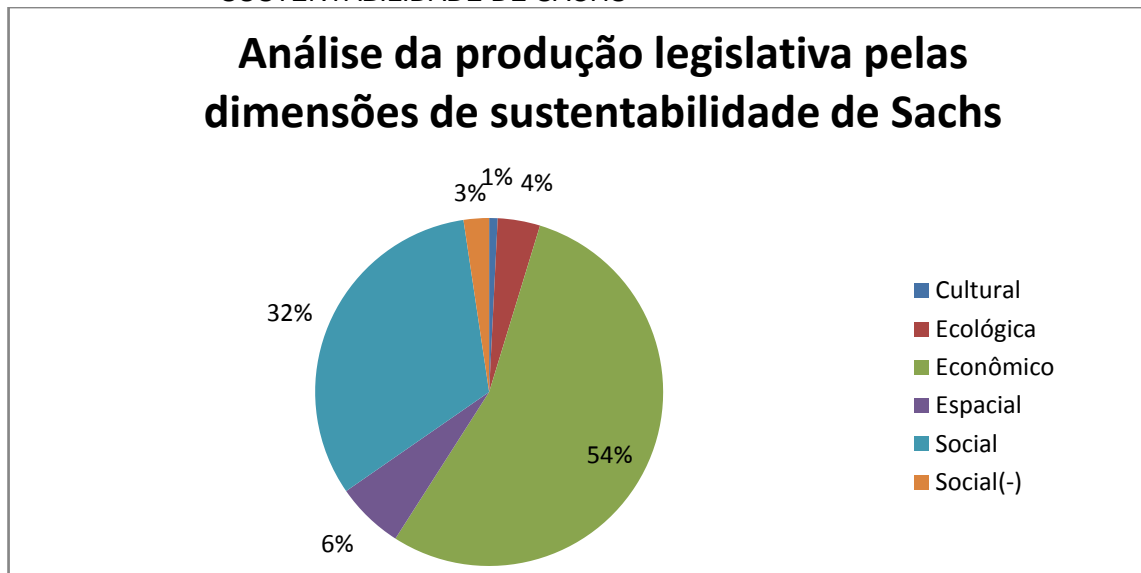
RESULTADOS

4.1 PRODUÇÃO LEGISLATIVA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Foram analisadas as 127 leis pertencentes ao grupo de regulamentações de forma minuciosa, buscando identificar as similaridades e divergências em relação às dimensões de sustentabilidade de Sachs (Gráfico 1).

O conteúdo da produção legislativa de forma descritiva, tal como suas classificações e categorizações encontram-se no ANEXO 2.

GRÁFICO 1 - ANÁLISE DA PRODUÇÃO LEGISLATIVA PELAS DIMENSÕES DE SUSTENTABILIDADE DE SACHS



FONTE: O autor (2015)

Conforme se observa no gráfico 1, a maior parte da produção legislativa analisada tem relação de similitude voltada a dimensão de sustentabilidade econômica, representando 54% do total das regulamentações.

As regulamentações ligadas a esta dimensão abordam as questões de autogestão municipal, planejamento e normas para arrecadação de tributos e regulamentações para atividades desenvolvidas no município. Essas atividades inserem-se no escopo de sustentabilidade econômica pela sua característica de planejamento na gestão territorial. Ou seja, o município, através de mecanismos regulatórios, estabelece políticas econômicas de fixação, gastos e controle de receitas e despesas para cumprir com metas estabelecidas; sendo que os recursos

arrecadados são investidos no próprio município, realizando um ciclo de sustentação econômica. Além disso, a sustentabilidade econômica pode ser observada na aplicação dos recursos em relação ao estabelecido nos planos plurianuais e na lei de diretrizes orçamentárias.

A relação com a dimensão da sustentabilidade social foi identificada em 32% das regulamentações, conforme apontado no gráfico acima. Suas questões abordam a participação social através de conselhos municipais em diversas áreas, assim como regulamentações de segurança, de equidade e mobilidade para os cidadãos e grupos, promoção de eventos (educativos) com a finalidade de conscientização (uso de drogas, aborto, etc.). Embora estejam atreladas ao aspecto da sustentabilidade social, algumas leis demonstraram um papel de distanciamento das premissas de sustentabilidade social pois, em algum grau, dependendo da perspectiva de análise, podem afetar/limitar o direito de liberdade dos cidadãos.

Ressalta-se, como exemplo de leis que poderiam a princípio ser colocadas como alinhadas à dimensão da sustentabilidade social, mas que sob a perspectiva do autor do presente trabalho, merecem determinadas ressalvas, aquelas ligadas à religião. Nota-se na instituição da religião, privilegiada pelo meio regulatório, um fator que vai de encontro às liberdades dos sujeitos, embora seja um elemento presente nas raízes culturais brasileiras. Ao privilegiar uma crença ou dogma, pode-se estar realizando um processo de exclusão de outras perspectivas religiosas (ou não religiosas) que, inclusive, podem estar presentes no mesmo território. Por esta ótica, a mobilização de regulamentações que privilegiam determinada instituição religiosa em detrimento de outras, pode ferir as condições de igualdade entre as religiões, além de também ferir o preceito de laicidade do Estado Brasileiro. Sendo assim, as regulamentações com esta característica (ligadas à religião), que representam 2% das regulamentações analisadas, foram indicadas na legenda do Gráfico 1 como Social (-), visto que, conforme exposto, pode-se nelas indicar aspectos que as distanciam dos pressupostos de Sustentabilidade Social.

As regulamentações voltadas para dimensão da sustentabilidade espacial representaram 6% do total analisado, abordando as regulações do território na padronização e instituição de normas para assuntos específicos da zona urbana e da zona rural, criando modelos baseados nas necessidades específicas de cada zona.

As regulamentações que abrangiam a dimensão da sustentabilidade ecológica representaram um total de 4%. Nesta categoria, as regulamentações contemplaram de forma restrita os assuntos de aspecto sanitário e manejo de resíduos sólidos.

As regulamentações alinhadas à dimensão da sustentabilidade cultural perfizeram o total de 1% das regulamentações. Nesta categoria observou-se a instituição de festa popular na cidade de Matinhos no calendário oficial trazendo em voga a dimensão cultural do município.

4.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Para buscar compreender as representações sociais, foram realizadas nove entrevistas semi-estruturadas com os vereadores do Município de Matinhos. Cada entrevista teve duração média de trinta minutos, sendo que o tempo mínimo foi de quinze minutos para uma entrevista e o tempo máximo foi de uma hora e quarenta minutos. Estas entrevistas foram realizadas no período de novembro a dezembro de 2015, tendo as mesmas sido gravadas e posteriormente transcritas para a realização da análise.

Para realizar a análise do conteúdo, optou-se pelo enfoque horizontal e vertical onde, ora o destaque se centrou em todos os discursos proferidos para um mesmo questionamento do roteiro, identificando as recorrências, similitudes e divergências e ora o enfoque se centrou em um único indivíduo e nas peculiaridades da sua fala. É nessa riqueza dos discursos individuais e coletivos que foram observados os significados, os símbolos e apropriações, pois eles revelam as categorias de pensamento sobre as quais estão assentadas as representações sociais deste grupo sobre a temática do desenvolvimento territorial sustentável.

Tendo em conta que compreender o conteúdo das falas dos vereadores é uma tarefa complexa e minuciosa, o trabalho de análise se deu a partir de algumas etapas. Inicialmente, realizamos os procedimentos descritos por Bardin (1977), partindo de uma leitura flutuante não estruturada a fim de identificar os possíveis conteúdos que circulavam nas construções dos entrevistados. Posteriormente, utilizou-se como técnica a contagem de palavras que nos permitiu verificar a

ocorrência de palavras repetidas no texto através do *contador de palavras e processador linguístico corpus*⁶.

O volume de palavras agrupadas, vista a multiplicidade de classes gramaticais (conjunções, advérbios, verbos, etc..) dificultava um olhar mais acurado na compreensão dos significados. Desta forma, optou-se pela realização de filtros, sendo o primeiro deles a retirada de todas as classes gramaticais, com exceção dos substantivos, pois estes guardavam a ideia síntese da construção semântica. Após esse filtro, selecionou-se até o limite de 15 palavras mais evidentes para cada pergunta das quais foram analisadas minuciosamente, buscando confirmar se, sob o ponto de vista mórfico, a palavra utilizada na oração se classificava como um substantivo. Realizados estes procedimentos, buscou-se nestas palavras e nas orações nas quais as mesmas estavam inseridas, explorar os seus significados, ou seja, a sua função na sentença, extraindo os elementos que permeavam essas palavras tendo em conta a pergunta que estava sendo respondida pelo sujeito naquele momento.

Na primeira pergunta, buscou-se identificar e filtrar os elementos constituintes das representações sociais sobre o desenvolvimento territorial sustentável, ou seja, o que os vereadores pensam sobre a temática, quais são as categorias de pensamento que as expressam. A pergunta realizada foi: “O que o senhor entende por Desenvolvimento Territorial Sustentável?”. Na contagem de palavras feita nas respostas dadas pelos vereadores entrevistados observou-se a recorrência dos termos conforme identificado abaixo:

“Cidade” (37 vezes), “Matinhos” (25 vezes), “pessoas” (17 vezes), “praia” (16 vezes), “turista” (15 vezes), “questão” (14 vezes), “desenvolvimento” (12 vezes), “futuro” (12 vezes), “exemplo” (12 vezes), “meio ambiente” (11 vezes), “município” (11 vezes) e “sustentabilidade” (9 vezes).

Nota-se ao analisar minuciosamente os significados nos discursos que os vereadores não denotam um consenso ou conceito único para descrever desenvolvimento territorial sustentável, embora seja recorrente o destaque para as temáticas do turismo e questões ambientais. A importância do turismo é ressaltada nas falas pelo por se tratar da atividade econômica mais relevante para o município e nas questões ambientais, observou-se que os vereadores compreendem de que o

⁶ Aplicativo linguístico disponível no Grupo de Linguística da Insite, coordenado por Rodrigo Siqueira, na página: linguistica.insite.com.br.

meio ambiente é um elemento vital para a sobrevivência no planeta e que têm reflexos no futuro (gerações futuras) dos seres humanos.

Hoje o ser humano está indo por uma área, um desrespeito total ao meio ambiente (...). Então eu vejo que para não prejudicar as gerações futuras temos que colocar o pé no chão e começar a direcionar justamente nesse desenvolvimento sustentável. (VEREADOR 3)

Desenvolvimento territorial sustentável (...) é a questão ambiental, principalmente, é a primeira coisa que já penso. (VEREADOR 2)

Hoje a gente vê essa temática (a sustentabilidade), um tema globalizado e hoje temos que conviver com isso para nós termos um futuro melhor. (VEREADOR 6)

Um outro aspecto interessante da pesquisa foi o impacto do termo (desenvolvimento territorial sustentável) para os sujeitos ao analisar a contagem de palavras, as observações e a conjuntura discursiva. Esse destaque é da forma como os sujeitos absorvem (ou se apropriam) do termo desenvolvimento territorial sustentável e como o (re)elaboram e (re)expressam. Notou-se que em alguns momentos, eles se utilizam de elementos que a constituem (fragmentando o termo) ou nomeiam termos mais “familiares” para compor seus significados, ou seja, o termo desenvolvimento territorial sustentável é colocado por vezes como desenvolvimento, território e sustentabilidade, ou ainda como desenvolvimento sustentável ou apenas sustentabilidade. De alguma forma essas “outras” expressões denotam elementos que são resgatados do imaginário realizando um movimento de ancoragem para o termo desenvolvimento territorial sustentável.

Nas entrevistas e na observação, essas expressões ganham sentido, principalmente quando alguns deles retomam a questão do turismo relacionado ao “desenvolvimento” e “sustentabilidade” às questões ambientais. Estas interações denotam um dos mecanismos de construção das representações sociais, a ancoragem. Ao se deparar com um tema novo, precisamos classificá-lo, torná-lo familiar, parte de um sistema de códigos pré-existente em nosso pensamento. Para isso, recorre-se a elementos familiares, parte de nossas construções sociais para que se possa fazer essa ligação.

De forma central e recorrente, a ligação do termo desenvolvimento territorial sustentável assenta-se sobre as questões turísticas e ambientais, entretanto não restringindo-se à estas.

Diretamente relacionado ao contexto típico de cidades litorâneas que possuem sua atividade econômica ligada ao turismo, também denominadas cidades praiano-turísticas⁷, vê-se na fala dos vereadores a ênfase dada ao turismo quando são chamados a responder sobre desenvolvimento territorial sustentável. Dessa forma, os significados que perpassam o entendimento dos representantes do legislativo municipal da cidade de Matinhos-PR centram-se no litoral pela sua característica turística, mais especificamente nos seus atributos praianos (praia, sol, mar, etc..).

O território do município está localizado na região litorânea, onde o nosso município tem 30 e poucos quilômetros de praia de frente para o oceano. Litoral e praia são pontos turísticos. (VEREADOR 1)

O que eu penso, do meu ponto de vista para que isso aconteça, é incentivar para que o turista venha mais para Matinhos, (...) porque nós dependemos exclusivamente do turismo aqui em Matinhos. (VEREADOR 4)

Os discursos dos vereadores destacam o turismo como ponto central para o desenvolvimento da cidade de Matinhos. Destacam que o turismo é a atividade que traz a receita para o município, principalmente no período de alta temporada. Nas palavras do VEREADOR 9: “Nossa política de trabalho, a minha principalmente e a de outros moradores daqui, é investida, é pensada e planejada tudo em cima da temporada e dos dias que tem turista para trazer recurso para cá”.

O relato do vereador, assim como alguns de seus pares, demonstra a importância dada ao turismo de veraneio para se pensar o desenvolvimento territorial sustentável. É interessante observar que, conforme estudo desenvolvido no litoral paranaense por Estades (2003, p. 39), as atividades econômicas ligadas ao turismo praiano “não revertem proporcionalmente em benefícios para a população permanente”. De acordo com a mesma autora, os principais beneficiários da atividade econômica turística são os setores econômicos que operam em nível local. Assim, pode-se supor que a importância dada pelos representantes políticos ao turismo esta atrelada à posição que eles ocupam profissionalmente, visto que boa parte dos edis de Matinhos são empresários e comerciantes com atuação no comércio local do município.

⁷ Aspecto econômico mais relevante ver: ESTADES, 2003.

Quando se referem à questão turística frequentemente os entrevistados ressaltam as oscilações existentes entre os períodos de alta temporada e baixa temporada, sendo estas variações importantes para o processo de planejamento turístico da cidade, visto que, por ser uma cidade litorânea, Matinhos é bastante procurada no período de verão, o que não ocorre em outros períodos do ano, quando a cidade fica esvaziada (DENARDIN et. al, 2011). Conseqüentemente, um dos problemas mais pungentes destacados pelos vereadores no período de baixa temporada é o da geração de emprego, pois a relação de emprego é muito dependente do turismo de veraneio:

A nossa região é o seguinte, a geração de emprego, você sabe que nós somos uma cidade turística e o que acontece muito hoje é a dificuldade de emprego no restante do ano. Chega a temporada tem emprego até sobrando, mas eu pensaria de repente em desenvolver algo para que pudesse esta mão de obra, a gente ocupar ela durante o ano todo. A intenção é essa da geração de emprego. (VEREADOR 5) (GRIFO NOSSO)

Embora o foco recaia na dependência do turismo praiano, um dos representantes menciona que o desafio do desenvolvimento é encontrar outras soluções para o problema da mão de obra ociosa fora do período de veraneio.

Neste ponto observa-se que há uma aproximação discursiva quanto às características da dimensão de sustentabilidade econômica e social (socioeconômica), privilegiando uma atividade econômica que tem fortes ligações características para esta região, aliando interesses sociais de geração de emprego (e ocupação deste durante o ano todo).

Para tanto, os representantes devem utilizar a “criatividade”, conforme destaca o VEREADOR 4, para criar e fortalecer outros mecanismos que ultrapassem o período de veraneio e que continuem trazendo desenvolvimento para o município. Neste sentido, o VEREADOR 4 menciona a importância de criar “outras atrações turísticas também, além do mar, para atrair também o turista em baixa temporada e não só depender exclusivamente do mar”. Na mesma linha, o vereador 1 destaca a necessidade de

(...) desenvolver pontos turísticos para que haja aquela procura do turista, não somente na temporada, nos dois meses de temporada, mas que ele procure o nosso município o ano inteiro. Desenvolver pontos turísticos, atividade culturais, para que haja uma procura o ano inteiro (VEREADOR 1)

Embora ressaltem no discurso a busca por novidades e potencialidades locais, a apropriação do termo desenvolvimento territorial sustentável também é expressa, em momentos, numa configuração de (re)produção do capital. Ao mencionar as atrações e potencialidades turísticas locais destacam que essas atividades têm como finalidade “explorar e ganhar dinheiro em cima do turista” (VEREADOR 5). Para Celso Furtado (2004), discutir sobre desenvolvimento implica em buscar elementos que estejam para além do aspecto de crescimento econômico. O autor destaca que “o que caracteriza o desenvolvimento é o projeto social subjacente” (FURTADO, 2004, p. 3), ou seja, a perspectiva do turismo deve ser pensada de forma a contemplar o seu impacto na vida da população, não somente desenhada com finalidade de atingir o crescimento econômico, pois:

Quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida da maioria da população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. Ora, essa metamorfose não se dá espontaneamente. Ela é fruto da realização de um projeto, expressão de uma vontade política. (FURTADO, 2004, p.4)

Neste sentido, o conteúdo que circula no discurso dos vereadores entrevistados se mescla com as características do crescimento econômico, pois, embora haja a preocupação com a questão de emprego e renda da população local, observa-se que também a finalidade dos aspectos puramente econômicos, não aparecendo como elemento prioritário dos projetos/ideias a efetiva melhoria das condições de vida das pessoas. A evidência, no conteúdo, é a recorrência do pensamento que remete à perspectiva econômica do desenvolvimento.

Como exemplo, veja-se a fala do VEREADOR 5:

O que é o ideal? É você **vender para o turista o que ele vem buscar**. De repente um trabalho, assim de informação do nosso turismo, **ganhando em cima disso**, com projetos, com ideias diferentes. (VEREADOR 5) (grifo nosso)

Atribui-se ainda um “status de crescimento e desenvolvimento” do município às elites econômicas que aqui consomem, ou seja, a arrecadação pelo município, segundo o VEREADOR 9 é proveniente do giro de capital de pessoas que tem (alto) poder aquisitivo: “a cidade vai crescendo mediante as receitas que ficam girando aqui. Pessoas que vem morar para cá com poder aquisitivo bom”.

Diante desse panorama, observou-se um afastamento quanto aos pressupostos de sustentabilidade social e econômica (socioeconômica), em virtude

de que, não somente pessoas de alto poder aquisitivo aqui consomem e residem gerando arrecadação para o município. Além do mais é necessário ampliar os olhares buscando equidade e a diminuição do abismo entre os mais ricos e os mais pobres.

O VEREADOR 9 destaca ainda que devemos criar mecanismos de sustentabilidade econômica para não depender de fatores externos, como o turismo de veraneio, fazer com que o sustento seja dado do próprio território:

É uma necessidade, os municípios serem sustentáveis, em todos os sentidos, poder tirar recurso próprio da região do litoral, tirar recursos próprios daqui para poder girar a economia. (VEREADOR 9)

Embora haja a preocupação com outros aspectos, nota-se que as representações sociais elaboradas pelos vereadores de Matinhos sobre desenvolvimento territorial sustentável estão muito ligadas às premissas de crescimento econômico, tão discutido na literatura (FURTADO, 2004). Embora seja inegável que o crescimento econômico seja uma condição necessária para o desenvolvimento, não podemos nos limitar a vislumbrá-lo como o próprio fim daquele. Para o VEREADOR 2 ter essa clareza é elemento principal para que se consiga alcançar o desenvolvimento territorial sustentável. Em sua fala destaca que o desenvolvimento territorial sustentável é muito confundido pelas pessoas com o próprio capital, a economia. Embora ressalte que, do seu ponto de vista, esse capital muitas vezes é o que “destrói” a sustentabilidade. Nas palavras do vereador:

A questão econômica ainda é muito confusa e confunde muito as pessoas, porque as pessoas ainda entendem que esse desenvolvimento territorial sustentável é muito atrelado à parte econômica, é muito atrelado ao capital. Quando, na verdade, muitas vezes, esse capital e esse econômico é que destrói a sustentabilidade. (VEREADOR 2)

Dando continuidade ao seu entendimento, o mesmo vereador descreve, a partir de exemplos práticos, como a questão econômica (chamado crescimento) as vezes não traz os benefícios para o DTS, trazendo, inclusive, prejuízos para o local. Quando o entrevistado expressa essas idéias é possível identificar em sua fala os elementos de objetivação e de ancoragem que dão suporte à representação social por ele produzida. Na sua construção o vereador se utiliza de exemplos (imagéticos), tangíveis, daquilo que não considera como desenvolvimento territorial

sustentável: “Por exemplo (...) Pontal do Paraná vai ter um grande desenvolvimento com o Porto ou com a Techint? Na verdade não.” (VEREADOR 2). Nesta fala se utiliza das empresas em um determinado contexto como referência tangível (imagens/ objetivação) para explicar o seu entendimento (ancoragem). Em seguida, fundamenta o porquê que o exemplo citado não se liga ao seu “universo simbólico de ancoragem” para o desenvolvimento territorial sustentável:

Primeiro que do ponto de vista social/empregatício não trouxe esse benefício para a comunidade. Muito pelo contrário, eu mesmo atendo em meu consultório muitos pacientes da Techint que vieram de diversas partes do país.

Como segundo argumento, o VEREADOR 2 destaca que o aumento na quantidade de trabalhadores vindos de outras localidades pode trazer consigo problemas para a comunidade, dentre eles, o aumento da prostituição, acarretando consequentemente problemas de saúde pública. Outrossim, se utiliza do exemplo de Paranaguá, especificamente da influência do Porto de Paranaguá, para embasar esse seu pensamento, ou seja, toma outro exemplo imagético para reforçar os aspectos da ancoragem. Além disso, observa-se que as características exemplificadas estão muito próximas do contexto profissional do qual o vereador está inserido, no caso a área da saúde.

Arelado ao desenvolvimento através do turismo, aparece sempre nas falas dos vereadores o papel do Poder Público no sentido de ser ele o responsável por fazer investimentos em infraestrutura. Para o VEREADOR 9 “os governos (estadual e federal) parece que agora estão se alertando para que haja obras de melhorias nas nossas praias”. Ressaltando a importância de garantir-se uma infraestrutura adequada para que o turismo possa se desenvolver, o VEREADOR 4 aponta:

Como é que vamos incentivar (o turista a vir)? Embelezando a cidade. Embelezando o mar, o mar já está bonito; Embelezando a praia, cuidando da praia. Limpar a praia, plantas, flores. Enfeitar, fazer portal de entrada na cidade, pegar as nossas ruas, que são todas ruas esburacadas, fazer uma pavimentação, mas não esse anti-pó que estão fazendo. (VEREADOR 4)

O investimento em infraestrutura para o município, dentro da perspectiva do desenvolvimento a partir do turismo, é destacada pelos termos: “embelezar” a cidade, transformar a cidade na “namoradina” do Paraná e “investir”. A frase do VEREADOR4 sintetiza essa posição:

Para Matinhos se transformar, realmente, na namoradinha do Paraná, tem que enfeitar ela, deixar ela bonita, se não ninguém vai querer essa namoradinha. (VEREADOR 4)

O turismo é reforçado e encontra uma aproximação com o aspecto de sustentabilidade econômica, pois o intuito pauta-se na premissa de fortalecimento dessa atividade, como promotora de mão de obra e arrecadação municipal.

Sob outro ponto de vista, retirando em alguma medida a extrema dependência do turismo focado no período de veraneio, o VEREADOR 5 destaca que agregar identidade aos produtos/serviços oferecidos no município pode servir como diferencial competitivo, ampliando as perspectivas de desenvolvimento territorial sustentável. Nas palavras do vereador: “Nós estamos trabalhando em cima disso, para criar um (produto). Camboriú tem, Itajaí tem. Vários lugares têm a sua identidade.” (VEREADOR 5)

A vinculação da identidade nos produtos/serviços pode fortalecer características territoriais e agregar valores intangíveis a eles. O vereador exemplifica a relação da identidade objetivando o que imagina quando se refere à construção de identidade de produtos/serviços no fortalecimento de características territoriais ao tratar de um (bloco) tradicional carnavalesco de Matinhos:

Todo mundo (dizia): eu vou para o Carnaval é a Caiobanda, Matinhos”, (nós precisamos) marcar com algum produto nosso, aqui de Matinhos. (VEREADOR 5)

Ainda assim, destaca outros exemplos de municípios vizinhos para sustentar sua visão de “identidade territorial” ou especificação de ativos (PECQUEUR, 2005), utilizando-se do mecanismo de objetivação: “Antonina a bala de banana, Morretes o barreado. Nós tínhamos que criar em nossa cidade, o sonho é você criar algo pra dizer: Não, lá em Matinhos é isso!”. (VEREADOR 5)

Os elementos constituintes ora destacados pelo vereador alinham-se fortemente ao processo de desenvolvimento a partir elementos territoriais. Para Pecqueur (2005, p.12) o processo de mobilização dos atores na elaboração de estratégias que se adaptem aos limites externos, na base de “uma identificação coletiva com uma cultura e um território” retrata uma definição do desenvolvimento territorial. O autor destaca que o mecanismo de territorialização tem como base a especificação de ativos, ou seja “a busca pelos recursos próprios ao território que

permitirão a este de se diferenciar em relação a seu vizinho antes de correr atrás da concorrência por produtos padronizados” (Ib., p.12)

O posicionamento e a produção discursiva adotada pelo vereador realçam similitudes com a perspectiva de sustentabilidade econômica e cultural, uma vez que ele constrói uma relação de desenvolvimento a partir do fortalecimento da identidade territorial. Destaca que esse “produto” deve ser marcado com as características locais, o que demanda elementos particulares, como por exemplo, processos tecnológicos apropriados (saber fazer, etc..). O conjunto dos elementos territoriais destacados também cumpre a função de retirar, em alguma medida, a dependência extrema do turismo como atividade econômica, abrindo novas perspectivas para atingir um patamar de desenvolvimento a partir de suas próprias forças.

Permeando as representações sociais produzidas sobre desenvolvimento territorial sustentável também são identificadas fortemente as temáticas ambientais, categoria de pensamento que assume grande relevância no discurso dos vereadores. A categoria meio ambiente/sustentabilidade para os vereadores é central na discussão do desenvolvimento territorial sustentável, frisada como um tema importante para a sobrevivência do homem no planeta. Além disso, também se refletem no discurso as consequências de não levar em consideração a importância do meio ambiente:

Se nós não começarmos a pensar hoje 100% no desenvolvimento sustentável nós corremos risco pouco menos de vinte, 30 anos de planeta. (VEREADOR 8)

Melhorar no sentido de eu falar assim é na qualidade de vida, tanto nossa, de nós seres humanos como da natureza, da cidade (...). (VEREADOR 7)

Para o VEREADOR 2, no aspecto global, as questões ambientais não assumem importância frente às questões econômicas. Na sua fala, tece uma crítica ressaltando aspectos puramente econômicos, indagando em que plano se colocam as questões ambientais:

Eu vejo que em nível global o que se discute é a questão econômica. É questão quanto nós estamos vendendo, quanto nós estamos ganhando. O nosso Produto Interno Bruto (PIB) está aumentando, não está aumentando. O foco é: o dólar aumentou, o euro aumentou. E como é que está a questão (ambiental)? (VEREADOR 2)

Para problematizar e elucidar as questões ambientais os vereadores se utilizam de alguns exemplos relacionados ao seu contexto, ou seja, se utilizam do mecanismo de objetivação (das representações sociais), (re)constituindo o que entendem sobre desenvolvimento territorial sustentável. Esses exemplos imagéticos reforçam a associação das questões ambientais com o termo desenvolvimento territorial sustentável. Neste sentido, um dos conteúdos que ganha amplo destaque na produção discursiva dos vereadores é a reciclagem do lixo: “Tem vários exemplos que a gente vê por aí. Captação e reciclagem de vários materiais de lixo. Papel, tudo isso(...)” (VEREADOR 3).

Os problemas da temática do lixo, segundo o VEREADOR 8, sofre um agravante no período de alta temporada, em virtude do aumento da produção de lixo e pela inadequação da sua destinação:

Temporada, o que tem de casca de coco que é jogado no lixo sem ser utilizado e que vai estar prejudicando o meio ambiente, é uma coisa assim, fora de série. (VEREADOR 8)

Para o VEREADOR 8 boa parte das cidades (governantes) do Estado de Santa Catarina pensam na resolução dos problemas do lixo através de medidas socioeducativas para conscientizar a população, visto a importância do meio ambiente para as pessoas. Destaca que além do meio ambiente essa iniciativa contribui (ou são desdobramentos) para a economia sustentável:

“Em cidades de Santa Catarina (...) você vê poucas cidades com lixo jogado nas beiras de ruas, nem um papelzinho de bala você não encontra. Por que? Porque eles estão preocupados com o meio ambiente e que faz parte da economia sustentável”

O discurso do VEREADOR 8 supracitado carrega alguns elementos importantes para descortinar a construção do seu pensamento. Observa-se que ao utilizar as cidades de Santa Catarina como modelo de cuidado com o meio ambiente, especificamente na temática do lixo, o vereador se utiliza do mecanismo de objetivação, criando uma imagem daquilo que seria o ideal na relação com o meio ambiente. Não obstante, o Estado de Santa Catarina carrega um significado vivenciado pelo sujeito, visto que residiu lá por algum tempo. Neste contexto, o mecanismo de ancoragem está presente no momento em que qualifica as ações

como parte de uma economia sustentável, ou seja, remete os atos a um referencial que lhe é “seguro”/conhecido/familiar.

A problemática do lixo frisada pelos vereadores vem acompanhada das medidas que poderiam ser implementadas para minimizar este problema. Na produção discursiva do VEREADOR 8 identifica-se a carência na informação, visto que os produtos, em seu ponto de vista, poderiam vir com informações detalhadas sobre o seu descarte, incentivando a reciclagem: “a empresa vende para você, ela dá no manual como você usar ela, mas não te dá no manual como você descartar ela depois. E isso acontece com todos os aparelhos eletro-eletrônicos”. O resultado dessa falta de informação é o inadequado descarte de materiais que poderiam ser reciclados. Nas palavras do vereador,:

a gente deixa de aproveitar muita coisa, tanto **na área de alimentação**, como **na área de informática**, em todas as áreas. Tudo, tudo hoje, vem com um material que é reciclável, **só que eles não mostram como reciclar** e isso é uma coisa que tem que começar a ser pensado. (VEREADOR 8) (grifo nosso)

Para o VEREADOR 9 o lixo poderia ser uma fonte de receita e renda para o município se houvesse um projeto municipal que beneficiasse o tratamento do lixo reciclável, segundo ele: “o lixo pode ser uma receita boa para o município. Neste sentido, o VEREADOR 6 afirma que “80% ou até 90% do nosso lixo é totalmente reciclável”.

Nós produzimos lixo e podemos ganhar dinheiro com isso”. Na sua ideia o município, em parceria com as associações de recicladores do município, coletaria todo o lixo e levaria para usinas de beneficiamento com equipamentos (esteiras) e catadores (mão de obra) para realizar a separação do lixo reciclável e não reciclável. Os materiais recicláveis decorrentes desse processo poderiam ser vendidos gerando “receita” para o município e os que não poderiam ser vendidos iriam para o lixão. Conseqüentemente, o processo como um todo geraria renda para as pessoas (catadores), retiraria parte dos materiais que podem ser reciclados do meio ambiente e geraria receita para o município. Destaca que não reciclar é “criar um custo par a natureza e automaticamente não tirar receita disso” e alerta “se a gente não criar maneiras para fazer com que isso retorne (financeiramente) (...) a gente vai a cada dia mais empurrando com a barriga”.

Para o VEREADOR 6 e o VEREADOR 8 a cultura é o elemento principal para a preservação e cuidados com o meio ambiente. A cultura é entendida por eles como a reprodução dos hábitos da população local e que está atrelada às relações estabelecidas no contexto em que a pessoa vive, nas relações com a família, com a escola e nos grupos que participa. Ambos destacam que a ausência de uma educação voltada ao meio ambiente e a “cultura” da população local são elementos que não contribuem para as ações de preservação e conservação do meio ambiente. Neste sentido, o VEREADOR 8 destaca: “Eu acredito que grande parte do que vem acontecendo é culpa da própria população, porque não se trabalhou lá no início, lá na pré-escola uma cultura, principalmente aqui no litoral” e complementa que “o pontapé inicial seria começar a trabalhar lá nas pré-escolas a cultura do povo, mostrar, desenvolver projetos, onde as crianças iam chegar em casa e corrigir os pais.” Neste sentido observa-se uma aproximação da dimensão de sustentabilidade social, ecológica e cultural.

O VEREADOR 6 acrescenta que implementar uma política de cultura pode contribuir para mudanças importantes no contexto local, principalmente as relacionadas às questões ambientais, financeiras e de solidariedade diacrônica:

Uma política de cultura (informação/conhecimento) para que nós possamos nos sustentar com menos agressão ao nosso meio ambiente, menos agressão financeira ao nosso bolso e, conseqüentemente, a gente vai ajudar futuras gerações. (VEREADOR 6)

Entretanto, o VEREADOR 6 destaca ainda que existem dificuldades de implementação de projetos voltados à sustentabilidade de longo prazo. Neste sentido, o VEREADOR 9 corrobora com o pensamento do colega destacando: “Geralmente se faz um projeto que vai beneficiar a população, não no exato momento, mas quem sabe no futuro, mas é muito difícil você ter adesão da população, é difícil”.

Entre os pontos que favorecem a não adesão da população, segundo os entrevistados, encontra-se o desconhecimento ou a falta de conhecimento voltado a essa temática, como destaca o VEREADOR 6 “pena que o desconhecimento é muito grande, a cultura é muito baixa.” Neste sentido o VEREADOR 2 vai além dizendo que é necessário fornecer esse conhecimento para a população de uma forma que as pessoas “internalizem” esses hábitos, pois de nada adianta fornecer o

as informações se as pessoas não as convertem em comportamentos que orientem a prática cotidiana. Embora destaquem essa dificuldade de inserção da temática na cultura da população, um dos vereadores ressalta a perspectiva de processo que está atrelada a toda mudança cultural. Nas palavras do vereador: “de pouco em pouco a gente vai conseguindo, vai espalhando. Eu sou uma gotinha no meio desse oceano, mas eu estou ajudando” (VEREADOR 6)

Os vereadores trouxeram em seus discursos a importância de se pensar o desenvolvimento territorial sustentável através de alguns de seus projetos. Nas suas exposições, verificou-se uma grande diversidade de assuntos nos projetos abordados, embora tenhamos uma recorrência aos aspectos relacionados ao meio ambiente e renda, tendo como diferencial o apontamento de um dos vereadores em projetos voltados para os idosos e deficientes físicos, se aproximando das premissas de sustentabilidade social no seu escopo de regulamentação. Aqueles que não apresentaram projetos autorais apresentaram exemplos que podem se enquadrar na dinâmica de soluções para o desenvolvimento territorial sustentável.

O VEREADOR 8 coloca dois projetos que são voltados à temática ambiental, na prática de reaproveitamento e reutilização de materiais, com consequência na geração de renda. O primeiro projeto é o da reutilização da casca de coco, principalmente na temporada, onde temos uma maior produção desse tipo de lixo, e, o outro, é relacionado à trituração de galhos secos.

O VEREADOR 6 destaca que existem vários projetos de sua autoria com relação ao desenvolvimento territorial sustentável. De acordo com o vereador, um dos projetos mais importantes que já tramitou na Câmara e foi sancionado pelo prefeito é o programa da escola sustentável. Além deste, destaca a criação de diversas leis que atendem ao público de deficientes físicos e idosos.

O VEREADOR 2 cita como projetos de sua autoria: a utilização de tijolos ecológicos na elaboração de projetos habitacionais no município de Matinhos; as medidas de compensação para neutralizar as emissões de dióxido de carbono e; a obrigatoriedade de construções sustentáveis em edificações públicas em geral.

De outra forma, o VEREADOR 1 e o VEREADOR 4 não falaram de projetos específicos, mas destacaram elementos e ações em projetos que visam atingir o desenvolvimento territorial sustentável. O VEREADOR 5 destaca que as ações devem ser focalizadas em criar uma identidade local, um produto local. E o

VEREADOR 1 e o VEREADOR 4 destacam que o foco deve estar na infraestrutura do município que precisa melhorar para o turismo.

A construção das representações sociais também é oriunda das muitas fontes de informação da qual os sujeitos se (re)apropriam, (re)elaboram e (re)transmitem seus pensamentos (ideias, concepções). As múltiplas fontes de informação que fazem parte do contexto social do indivíduo (vivências, grupos de convívio, mídia) se mesclam produzindo novas representações sociais. Em alguns momentos, nos discursos dos pesquisados, foram mencionados fatos noticiados pela imprensa que estavam em destaque na grande mídia durante o período da realização das entrevistas. Nota-se que as informações veiculadas pela imprensa nacional integram as representações sociais elaboradas pelos vereadores, auxiliando-os no processo de significação do DTS. O VEREADOR 3 e o VEREADOR 2 trazem a informação difundida pela mídia como elementos para argumentar sobre os impactos no meio ambiente causados pelo homem. Esta imagem é objetivada por ambos no caso do rompimento das barragens na cidade de Mariana (MG)⁸, ressaltando os problemas ambientais: “tem os nossos rios, como por exemplo, em Mariana – MG que foi uma catástrofe absurda, trágico” (VEREADOR 2)

Além de informações midiáticas, identificar as características no outro (pertencente ao mesmo grupo) pode ser uma forma de expressar complementaridades sobre as representações sociais, observando principalmente a circulação da informação na construção coletiva dos sujeitos. Pensando na informação (re)apropriada que circula nos grupos elaborou-se a segunda pergunta, sendo: “como você acha que seus colegas vereadores observam/entendem o desenvolvimento territorial sustentável? Quais características?”. Após o filtro as palavras destacadas foram:

Vereador(es) (12 vezes), assunto (10 vezes), lei(s) (9 vezes), poder (9 vezes), população (9 vezes), meio ambiente (7 vezes), conhecimento (6 vezes), ideia (6 vezes), colegas (5 vezes), forma (5 vezes), parte (5 vezes), projetos (5 vezes), área (5 vezes), opinião (4 vezes).

⁸No dia 5 de novembro de 2015 houve o rompimento de barragem da mineradora Samarco em Mariana-MG, lançando 34 milhões de m³ de lama de rejeitos no meio ambiente. Os dejetos eram resultantes da produção de minério de ferro. Seiscentos e sessenta e três quilômetros de rios e córregos foram atingidos; 1.469 hectares de vegetação, comprometidos; 207 de 251 edificações acabaram soterradas apenas no distrito de Bento Rodrigues, considerado a maior catástrofe ambiental da história do país, com mais de 600 famílias desabrigadas e 17 mortos. (PORTAL BRASIL, 2015)

A partir destas informações analisou-se as complementaridades e a comunicação entre o grupo em relação ao entendimento sobre o objeto. Neste sentido, o discurso pode apontar elementos que permeiam a construção das suas representações.

De forma geral, os vereadores destacam que o desenvolvimento territorial sustentável não é tratado por eles de forma incisiva e que não há diálogo entre eles sobre esse assunto. Segundo o VEREADOR 2: “Você percebe que isso não faz parte do conhecimento dos colegas”, embora ressalte que são suas percepções e impressões e que não guarda um retrato fiel da realidade. Neste sentido, a comunicação sobre a temática abordada parece carente no diálogo entre os sujeitos no grupo. O VEREADOR 9 acredita que não há esse diálogo, embora acredite que no cenário atual “a preocupação maior de todos os governantes, vereadores, deputados, senadores, não diria todos, mas uma grande maioria, hoje o foco principal seria meio ambiente”. O que aparenta uma possível “individualização” de perspectivas, sem o diálogo entre os participantes.

Em outras situações o discurso está voltado para a falta de propagação deste conhecimento, como algo que ainda não está acessível ou que está pouco acessível à população, como um conhecimento que ainda não está apropriado em um universo consensual: “Eu acho que os vereadores eles pouco sabem sobre isso, não só aqui a Câmara municipal de Matinhos, de outras câmaras, até a população na verdade, pouco sabe sobre isso” (VEREADOR 7).

Além disso, a negação pode indicar um processo de autoproteção dos sujeitos ao se confrontarem com uma temática pouco familiar ou conhecida pelo grupo. O VEREADOR 6 destaca que uma das suas perspectivas é que em outros pleitos possam ser eleitos colegas “que entendam um pouco e tenham uma cultura mais (aqui refere-se a informação/conhecimento) sobre o nosso meio ambiente, cultura sustentáveis”

Em um sentido mais específico, os vereadores destacam que seus colegas têm visões setoriais do desenvolvimento territorial sustentável. O VEREADOR 6 destaca que “aqui o vereador ele se encaixa assim, ele tem um quadrante na cabeça dele, cada um com a sua área sabe”. Para ele, os vereadores partem de suas perspectivas ou de suas áreas de atuação, ou seja, cada um apresenta o seu entendimento, seus projetos, suas posições a partir do seu contexto de atuação

profissional e de familiaridade (o processo de ancoragem – classificação e proteção cristalizada em uma rede familiar).

O VEREADOR 8 corrobora com esta noção de que os vereadores pensam a sua atuação a partir de uma perspectiva setorial ao afirmar: “trabalho na área da saúde. Eu procuro focar minha parte administrativa enquanto vereador na área da saúde”.

Para todos os efeitos eles destacam que é necessário buscar mais conhecimento para tratar desta temática e que estas informações são importantes também para repassar para a população

A terceira pergunta do roteiro foi “Você consegue visualizar ações e iniciativas do desenvolvimento territorial sustentável? No município? Como? Onde? Por quê?”. O intuito era entender as impressões práticas que eles utilizam para compor a representação social, salientando que, em alguma medida, a representação tem reflexos na ação dos sujeitos, ou ainda, na classificação das ações que eles consideram como relacionadas ao desenvolvimento territorial sustentável.

As palavras em evidência foram: “lixo” (38 vezes), “município” (25 vezes), “cidade” (20 vezes), “Matinhos” (18 vezes), “pessoas” (16 vezes), “questão” (14 vezes), “projeto” (13 vezes), “exemplo” (12 vezes), “casa” (11 vezes), ações (10 vezes) e “energia” (9 vezes).

Conforme a contagem de palavras indica, uma questão pungente, retomada pelos vereadores em forma de iniciativas e ações, refere-se ao lixo. É importante frisar os variados discursos em relação a esse problema. Consensualmente todos colocam a questão do lixo como um problema sério para o meio ambiente e que deve se ter uma atenção especial para esse assunto, sendo que dentre as abordagens, há o destaque para a reciclagem como uma ação positiva na diminuição desse impacto no ambiente.

A produção legislativa e discursiva sobre o lixo vai ao encontro das premissas de sustentabilidade ecológica conforme dispostas neste trabalho, tendo em vista que o lixo é um dos problemas mais preocupantes do município na visão dos vereadores.

Para o VEREADOR 9 muitos municípios que ele visitou tem uma reciclagem quase que total do lixo e que essa é uma iniciativa que deveria ser seguida por outros municípios (até mesmo o de Matinhos).

Ainda na temática do lixo, uma das iniciativas e ações, que decorre em longo prazo é da conscientização. Para o VEREADOR 7:

Nós temos que (...) conscientizar, começando pelas escolas. Tem essas caçambas que tem reciclável e orgânico, ninguém respeita. Se você ver dentro deles, eles põem o lixo orgânico no reciclável, reciclável no orgânico, daqui a pouco tem lixo no rio.

A realização de campanhas que veiculem a informação (conhecimento) sobre o lixo e seus problemas no meio ambiente se destaca como uma medida importante para solucionar esse problema. O VEREADOR 6, neste sentido, destaca: “Eu peço para os deputados estaduais que a gente ajuda para fazer campanha, para que eles tenham uma conscientização para mandar materiais.” Ainda assim, um trabalho no município a esse respeito: “a nossa prefeitura municipal sobre a coleta de lixo, para mandar alguns recados, situações do nosso meio ambiente”.

O destaque para é dado ao planejamento do poder público como primeiro passo para que se possa implementar e orientar ações. Para o VEREADOR 9 é necessário um planejamento à nível nacional com transferência de recursos e fiscalização do Governo Federal: “você tem uma meta de tanto, é como um planejamento, daqui há 1 ano você tem que mostrar que você já fez, daqui há 2 anos tem que estar na meta tal. E isso poderia vir recurso do próprio (Governo Federal), como é feito em creche, por exemplo”

Já para o VEREADOR 6 é uma responsabilidade compartilhada entre as esferas, visto que em seu discurso destaca: “A gente espera que as esferas de poder do estado, em conjunto com a do município possam estar instruindo melhor e disciplinando a população daqui.”

Para o VEREADOR 8 essa preocupação com o meio ambiente deve ser do poder público: “Na verdade tem que ser do poder público, iniciativa privada acaba não dando resultado porque nem é pra isso”.

Pautado por questões de desenvolvimento, conforme observados na primeira pergunta, alguns vereadores observam as ações e iniciativas de desenvolvimento territorial sustentável como ações infraestruturais na cidade, motivados pelo enfoque turístico dessa região. O VEREADOR 1 destaca que as ações precisam ser de melhoramento na mobilidade urbana, visto o fluxo de carros na temporada na cidade e por conseguinte criar pontos turísticos de destaque para a cidade. Corroborando

nesta perspectiva, o VEREADOR 4 destaca que “o turista vem pra cá, quer ver a praia bonita, ver a cidade embelezada”.

Também são destacadas as ações que envolvem o aproveitamento dos recursos como água e energia como um exemplo relacionado ao desenvolvimento territorial sustentável, embora algumas dessas soluções, em sua visão, tenham custos elevados para sua implementação.

O VEREADOR 7 com referência a mídia destaca: “a gente acompanha em algumas reportagens de televisão, sobre DTS a gente vê muito lá no nordeste como as energias limpas, as eólicas”. Embora destaque que este tipo de energia é limpa, coloca o preço é muito caro para sua produção. Além desta, destaca a energia solar como uma fonte de energia que está sendo explorada pelas empresas e que condomínios em São Paulo estão reaproveitando a água da chuva.

A veiculação da informação na grande mídia, através da imagem e reportagem oferece um tipo de informação muito acessível para composição das representações sociais. Como no caso supracitado, as ações e iniciativas de DTS ganham destaque para o vereador quando veiculadas na mídia, visto que a objetivação fica “diante dos olhos” através das imagens (gerador de energia solar, geradores eólicos) e a ancoragem na assimilação em um universo mais familiar, nas suas construções do pensamento ligando-se a ideias de energias limpas.

A quarta pergunta foi realizada no intuito de compreender em medida em que as representações sociais estão atreladas as práticas desses sujeitos, visto que as representações sociais são construções do pensamento e a prática também está ligada ao pensamento. Isso não significa dizer que as representações sociais repercutem diretamente nas ações, mas que em alguma medida elas podem estar associadas ao modo de agir. Para isso, a pergunta realizada foi “Você possui ações, projetos, leis que sejam voltadas a este tema? Quais?”

As palavras identificadas na contagem foram: “projeto” (31 vezes), “questão” (30 vezes), “pessoas” (23 vezes), “energia” (21 vezes), “água” (21 vezes), “município” (17 vezes), “cidade” (13 vezes), “vereador” (11 vezes), “exemplo” (10 vezes), “projetos” (9 vezes), “lixo” (8 vezes), “meio ambiente” (7 vezes), “prefeito” (vezes) e “sustentabilidade” (7 vezes).

Os projetos elencados demonstraram um alto grau de heterogeneidade. Entretanto, boa parte deles se assenta nas grandes categorias de pensamento ora

apresentada pelos sujeitos enquanto o seu entendimento de desenvolvimento territorial sustentável.

É importante destacar que eles mencionam projetos de indicação, projetos legislativos que já estão aprovados e implementados no município, assim como apontam suas perspectivas de projetos a serem criados e colocados em votação futuramente. Neste sentido, temos como assuntos destes projetos aqueles relacionados a interesses sociais, ambientais e também de infraestrutura.

Um dos projetos de indicação é destacado pelo VEREADOR 4 buscando atender a interesses sociais do município. Segundo o vereador, através do projeto de indicação nº 006/2013, voltado especificamente para a área da saúde, buscou-se conceder crédito educacional para a formação de médicos para atuarem no município. O investimento realizado na educação do aluno seria ressarcido ao erário através da prestação de serviços médicos no município, segundo o VEREADOR 4 “o município paga o teu curso e a partir do momento que você se formou, tu volta para o teu município e todos os anos que você demorou para se formar tu fica na cidade e pagando ao município a mesma quantia que ele pagou tua mensalidade.” Para o vereador essa medida visa incentivar a formação médica de pessoas que são residentes no município “para que acabasse com essa falta de médico que temos na cidade”, buscando dar oportunidade àqueles que tem vocação nesta área mas não dispõem de recursos para pagar os estudos:

tem uma vocação para ser uma boa médica, mas a oportunidade talvez não acompanha a vocação dela. É um pensamento voltado pro futuro, porque aquela criança filha do bem pobre, da pessoa bem menos favorecida financeiramente, ela poderia ser médica. (VEREADOR 4)

O outro projeto, apresentado pelo VEREADOR 8 tinha como enfoque a arrecadação de remédios que não estivessem sendo utilizados pelas pessoas. Segundo o vereador “você vai na farmácia e compra uma cartela lá com 20 comprimidos, você não vai usar os 20 comprimidos, você toma dois ou três, melhorou você deixa jogadinho lá no canto”. Neste sentido, pensado em utilizar esses remédios que as pessoas não consomem, destaca:

Criei um projeto de lei para que fossem reutilizados esses remédios enquanto estivessem na data de validade, as pessoas devolveriam em uma farmácia básica do município, ou nos postos de saúde, teria um ponto de coleta. (VEREADOR 8)

Após a coleta, o município fazia a distribuição dos remédios, via farmácia básica municipal, para as pessoas que estivessem necessitando dos remédios. No entanto, destaca que o projeto não logrou êxito “foi aprovado, é lei, só que infelizmente a lei não é cumprida” (VEREADOR 8)

Ambos os projetos apresentados destacam-se pelo alinhamento à sustentabilidade social, proporcionando o acesso a educação e melhorias nas condições de saúde, embora haja dificuldade na efetividade do segundo projeto destacado

Nos projetos ambientais, foi destacado a implementação de caçambas de lixos para o descarte de lixo orgânico e reciclável pelo VEREADOR 4. Como ele destaca “esse projeto da coleta de lixo, eu trouxe aqui hoje dessas caçambas que estão espalhadas na cidade, os containers”.

O VEREADOR 6 destacou o projeto intitulado “escola sustentável” que busca através do processo educativo a conscientização dos alunos e dos pais para as questões de reciclagem e descarte adequado do lixo destacado pelo vereador.

Já o VEREADOR 7 citou um dos seus projetos de indicação que tem como objetivo a reciclagem de materiais e conscientização dos pais. Para isso, destaca que a separação do lixo reciclável acontece nas casas dos alunos e que eles levam esses materiais para a escola, como ele destaca “separam dentro de casa e levam pra escola” e lá realizam trabalhos com esses materiais junto com os professores. O vereador (VEREADOR 7) ainda destaca a importância de realizar visitas a projetos e instituições que trabalhem com reciclagem. Neste sentido, destaca o projeto Fukuoka⁹ como uma referência no trabalho com materiais eletro-eletrônicos “nem sabia que tinha esse projeto, confesso, é um projeto muito bom. Fukuoka é um instituto que trabalha com produtos eletro eletrônicos que já não são mais (sendo utilizados)”

Entre outras leis de cunho ambiental destaca-se a do tijolo ecológico. Segundo o VEREADOR 2, o Projeto de Lei nº 001/2015 tem com objetivo incentivar a utilização de tijolos ecológicos nas construções habitacionais no município de Matinhos. O vereador destaca que o processo de fabricação destes tijolos tem

⁹ONG, sem fins lucrativos, e de direito privado, criadas com o objetivo de manter os laços com o seu povo através de intercâmbio cultural, assistencial e social, além de bolsas de estudos para jovens com domínio da língua japonesa. Para saber mais acesse: <http://www.afukuoka.com.br/>

menos impacto no meio ambiente, visto que trabalha com prensas (mais ou menos 12 toneladas) para produzi-los, não necessitando de utilizar carvão em forno para realizar o processo de fabricação. Além disso, o formato dos tijolos permite que eles sejam interconectados, possibilitando também a passagem da parte elétrica e hidráulica por seus dutos. Neste sentido, o vereador destaca que a não utilização de canos de PVC na construção “já está evitando uma grande poluição da natureza que é a própria fabricação do PVC”.

Outro projeto destacado pelo VEREADOR 2 refere-se a medidas de compensação do dióxido de carbono. O Projeto de Lei (PL) 003/2015 estabelece as medidas de compensação que, segundo o vereador, são aquelas em que “você tem um fator onde você calcula a emissão de carbono em função disso você tem que plantar tanto de árvore que compense isso”. Mas destaca que “você tem que estabelecer como lei que a pessoa tem que obrigatoriamente, em função disso, neutralizar o malefício que está fazendo com o dióxido de carbono”.

Entre os projetos, o VEREADOR 2 citou ainda o das construções sustentáveis (PL 004/2015) que se aplica as edificações públicas em geral. Em suma o vereador destaca que essas edificações podem ser planejadas de forma a se utilizar melhor dos recursos naturais. Entre eles destaca “as edificações públicas se utilizem, por exemplo, da água de chuva para construção, (...) para fazer a lavagem da sua calçada,” ou ainda “usar a energia solar através do painel fotovoltaico”. Ressalta que algumas ações do projeto já estão sendo realizadas pelo executivo “no projeto a gente prevê é a questão de trocar as lâmpadas por lâmpadas, por exemplo, de *Light Emitting Diode* (LED). Isso é uma coisa que está sendo praticada já pelo executivo”.

Os projetos mencionados são fortemente ligados à dimensão de sustentabilidade ecológica, ligando aos temas de reciclagem e melhor utilização dos recursos naturais como a água.

Além destas leis também atreladas a questão ambiental, existem àquelas voltadas a questão infraestrutural da cidade. Neste sentido, o vereador VEREADOR1 destaca o projeto voltado a construção de espaços para lazer e passeios e trilhas ecológicas. Segundo o vereador: “Na rua Alvorada, onde é o campo do Caiobáeu aproveitaria o espaço para uma cancha poliesportiva, cancha de bocha, de volei, de barquinho, pracinha. E ali uma trilha, onde subiria o morro onde fazia uma trilha”. Destaca que não teria intervenção ou corte de árvores para o caminho da trilha, visto que o caminho já é existente. Neste sentido, se apropria de

um espaço para a promoção de espaços de lazer aproveitando os recursos que possui no território (como os passeios ecológicos) com privilegiamento da dimensão de sustentabilidade social, respeitando a dimensão de sustentabilidade ecológica.

Alguns vereadores disseram não terem produzido algo que esteja atrelado ao desenvolvimento territorial sustentável, mas que estão estudando possibilidades para apresentação futura. Nas palavras do VEREADOR 9 “te confesso que posso ter sido falho nisso, eu não lembro de ter feito alguma coisa relativo a isso assim, diretamente nisso”.

A quinta pergunta buscava compreender quais eram os posicionamentos dos vereadores e os seus votos e nas sessões da Câmara, visto o seu entendimento sobre desenvolvimento territorial sustentável. A pergunta realizada foi: “Em que medida você acha que o seu entendimento sobre DTS aparece refletido nas suas proposições ou nos seus votos e posicionamento dentro da Câmara Municipal de Matinhos?”

As palavras evidentes na contagem foram: “projeto(s)” (24 vezes), “município” (15 vezes), “pessoas” (11 vezes), “lei” (9 vezes), “vereador” (8 vezes), “câmara” (7 vezes), “prefeito” (7 vezes), “sustentabilidade” (7 vezes), “cidade” (6 vezes), “conselho” (6 vezes), “conselho” (6 vezes), “criança” (6 vezes), “desenvolvimento” (6 vezes), “Matinhos” (6 vezes) e “povo” (6 vezes).

Verificou-se que alguns deles disseram que não se posicionaram na câmara a respeito da temática. Outros disseram que nunca teriam sido levantadas questões onde estavam presentes os aspectos do desenvolvimento territorial sustentável.

O VEREADOR 9 e o VEREADOR 5 destacam que ainda não tiveram questões debatidas sobre esse assunto. De modo contrário o VEREADOR 6 destaca que “a discussão sempre existe”. Já para o VEREADOR 3 por estar há pouco tempo em exercício colocou que não é um momento de posicionamentos, mas “um período ainda de busca, de mais escutar do que falar”.

Para alguns deles a explicação acerca dos posicionamentos foi relacionada termos práticos, visto que eles se utilizaram de exemplos para ilustrar. Além disso, observou-se a retomada das temáticas voltadas para a infraestrutura visando o turismo.

O VEREADOR 1 ilustra o seu posicionamento sobre desenvolvimento territorial sustentável pensando na questão da infraestrutura, voltada ao turismo no município de Matinhos. Para isso, retoma o exemplo do teleférico construído no

município. Nas suas palavras destaca “você veja, em 1988, 1989 que se implantou esse teleférico e eu era vereador, o qual quando o pessoal chegou com o projeto do teleférico eu achei maravilhoso, eu defendi esse projeto”. Logo em seguida destaca a finalidade turística do empreendimento “todo final de semana fora de temporada aquilo fazia fila de gente que vinha aqui para andar no teleférico para subir no morro e ver aquela vista maravilhosa”. A importância do empreendimento para o vereador é destaque em boa parte de sua fala como um elemento que ganha destaque para assimilar a questão infraestrutural atrelada ao turismo.

A participação popular também apareceu como um elemento constituinte importante para a adoção de posicionamentos na Câmara Municipal. VEREADOR 2 destaca que esta medida é utilizada desde o início de sua campanha como base de uma construção coletiva. Para ele “você constrói através do que o povo vê, do que o povo sente, do que o povo percebe.” A participação é muito destacado em seus posicionamentos. Segundo o vereador, ele também participa conselhos para contribuir com as propostas de desenvolvimento do município e acredita que esse mecanismo da participação é um instrumento importante para a construção das propostas de desenvolvimento territorial sustentável:

Eu participo do Conselho Municipal de Educação.. Eu sou representante do conselho municipal de Educação da parte dos parlamentares(...) eu participei e faço parte do fórum que construiu o plano municipal de educação (...) Eu faço parte do comitê de saneamento básico do município (VEREADOR 2)

Já o VEREADOR 6 aponta que seus posicionamentos buscam dar aconselhamento em projetos propostos por seus colegas, salientando que sempre há a discussão em torno do desenvolvimento territorial sustentável, pois segundo ele “nas sessões, vários assuntos de projetos que a gente aborda eu cito muito isso”. A incidência é de que seus “apontamentos” sejam de complementaridade para os projetos de colegas, visto que estes acréscimos contribuem com as perspectivas do desenvolvimento territorial sustentável, sendo assim ele destaca:

Eu aproveito até, vários outros ganchos, assim de alguns projetos novos dos pares (vereadores) que a gente dá uma diquinha (dica, palpite) para a gente fazer depois algum tipo de alteração para que a gente possa colocar alguma coisa de bem feitoria para nossa cidade, que nos ajude no nosso dia a dia, do meio ambiente, das nossas famílias e de um futuro melhor pra nossa cidade. (VEREADOR 6)

O VEREADOR 4 e o VEREADOR 7 ilustram que seus posicionamentos são favoráveis adoção de estratégias de marketing/propaganda para o turismo e para a conscientização, pois são projetos que atingem de forma amplificada o público. Para o VEREADOR 4 é necessário que se faça esse marketing para atrair os turistas “vamos para Matinhos, visitar Matinhos, uma das melhores praias do sul do Brasil. Lá você vai ser bem atendido, tem bons hotéis, boas pousadas, uma bela praia, bons restaurantes, bom divertimento no quesito verão que combina com praia”. Para o VEREADOR 7 é necessário agir e mostrar para as pessoas que Matinhos está se tornando uma cidade sustentável e que os hábitos sustentáveis devem ser preservados, como ele cita “você que vem na temporada, separa teu lixo” ou “cuide, economize água, luz, etc.”.

A sexta pergunta buscou verificar se eles conseguiam enxergar em outros projetos do legislativo municipal a abordagem do desenvolvimento territorial sustentável, ou seja, projetos que vão além daqueles que são de sua autoria. A pergunta realizada foi “Quais outros projetos do legislativo tem abordagem do desenvolvimento territorial sustentável?”

As palavras em destaque na contagem foram: “projeto(s)” (42 vezes), “lei” (16 vezes), “vereador” (16 vezes), “pessoas” (15 vezes), “questão” (11 vezes), “família” (9 vezes), “madeira” (8 vezes), “município” (8 vezes), “pessoa” (7 vezes), “trabalho” (7 vezes), “câmara” (6 vezes), “lixo” (6 vezes), “população” (6 vezes) e “prefeito” (6 vezes)

A maioria dos vereadores acredita que não houve outros projetos e leis que abordassem a questão do desenvolvimento territorial sustentável. Para o VEREADOR 4, o VEREADOR 5 e o VEREADOR 3 não tiveram projetos que entraram na casa de leis do município relacionado ao DTS.

O VEREADOR 1 destaca que no último semestre ele não se recorda de nenhum projeto que tratasse de DTS, embora afirme “vi projetos na área do esporte, mas é que vem procurando mais atender o nosso esportista, principalmente o esportista mirim que são de famílias bem carentes que não tem (...) Além desses do esporte, no DTS assim, não”. Já o vereador (VEREADOR 9) destaca que se houvessem projetos e discussões sobre a temática ele saberia, pois antes de qualquer circulação o projeto necessita do parecer da comissão do qual ele é relator.

Embora a maioria destaque que não houveram projetos de colegas que tratassem sobre DTS, o VEREADOR 7 discorda sobre os seus colegas afirmando

que tiveram projetos sobre a temática que tramitaram na casa de leis. Para ele, o projeto Flores, frutos e vida é um exemplo de projeto que está relacionado ao desenvolvimento territorial sustentável. O projeto prevê o plantio de árvores frutíferas na cidade, de preferência nativas. Por consequência, as árvores, ao assumirem o ponto de maturação poderiam fornecer frutos, sendo estes produtos coletivos e, portanto, podendo ser coletados pela população. O projeto é destacado pelo VEREADOR 6 como um projeto pioneiro. Embora tenha sido citado por vereadores, o VEREADOR 2 tece uma crítica à essa questão, pois para ele o projeto supracitado é utópico, pois existe um trabalho cultural a ser realizado, pois as árvores seriam de propriedade coletiva e seria difícil estabelecer diretrizes para determinar a coleta de frutos pelas pessoas. Segundo o VEREADOR 2 existe um trabalho a ser feito “A não ser que você trabalhe muito a questão cultural das pessoas e diz "olhe, não destrua essa árvore porque essa árvore vai produzir frutos para você e para sua família.”. Além do mais, o vereador questiona “como é que você vai partilhar isso?”. Para ele os mecanismos que seriam necessários para implementar uma lei como essa estariam fora de cogitação.

Para o VEREADOR 8, os projetos que envolvem o desenvolvimento territorial sustentável são somente àqueles que ele mesmo apresentou, visto não identificar nos colegas outras ações que contribuam para o DTS. “Então, veja só (...) eu posso citar para você esses que eu já comentei com você que é o aproveitamento da casca de coco, que é a máquina para a trituração de galhos” (VEREADOR 8)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As investigações em representações sociais do desenvolvimento territorial sustentável se mostraram como um grande desafio e ao mesmo tempo um grande aprendizado. A temática, alvo de controvérsias e discussões assume, não somente aqueles posicionamentos pautados pelos critérios científicos.

A apropriação simbólica do termo é tão complexa quanto à realidade a qual se insere. Há que se considerar os sujeitos em suas relações sociais para “tentar” decodificá-las da melhor maneira.

A linguagem, o meio social, o imaginário, as experiências e vivências, a informação e suas partilhas, entre outras, compõem o universo das representações sociais de difícil (talvez utópico) apreensão em sua totalidade.

O pesquisador, de todo modo, busca alcançar o mais próximo disso (da totalidade) baseado em suas crenças científicas, moldados pelos seus referenciais e escolhas durante a pesquisa, mas esbarra em suas limitações. Digo isso, pois todos os seres humanos, por natureza possuem, em alguma medida, limitações.

Ao estudar as representações sociais percebi o quão grande era o desafio de pisar neste terreno novo. Além disso, buscar compreender quais eram as representações sociais sobre desenvolvimento territorial sustentável abria um novo campo de estudo, do qual não estava “familiarizado”. Embora estivesse ciente destas limitações, reconheço que o processo de aprendizado (e o poder escolha) nos fortalece e amadurece enquanto pesquisador.

Na investigação das representações sociais, o grande desafio era encontrar pressupostos teóricos que auxiliassem, em um primeiro momento, a compreensão teórica e que se tornassem instrumentos para a verificação empírica. Através da pesquisa realizada por Moscovici, no estudo das representações sociais sobre a psicanálise, observei a importância de compreender “um outro saber” que se pauta na construção de ideias do senso comum que, conforme destaca Jodelet, seguidora das ideias de Moscovici, seria o conhecimento socialmente elaborado. Aquele conhecimento que é tanto quanto o conhecimento acadêmico.

Seguindo nessa linha, com leituras de Jodelet e Spink, me apropriei de pressupostos que me auxiliaram a pensar as representações sociais, também na sua relação com a prática, além de pensar outros elementos que a compõem, visto o momento histórico de globalização.

Os teóricos foram essenciais para a construção dos instrumentos de coleta de dados e me instigaram a pesquisar a relação entre representações sociais e a prática dos sujeitos (contexto de representação-ação).

Considerando que os sujeitos da pesquisa (os vereadores de Matinhos-PR) tem como atribuições legislar para a população, buscando atender as demandas e interesses desses e; que a sua prática (enquanto ator no território) se dava nesta relação, busquei investigar se estas representações sociais estabeleciam algum tipo de relação com a produção legislativa.

Era necessário, antes de mais nada, realizar um levantamento da produção legislativa destes sujeitos, buscando compreender quais temáticas se destacavam, para quem se estava regulamentando e qual a similitude ou divergência encontravam com desenvolvimento territorial sustentável.

Para falar de desenvolvimento territorial sustentável e categorizar a produção legislativa era necessário optar por um enfoque (uma teoria). Desta forma, optei pela teoria do Ecodesenvolvimento de Sachs, pela aproximação junto ao mestrado e por compreender que a teoria aborda, através de características e dimensões, a complexidade necessária frente a um contexto pluralizado que é o contexto brasileiro. Situei minha delimitação nas dimensões de sustentabilidade (social, econômica, ecológica, espacial e cultura)

Efetuei o levantamento da produção legislativa, fazendo a leitura das leis dos anos de 2013 e 2014, fato que também me ajudou a compreender um pouco do contexto da produção legal do município de Matinhos-PR. Posteriormente, nos meses de outubro e novembro de 2015 fui aplicar as entrevistas com os vereadores, além de acompanhar as sessões legislativas. Uma coisa que é simples e indispensável nestes momentos é o caderno de campo, como auxílio para a tarefa posterior, a análise dos dados.

A transcrição das entrevistas é exaustiva e exige paciência, embora sirva como uma forma de “reavivar” os momentos das entrevistas e, posteriormente, para auxiliar na análise das entrevistas.

Embora tenha-se muitos materiais como: as observações (da entrevista e das sessões legislativas no caderno de campo), a produção legislativa e as transcrições das entrevistas (representações sociais) há uma dificuldade imensa para sistematizá-los de maneira que não percamos a qualidade do conteúdo. Ressalto que a realidade é muito mais complexa do que pensamos.

Para as entrevistas, utilizar a técnica da análise de conteúdo foi um ganho no processo de sistematização. A técnica da análise de conteúdo em Bardin propiciou alguns caminhos para que fossem feitas as análises das entrevistas.

Da análise de produção legislativa observei muitas aproximações com relação a sustentabilidade econômica. Nesta dimensão, verifiquei que as temáticas referem-se ao planejamento, prioritariamente a regulamentação da estrutura administrativa municipal, sobre arrecadação de receitas em um sentido de buscar (equilíbrio entre receita e despesa) eficiência econômica.

O segundo destaque da produção legislativa vai para a temática social, onde observou-se uma gama de leis no que tange a acessos, principalmente voltados a públicos específicos (idosos, PNE, etc.). Destaca-se também que uma das leis afasta-se da dimensão de sustentabilidade social, visto que ao regulamentar a leitura de um livro sagrado nas escolas públicas, privilegia uma em detrimento de muitas outras e fere o direito de liberdade de opção.

No que refere-se as dimensões de sustentabilidade ecológica, espacial e cultural, atrelaram-se aspecto sanitário e manejo de resíduos sólidos; modelos baseados nas necessidades específicas de cada zona e instituição de festa popular na cidade de Matinhos no calendário oficial, respectivamente.

No que tange as representações sociais dos sujeitos sobre desenvolvimento territorial sustentável destacou-se que são muito ligadas a dois aspectos, o turismo e o meio ambiente. Embora não sejam as únicas.

Os processos de ancoragem e objetivação das representações sociais são muito diversificados, mas notou-se que a objetivação (criação da imagem) do meio ambiente está fortemente ligada a reciclagem e lixo, enquanto do turismo está ligada a atributos praianos (praia, sol, mar, etc.,...).

Quanto a ancoragem (o processo de familiarização), ou seja, a sedimentação em um *schema* já construído mentalmente de forma a dar sentido ao objeto, a temática do lixo (sua reciclagem), para um dos vereadores, é exemplo nas cidades de Santa Catarina, ou seja, a sua ancoragem de limpeza, zelo e cuidado com a destinação do lixo está ancorada em um modelo (familiar) criado em seu pensamento.

No que se refere às dimensões de sustentabilidade de Sachs é possível identifica-las na produção discursiva em todas as suas dimensões.

Entretanto, percebe-se que a sustentabilidade econômica aparece muito atrelada ao turismo também, embora, por vezes também se mescle com pressupostos do crescimento econômico. De fato essa mistura é fruto da realidade construída de forma simbólica, não levando em consideração os aspectos da cientificidade (objetividade, racionalidade, etc.).

Outra dimensão presente de sustentabilidade é a ecológica, ou seja, muitos dos discursos e também da produção legislativa por eles destacadas está atrelada a esta dimensão. Muito destacada pelo lixo e por projetos que visam a reutilização e reaproveitamento de recursos.

São notórias algumas relações entre as representações sociais e as ações dos sujeitos, conforme destacados nas entrevistas. Entretanto, quanto a produção legislativa analisada percebe-se que não foram destacadas relações entre estas e aquelas. Mas há que se salientar que existe similitude quanto á dimensão de sustentabilidade econômica (observadas na produção legislativa e no discurso) e divergência quanto a ecológica (muito observadas nas falas e pouco na produção legislativa analisada).

Por fim, este estudo traz como contribuições além das acima elencadas, outras formas de compreensão matemática (desenvolvimento territorial sustentável), através de representações sociais, que devem ser levadas em consideração quando pensamos nas formas de encontrar vias efetivas para o desenvolvimento territorial sustentável.

REFERÊNCIAS

ABRIC, J. C. **O estudo experimental das representações sociais**. In D. Jodelet (Ed.), *As representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 155-171.

ALMEIDA, M. H. T de; CARNEIRO, L. P. **Liderança local, democracia e políticas públicas no Brasil**. *Opin. Pública, Campinas*, v. 9, n. 1, Maio 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010462762003000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 Jan. 2015.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BREMAEKER, F. E. J. de. **Perfil dos vereadores do Brasil (2013 – 2016)**; Estudo Técnico nº 182. Associação Transparência Municipal (org.), 2012. Disponível em: <http://www.oim.tmunicipal.org.br/abre_documento.cfm?arquivo=_repositorio/_oim/_documentos/304DF70D-A49A-BE9C-7F66A262FBF3E0BB11102012060102.pdf&i=2074> Acesso em: 18 dez 2015

CAETANO, B. **Executivo e legislativo na esfera local – Agenda e Construção de maiorias na Câmara Municipal de São Paulo**. *Novos Estudos*, nº 71, março/2005. Disponível em: <http://novosestudios.org.br/v1/files/uploads/contents/105/20080627_executivo_e_legislativo.pdf> . Acesso em: 18 mar 2015.

CARRAZA, R. A. **Direito Constitucional Tributário**. 25ª Ed. São Paulo. Malheiros, 2009.

CARSON, R. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos. 1969. 305p.

D'ÁVILA FILHO, P.M. LIMA, P. C. G. DE C; JORGE V. L. **Produção legislativa e intermediação de interesses: uma análise das Indicações na Câmara Municipal**

do Rio de Janeiro. In: Anais do 35º Encontro Anual da Anpocs – GT 10 Estudos Legislativos, 2011. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/35_encontro_gt/GT10/PauloFilho_LimaJorge.pdf>. Acesso em: 14 set 2015.

DENARDIN, Valdir Frigo; ABRAHÃO, Cinthia M. de Sena; QUADROS, Diomar Augusto de. (Org.). **Litoral do Paraná: reflexões e interações.** Litoral do Paraná: reflexões e interações. Matinhos: UFPR Litoral, 2011.

DELGADO, N. G. et. al. **Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais.** Relatório parcial. Rio de Janeiro: IICA/OPPA, 2007

DOWBOR, L; POCHMANN, M. **Políticas para o desenvolvimento local.** Fundação Perseu Ábramo; Instituto Cidadania. 1ª Ed. Abril de 2010.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico.** 13ª ed, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

ESTADES, N. P. **O Litoral do Paraná: entre riqueza natural e a pobreza social.** Rev. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 8, p. 25-41, jul/dez - Ed.: UFPR, 2003.

FERNANDEZ, B. P. M. **Ecodesenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável e Economia Ecológica: em que sentido representam alternativas ao paradigma de desenvolvimento tradicional?** Rev. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 23, p. 109-120, Editora UFPR: jan./jun. 2011.

FURTADO, C. **Os desafios da nova geração.** Jornal dos Economistas, junho de 2004.

GUZMÀN, E. S. **Origem, evolução e perspectiva do desenvolvimento sustentável.** In: Jalcione Almeida e Zander Navarro (Orgs.) Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento sustentável. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998, 2ª ed. p. 19-32.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso 01 novembro de 2014.

HALISKI, A.M; FLORIANI, D. **Território: um passo rumo ao desenvolvimento sustentável**. In: I Seminário Nacional Sociologia e Política – UFPR, 2009. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT7%20online/territorio-rumo-AntonioHaliski.pdf>> Acesso em 15 jan. 2015.

HOEFFEL, J. L; REIS, J, C. **Sustentabilidade e seus diferentes enfoques: algumas considerações**. Rev. Terceiro Incluído, NUPEAT–IESA–UFG, v.1, n.2, jul./dez./2011, p.124 –151.

HOROCHOVSKI, R.R. **Desatando nós: associativismo civil, democracia e empoderamento na colônia de pescadores de Matinhos, Paraná**. Tese de Doutorado (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): Florianópolis, 2007.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL (IPARDES). **Caderno Estatístico Município de Matinhos**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83260&btOk=ok>> Acesso em: 03 jan2016a.

_____. **Perfil da Microrregião Geográfica de Paranaguá**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=638&btOk=ok> Acesso em: 03 jan 2016b.

JACOBI, P. **Poder local, políticas sociais e sustentabilidade**. Rev. Saúde e Sociedade. Fev 1999, vol.8, no.1, 1999. p.31-48.

JODELET, D. **Représentationssociales: undomaine en expansion**. In D. Jodelet (Ed.) Les représentationssociales.Paris: PUF, 1989, pp. 31-61. Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão Técnica: Alda Judith AlvesMazzotti. UFRJ- Faculdade de Educação, dez. 1993

_____. **Representações sociais: um domínio em expansão.** In: JODELET, D. (org.). *As Representações sociais.* Rio de Janeiro: 2002. p.17-44.

KERBAUY, M. T. M. **As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local.** *Rev. Opinião Pública*, vol.11, nº.2 Campinas, 2005.

KLERING, L. R; BERGUEB, S.T; SCHRÖEDERC, C. S; PORSSSED, M. C. S; STRANZE, E; KRUEL, A.J. **Competências, papéis e funções dos poderes municipais no contexto da administração pública contemporânea.** *Análise A Revista Acadêmica da FACE.* Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 31-43, jan./jun. 2011

LANE, S. T. M. **Usos e abusos do conceito de representação social.** In: SPINK, Mary Jane(Org.). *O conhecimento no cotidiano.* São Paulo: Brasiliense, 1993.

LEIS, H. R.**A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea.** Petropolis: Editora Vozes, 1999.

LEIS MUNICIPAIS (site). **Leis de Matinhos-PR.** Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/3365/leis-de-matinhos>>. Acesso em 05 jan 2014.

LOPES, S. A. R. S; PEGORETTI JUNIOR, C. R. **Da autonomia municipal.** *Rev. Semana acadêmica.* Ed. 31 Vol 1, 2013. Disponível em: <<http://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/meu4oartigo.pdf>>. Acesso em 21 jan 2015.

MCCORMICK, J. **Rumo ao paraíso: A história do movimento ambientalista.** Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1992.

MEADOWS, D; MEADOWS, D; RANDERS, J; BEHRENS, W. **Limites do Crescimento: Um Relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade.** Perspectiva, São Paulo. Tradução Inês M. F. Litto. 1972. 203p.

MEZZOMO, F. A; BONINI, L. G. **O religioso em contexto político-eleitoral: eleições proporcionais de Campo Mourão/PR.** Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano IV, n. 11, 2011.

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento, pesquisa qualitativa em saúde.** 2. ed. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1993.

_____. **O conceito de representação social na Sociologia Clássica.** In: Textos em representações sociais. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **Pesquisa social – teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1996.

MIRANDA, A. V. **Legislativo municipal em foco: uma análise da produção legislativa no interior do Paraná.** In: Anais da III Semana de Ciência Política – Univers. Federal de São Carlos (UFSCAR), 2015. Disponível em: <<http://www.semecip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/Aline-Vons-Miranda.pdf>>. Acesso em: 02 fev 2015.

MOSCOVICI, S. **A representação social da Psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. **The phenomenon of social representations.** In: FARR, R. M; MOSCOVICI, S. (org.), Social Representations, Cambridge, Cambridge University Press, 1984.

_____. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. **Representações sociais: investigação em psicologia social.** 3. ed. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MUELLER, G. **Desenvolvimento sustentável. Notas para a elaboração de um esquema de referência.** In: BECKER, D. F. (Org.). Desenvolvimento sustentável:

necessidade e/ou possibilidade. 4ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 121-142.

OLIVEIRA, M de. **O conceito de representações coletivas: uma trajetória da divisão do trabalho às formas elementares.** Debates do NER, Porto Alegre, ano 13, n. 22 p. 67-94, jul./dez. 2012.

OLIVEIRA, M. S. B. S. **Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici.** Revista brasileira de ciências sociais - vol. 19 Nº. 55, 2004. p. 180-186.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano.** Livre tradução. Estocolmo, 1972. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/estocolmo1972.pdf>> Acesso em: 03 fev 2015.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future.** Brundtland, Oslo, 1987. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>> Acesso em: 08 jan 2015.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração do Rio Sobre o meio Ambiente.** Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>> Acesso em: 08 jan 2015.

PATRIOTA, L. M. **Teoria das Representações Sociais: Contribuições para a apreensão da realidade.** Serviço Social em revista. Vol 10, nº 1. Jul/dez 2007.

PECQUEUR, B. **O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul,** Raízes, v. 24, n. 1 e 2, jan./dez./2005.

PORTAL BRASIL. **Meio ambiente:** Entenda o acidente de Mariana e suas consequências para o meio ambiente. Disponível em:

<<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2015/12/entenda-o-acidente-de-mariana-e-suas-consequencias-para-o-meio-ambiente>> Acesso em: 27 dez 2015.

POSSAS, A.R.O.C; GEMAQUE, I.S.F.C. **História da defesa do meio ambiente**. In: CHAGAS M. A. (org.). Sustentabilidade e Gestão Ambiental no Amapá: Saberes Tucujus. Macapá: SEMA,2002. p. 56-57.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RESENDE, A. J. C. de. **Autonomia Municipal e Lei Orgânica**. Cadernos da Escola do Legislativo, Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, v. 10, n. 15, p. 7-42, jan./dez. 2008.

ROCHA, C. L. A. **República e federação no Brasil: traços constitucionais da organização política brasileira**. Belo Horizonte: Del Rey, 1997. p. 162.

ROMEIRO, A. R. **Economia ou economia Política da sustentabilidade**. In: MAY, P. H; LUSTOSA, M. C; VINHA, V. Economia do Meio Ambiente. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Campus. 2004. p. 1-30.

SÁ, C. P. de. **Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria**. In: SPINK, M. J. (org.). O conhecimento no cotidiano. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 19-57

SACHS, Ignacy. **Ambiente e Estilos de Desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. **Transition strategies for the 21st century**. Nature and Resources, v. 28, n. 1, 1992.

_____. **Estratégias de Transição para o Século XXI: Desenvolvimento e Meio Ambiente**. São Paulo: Studio Nobel/Fundap, 1993.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond. 2002. 96p.

_____. **Sustentabilidade Social e desenvolvimento Integral.** In: VIEIRA, P. F. (Org.). Rumo a ecossocioeconomia: teoria e prática do ecodesenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, M. **O dinheiro e o Território.** Geographia – Ano. 1 . Nº 1, 1999.

SILVA, C. R; GOBBI, B. C; SIMÃO, A. A. **O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método.** Ver. Organ. Rurais Agroind., Lavras, v. 7, n. 1, 2005. p. 70-81

SILVA, J. A. da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

SILVA, P. **O porkbarrel no Município de São Paulo: A produção legislativa dos vereadores paulistanos.** Centro de estudos da metrópole, Sãopauo – SP. 2011.

Disponível em: <
<http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/static/uploads/patrijan.pdf> >. Acesso em: 18 mar 2015.

SILVEIRA, H.R; COSTA, R.E; OLIVEIRA, V.S. **A Descentralização de Políticas Públicas no Brasil e o Sistema Único de Assistência Social.** In: Anais do I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e Desigualdad, Natal/RN, 2011.

SPINK, M. J. P. **O conceito de representação social na abordagem psicossocial.** Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 300-308, jul/sep, 1993.

SPINK, M. J. P. **Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais.** In: Textos em Representações Sociais (Org.) Pedrinho Guareschi, Sandra Jovchelovitch. 8ª Ed. Editora Vozes, 2003.

TABARA, J. D; LEMKOW L. **Sociologia ambiental: capítulo introdutório**. Papers - Revista de Sociologia, núm. 82, (188 p).2006. p. 7-10.

TOMIO, F. R. de L. **A criação de municípios após a Constituição de 1988**. Rev. bras. Ciências Sociais, São Paulo,v. 17, n. 48, Fev. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 jan 2015.

TRANSPARÊNCIA BRASIL. **Relatório da pesquisa do projeto Excelências - Produção de vereadores: Porto Alegre**. Disponível em: <<http://www.excelencias.org.br/docs/PLsPOA.pdf>> 2008.

_____. **Relatório da pesquisa do projeto Excelências - Produção de vereadores: Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://www.excelencias.org.br/docs/PLsRJ.pdf>>2008a.

_____. **Relatório da pesquisa do projeto Excelências - Produção de vereadores: São Paulo**. Disponível em: <<http://www.excelencias.org.br/PLsSP.pdf>> 2008b.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Repositório de dados eleitorais – Arquivos de candidatos 2012**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 15 dez 2015.

TRISTÃO, J. A. M. **A Administração Tributária Dos Municípios Brasileiros: uma avaliação do desempenho da arrecadação**. 172 p. Tese (Doutorado em Administração). Programa de Pós Graduação da EAESP/FGV, São Paulo, 2003.

VASCONCELOS, M. C; MAGALHÃES, A. C. M; CASTRO, E. B. de. **A importância do perfil dos vereadores na governança pública. O caso de Curitiba no ano de 2013**. In: Anais do Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento – UTFPR, 2013.

VIEIRA, P.F. **Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo.** In: EISFORIA, Florianópolis, v. 4, n. especial, dez. 2006, p. 249-309

ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO 1 – ROTEIRO DE PESQUISA -REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO PODER LEGISLATIVO SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Peço a autorização para a gravação da entrevista ressaltando que ela será utilizada somente para o fim acadêmico preservando essa relação, sem a identificação de nomes.

1 – Idade.

2 – Sexo.

3 – Escolaridade.

4 – Religião (ou praticante de..)

5 – Atividade profissional (principal)

6 – Há quanto tempo reside no litoral? Onde já residiu?

7 – Quanto tempo atua como vereador (1º mandato, 2º ...)

COMO OS SUJEITOS ENTENDEM A TEMÁTICA

(I) - O que você entende por Desenvolvimento Territorial Sustentável?

- Extrair as explicações cognitivas, afetivas, categorias e elementos que compõem as representações, as diferenças, as similaridades e contradições da fala.

(II) – Como você acha que seus colegas vereadores observam o Desenvolvimento Territorial Sustentável? Quais características?

- Como é vista a comunicação do grupo sobre o tema; apreender elementos na compreensão do “eu” no “outro” (grupos).

COMO OS SUJEITOS ENTENDEM A TEMÁTICA DE FORMA PRÁTICA

(III) - Você consegue visualizar ações e iniciativas do Desenvolvimento Territorial Sustentável? No município? Como? Onde? Por quê?

(IV) - Você possui ações, projetos, leis que sejam voltadas a este tema? Quais?

(V) - Em que medida você acha que o seu entendimento sobre DTS aparece refletido nas suas proposições ou nos seus votos e posicionamento dentro da Câmara Municipal de Matinhos?

(VI) - Outros projetos do legislativo tem abordagem do DTS? Quais?

ANEXO 2 – PRODUÇÃO LEGISLATIVA DESCRITIVA (CLASSES E CATEGORIAS)

Nr Lei	Ementa	Espécie	Público atingido	Área de Impacto	Dimensão Sustentabilidade
1585/2013	FIXA O VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	REGULAMENTAÇÃO-CRIAÇÃO	SERVIDORES	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Econômico
1586/2013	ALTERA O ANEXO III DA LEI MUNICIPAL Nº 1288/2009, ACRESCENTA DISPOSITIVOS AO ANEXO IV DA MESMA LEI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	SERVIDORES	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Econômico
1587/2013	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS E ALTERAR NO PPA 2010/2013 E NA LDO 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	SUPLEMENTAÇÃO / ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Não identificado
1588/2013	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A INCLUIR E ALTERAR NO PPA 2010/2013 E NA LDO 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	ATLETAS	ESPORTE/LAZER	Social
1589/2013	ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.420/2011, 1.430/2011 E 1.016/2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	SERVIDORES	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Econômico
1590/2013	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.396/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Econômico
1591/2013	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.190/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	SERVIDORES TEMPORÁRIOS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Econômico
1592/2013	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 725/2000 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	Não identificado	EDUCAÇÃO	Social
1593/2013	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM A AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.	REGULAMENTAÇÃO-CRIAÇÃO	GERAL	INFRAESTRUTURA/OBRAS E URBANISMO	Econômico
1594/2013	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 401/1992 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	GERAL	SEGURANÇA PÚBLICA	Social
1595/2013	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.430/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	SERVIDORES	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Econômico
1596/2013	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS E ALTERAR NO PPA 2010/2013 E NA LDO 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	SUPLEMENTAÇÃO / ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Não identificado
1597/2013	AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MATINHOS, PARA O EXERCÍCIO DE 2013.	SUPLEMENTAÇÃO / ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Não identificado
1598/2013	AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MATINHOS, PARA O EXERCÍCIO DE 2013.	SUPLEMENTAÇÃO / ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Não identificado

1599/2013	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS E ALTERAR NO PPA 2010/2013 E NA LDO 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	SUPLEMENTAÇÃO / ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Não identificado
1600/2013	ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.420/2011, 1.430/2011 E 1.016/2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	SERVIDORES	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Econômico
1601/2013	REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 622/1998, QUE CRIA O CEXETRAM - MATINHOS - CONSELHO EXECUTIVO MUNICIPAL DE TRÂNSITO, O FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO-EXTINÇÃO	Não identificado	TRÂNSITO	Social (-)
1602/2013	INCLUI NO CALENDÁRIO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE MATINHOS A FESTA DE SÃO PEDRO	REGULAMENTAÇÃO-CRIAÇÃO	Não identificado	TURISMO/EVENTO/RELIGIÃO	Cultural
1603/2013	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.016/2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	PROFESSORES	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Econômico
1604/2013	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA NO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO-CRIAÇÃO	MINORIAS	TURISMO/EVENTO/RELIGIÃO	Social
1605/2013	INSTITUI O DIA MUNICIPAL DA MARCHA PARA JESUS	REGULAMENTAÇÃO-CRIAÇÃO	CRISTÃOS	TURISMO/EVENTO/RELIGIÃO	Social (-)
1606/2013	CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO BENE-MÉRITO DA CIDADE DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, AOS SRS. JOSÉ CARLOS VIANA E DAVI VIANA - "IRMÃOS VIANA	HOMENAGENS-LOGRADOUROS	Não identificado	Não identificado	Não identificado
1607/2013	AUTORIZA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL A DENOMINAR UM DOS LOGRADOUROS PÚBLICO DE ORESTES PECHABELLA	HOMENAGENS-LOGRADOUROS	Não identificado	Não identificado	Não identificado
1608/2013	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA COLOCAÇÃO DE PAINEL COM MAPA DO ESTABELECIMENTO EM LOCAL BEM VISÍVEL CONTENDO ORIENTAÇÃO EM CASO DE PÂNICO, INDICANDO A LOCALIZAÇÃO DAS SAÍDAS E SAÍDA DE EMERGÊNCIA, EXTINTORES DE INCÊNDIO E OUTRAS MEDIDAS DE SEGURANÇA, EM TODOS OS AMBIENTES FECHADOS QUE ABRIGAM GRANDE AGLOMERAÇÃO DE PESSOAS	REGULAMENTAÇÃO-CRIAÇÃO	ESTABELECIMENTOS/AMBIENTES FECHADOS	SEGURANÇA PÚBLICA	Social
1609/2013	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 839/2003 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	IDOSOS	PLANEJAMENTO	Social
1610/2013	ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.016/2006 E 1.430/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	PROFESSORES	EDUCAÇÃO	Econômico
1611/2013	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS POTENCIALMENTE CAUSADORAS DE INCÊNDIO EM AMBIENTES FECHADOS, COMO MATERIAIS PIROTÉCNICOS, SINALIZADORES OU SIMILARES	REGULAMENTAÇÃO-CRIAÇÃO	ESTABELECIMENTOS/AMBIENTES FECHADOS	SEGURANÇA PÚBLICA	Social
1612/2013	CONSTRUÇÃO DE LIXEIRAS COLETIVAS EM TODOS OS BAIRROS E BALNEÁRIOS DE MATINHOS	REGULAMENTAÇÃO-CRIAÇÃO	GERAL	INFRAESTRUTURA/OBRAS E URBANISMO	Ecológica

1613/2013	CIDADÃO HONORÁRIO CAP PM CESAR KAMAKAWA	HOMENAGENS - LOGRADOUROS	Não identificado	Não identificado	Não identificado
1614/2013	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL POR ASSIDUIDADE AOS SERVIDORES PÚBLICOS OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO- CRIAÇÃO	SERVIDORES	ADMINISTRAÇÃO PUBLICA	Econômico
1615/2013	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014 - LDO - MUNICÍPIO DE MATINHOS - PARANÁ	REGULAMENTAÇÃO- CRIAÇÃO	Não identificado	PLANEJAMENTO	Econômico
1616/2013	DISPÕE SOBRE VEDAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DE SECRETÁRIO MUNICIPAL OU EQUIVALENTE, CONSELHO, COMISSÃO OU ÓRGÃO DE DELIBERAÇÃO COLETIVA OU ASSEMBLHADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO- CRIAÇÃO	AGENTES POLÍTICOS	ADMINISTRAÇÃO	Econômico
1617/2013	ALTERA O ARTIGO 12 DA LEI Nº 1.209/2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO- ALTERAÇÃO	SERVIDORES	ADMINISTRAÇÃO PUBLICA	Econômico
1618/2013	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.345/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO- ALTERAÇÃO	Não identificado	SAUDE	Social
1619/2013	INSTITUI ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO- CRIAÇÃO	GERAL	HABITAÇÃO/FUNDIARIOS	Social
1620/2013	DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO, ESTRUTURA, COMPETÊNCIAS E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DA CIDADE DE MATINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	REGULAMENTAÇÃO- CRIAÇÃO	GERAL	PLANEJAMENTO	Social
1621/2013	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS E ALTERAR NO PPA 2010/2013 E NA LDO 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	SUPLEMENTAÇÃO / ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Não identificado
1622/2013	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS E ALTERAR NO PPA 2010/2013 E NA LDO 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	SUPLEMENTAÇÃO / ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Não identificado
1623/2013	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS E ALTERAR NO PPA 2010/2013 E NA LDO 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	SUPLEMENTAÇÃO / ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Não identificado
1624/2013	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS E ALTERAR NO PPA 2010/2013 E NA LDO 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	SUPLEMENTAÇÃO / ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Não identificado
1625/2013	FIXA O VALOR UNITÁRIO DA TAXA DE COLETA DE LIXO PARA O EXERCÍCIO 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO- CRIAÇÃO	GERAL	FINANÇAS	Econômico

1626/2013	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 986/2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	GERAL	FINANÇAS	Econômico
1627/2013	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO FUNERÁRIO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MATINHOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO-CRIAÇÃO	PRESTADORES DE SERVIÇOS	SOCIAL	Econômico
1628/2013	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DO BRASÃO DO MUNICÍPIO DE MATINHOS NOS BENS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO-CRIAÇÃO	SERVIDORES	ORDEM PÚBLICA	Econômico
1629/2013	INSTITUI A SEMANA DE COMBATE À PEDOFILIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MATINHOS	REGULAMENTAÇÃO-CRIAÇÃO	GERAL	SOCIAL	Social
1630/2013	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS E ALTERAR NO PPA 2010/2013 E NA LDO 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	SUPLEMENTAÇÃO / ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Não identificado
1631/2013	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM A AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A	REGULAMENTAÇÃO-CRIAÇÃO	GERAL	INFRAESTRUTURA/OBRAS E URBANISMO	Econômico
1632/2013	AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MATINHOS, PARA O EXERCÍCIO DE 2013	SUPLEMENTAÇÃO / ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Não identificado
1633/2013	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.531/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	SERVIDORES	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Econômico
1634/2013	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.284/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	ECONOMICA/ DESENVOLVIMENTO	Econômico
1635/2013	DISPÕE SOBRE LIMPEZA DE TERRENOS BALDIOS NO MUNICÍPIO DE MATINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO-CRIAÇÃO	GERAL	INFRAESTRUTURA/OBRAS E URBANISMO	Ecológica
1636/2013	PLANTANDO DE ÁRVORES FRUTÍFERAS E NATIVAS E OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO-CRIAÇÃO	GERAL	INFRAESTRUTURA/OBRAS E URBANISMO	Ecológica
1637/2013	PROÍBE O USO E O ARMAZENAMENTO DE BOLIÃO DE GÁS DENTRO DAS UNIDADES RESIDENCIAIS COLETIVAS EM CONDOMÍNIOS HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE MATINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO-CRIAÇÃO	GERAL	HABITAÇÃO	Social
1638/2013	DISPÕE SOBRE O REGIME DE ADIANTAMENTO PREVISTO NAS NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO, PARA A COBERTURA DE DESPESAS QUE NÃO POSSAM OU CONVENHAM SUBORDINAR-SE AO PROCESSO ORDINÁRIO OU COMUM DE APLICAÇÃO	REGULAMENTAÇÃO-CRIAÇÃO		ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Econômico
1639/2013	CRIA O PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO AVANÇADA - PCA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE MATINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO-CRIAÇÃO	PROFESSORES	EDUCAÇÃO	Econômico
1640/2013	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.173/2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	GERAL	HABITAÇÃO/FUNDIÁRIOS	Social

1641/2013	ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI N.º1054/2006, QUE INSTITUI O PROGRAMA DE INCENTIVO AO ESTÁGIO REMUNERAÇÃO O ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	ESTAGIARIOS	ADMINISTRAÇÃO PUBLICA	Econômico
1642/2013	ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS MUNICIPAIS N.º1.420/2011 E 1.430/2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	SERVIDORES	SERVIÇO PÚBLICO	Econômico
1643/2013	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A DISPONIBILIZAR UM ÔNIBUS COM ACESSIBILIDADE À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE EXCEPCIONAIS DE MATINHOS - APAE, E DÁ OUTRS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO (cessão)	PNE	TRANSPORTES	Social
1644/2013	DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO IPTU PARA O EXERCÍCIO DE 2014, ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1266/2009, PARA DISPOR SOBRE O LANÇAMENTO E COBRANÇA DO IPTU PARA O EXERCÍCIO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	REGULAMENTAÇÃO FISCAL	GERAL	FINANÇAS	Econômico
1645/2013	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS E ALTERAR NO PPA 2010/2013 E NA LDO 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	SUPLEMENTAÇÃO / ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Não identificado
1646/2013	INSTITUI A NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS	REGULAMENTAÇÃO-CRIAÇÃO	PRESTADORES DE SERVIÇOS	FINANÇAS	Econômico
1647/2013	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 1430/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	SERVIDORES	ADMINISTRAÇÃO PUBLICA	Econômico
1648/2013	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS E ALTERAR NO PPA 2010/2013 E NA LDO 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	SUPLEMENTAÇÃO / ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Não identificado
1649/2013	INSTITUI O PROGRAMA DE PARCELAMENTO FISCAL DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO FISCAL	GERAL	FINANÇAS	Econômico
1650/2013	CRIA A OUVIDORIA MUNICIPAL DE SAÚDE	REGULAMENTAÇÃO-CRIAÇÃO	GERAL	SAÚDE	Social
1651/2013	DECLARA DE UTILIDADE PUBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE MATINHOS - APEF - MATINHOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO-CRIAÇÃO	PROFESSORES	ORDEM PÚBLICA	Social
1652/2013	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1430/2011, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DO PODER EXECUTIVO DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, ESTABELECE NORMAS DE ENQUADRAMENTO, INSTITUI TABELA DE VENCIMENTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	SERVIDORES	ADMINISTRAÇÃO PUBLICA	Econômico

1653/2013	DISPÕE SOBRE A DEFINIÇÃO, CONCEPÇÃO E INSTALAÇÃO DO MOBILIÁRIO URBANO DO MUNICÍPIO DE MATINHOS E SUA CONCESSÃO PÚBLICA	REGULAMENTAÇÃO-CRIAÇÃO	GERAL	INFRAESTRUTURA/OBRAS E URBANISMO	Espacial
1654/2013	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.047/2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	GERAL	HABITAÇÃO/FUNDIÁRIOS	Espacial
1655/2013	DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA Nº 1615 DE 24 DE JULHO DE 2013 EM SEUS ANEXOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	Não identificado	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Econômico
1656/2013	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 1277/2009, QUE DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL POR ASSIDUIDADE AOS SERVIDORES PÚBLICOS OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO E CELETISTAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	SERVIDORES	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Econômico
1657/2013	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 1522/2011 QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	SERVIDORES	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Econômico
1658/2013	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 974/2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	FAMÍLIAS - BAIXA RENDA	SOCIAIS	Social
1659/2013	CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DA CIDADE DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, AO SR. ERLEY PEDRO TRAPPEL	HOMENAGENS - LOGRADOUROS	Não identificado	Não identificado	Não identificado
1660/2013	INSTITUI AUXÍLIO FINANCEIRO A ATLETAS E EQUIPES QUE REPRESENTEM O MUNICÍPIO DE MATINHOS EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS OFICIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	REGULAMENTAÇÃO-CRIAÇÃO	ATLETAS	ESPORTE/LAZER	Social
1661/2013	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 767/2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	ESTABELECIMENTOS EM GERAL	FINANCEIRA	Econômico
1662/2013	NÃO EXISTENTE nos bancos de dados				
1663/2013	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 1430/2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	SERVIDORES	SERVIÇO PÚBLICO	Econômico
1664/2013	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER A ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS CARACTERIZADOS COMO BENS PÚBLICOS INSERVÍVEIS	REGULAMENTAÇÃO-CRIAÇÃO	Não identificado	FINANCEIRA	Econômico
1665/2013	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS E ALTERAR NO PPA 2010/2013 E NA LDO 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	SUPLEMENTAÇÃO / ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Não identificado
1666/2013	AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MATINHOS, PARA O EXERCÍCIO DE 2013.	SUPLEMENTAÇÃO / ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Não identificado

1667/2013	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.638/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Econômico
1668/2013	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS NO VALOR DE R\$ R\$ 1.836.226,00 (UM MILHÃO OITOCENTOS E TRINTA E SEIS MIL, DUZENTOS E VINTE E SEIS REAIS) E ALTERAR NO PPA 2010/2013 E NA LDO 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Econômico
1669/2013	DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL - PPA DO MUNICÍPIO DE MATINHOS PARA O PERÍODO DE 2014 A 2017.	REGULAMENTAÇÃO-CRIAÇÃO	GERAL	ORDEM PÚBLICA	Econômico
1670/2013	DISPÕE SOBRE O ORÇAMENTO ANUAL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014, ESTIMANDO A RECEITA E FIXANDO AS DESPESAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (R\$ 113.495.309,89)	SUPLEMENTAÇÃO / ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Não identificado
1671/2013	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO EM ÓRGÃOS DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO-CRIAÇÃO	ESTUDANTES	ADMINISTRAÇÃO	Econômico
1672/2013	ESTABELECE NORMAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CARGAS EM VEÍCULOS DE ALUGUEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	REGULAMENTAÇÃO-NORMATIZAÇÃO	PRESTADORES DE SERVIÇOS	TRANSPORTES	Econômico
1673/2014	AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE MATINHOS - A.S.R.M. A PROCEDER A TRANSFERÊNCIA DAS ÁREAS PERMUTADAS, OBJETO DA LEI MUNICIPAL 281/90.	REGULAMENTAÇÃO-NORMATIZAÇÃO	ONGS	FUNDIÁRIOS	Social
1674/2014	FIXA O VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	REGULAMENTAÇÃO-CRIAÇÃO	SERVIDORES	SERVIÇO PÚBLICO	Econômico
1675/2014	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI N.º1422/2011, QUE DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL POR DESEMPENHO DE QUALIDADE MÉDICA, NOS TERMOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	PRESTADORES DE SERVIÇOS	SAÚDE	Econômico
1676/2014	ACRESCENTA DISPOSITIVO À LEI N.º1422/2011, QUE DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL POR DESEMPENHO DE QUALIDADE MÉDICA, NOS TERMOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	PRESTADORES DE SERVIÇOS	SAÚDE	Econômico
1677/2014	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI N.º1638/2013, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE ADIANTAMENTO PREVISTO NAS NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO, PARA A COBERTURA DE DESPESAS QUE NÃO POSSAM OU CONVENHAM SUBORDINAR-SE AO PROCESSO ORDINÁRIO OU COMUM DE	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Econômico

	APLICAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.				
1678/2014	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO VALOR DE R\$ 260.000,00 (DUZENTOS E SESENTA MIL REAIS) NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS E ALTERAR NO PPA 2014/2017 E NA LDO 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	SUPLEMENTAÇÃO / ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Não identificado
1679/2014	DISPÕE SOBRE NORMAS GERAIS URBANÍSTICAS PARA A INSTALAÇÃO DE ESTRUTURAS DE SUPORTE DAS ESTAÇÕES RÁDIO BASE E EQUIPAMENTOS AFINS AUTORIZADOS E HOMOLOGADOS PELA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO FEDERAL VIGENTE.	REGULAMENTAÇÃO - NORMATIZAÇÃO	EMPRESAS	URBANISMO	Espacial
1680/2014	INSTITUI O CÓDIGO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO- NORMATIZAÇÃO	VEREADORES	LEGISLATIVO	Social
1681/2014	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.226/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO- ALTERAÇÃO	Não identificado	ADMNISTRATIVA	Espacial
1682/2014	ESTABELECE A PERMISSÃO AO PODER EXECUTIVO PARA REALIZAR CONVÊNIOS E PARCERIAS COM CLÍNICAS PARTICULARES, ONGS E ASSOCIAÇÃO OU ENTIDADES PROTETORAS DE ANIMAIS PARA A REALIZAÇÃO DE CASTRAÇÃO GRATUITA COMO MÉTODO OFICIAL DE CONTROLE POPULACIONAL E DE ZOONOSES EM ANIMAIS ABANDONADOS E OS SEM CUIDADOS NO MUNICÍPIO DE MATINHOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO- CRIAÇÃO	GERAL	SANITÁRIA	Ecológica
1683/2014	INSTITUI A INCLUSÃO OS ESTUDOS DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE DROGAS PSICOATIVAS LÍCITAS E ILÍCITAS NOS CURRÍCULOS DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE MATINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"	REGULAMENTAÇÃO- CRIAÇÃO	ESTUDANTES	CIDADANIA	Social
1684/2014	INSTITUI A INCLUSÃO DA LEITURA DA BÍBLIA SAGRADA NOS CURRÍCULOS DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE MATINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO- CRIAÇÃO	ESTUDANTES	EDUCAÇÃO E RELIGIÃO	Social (-)
1685/2014	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO 'PROJETO HORA DE VIAJAR NA LEITURA' NAS ESCOLAS DA CIDADE DE MATINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"	REGULAMENTAÇÃO- CRIAÇÃO	ESTUDANTES	EDUCAÇÃO	Social
1686/2014	ALTERA OS ANEXOS III E IV DA LEI MUNICIPAL Nº 1288/2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"	REGULAMENTAÇÃO- ALTERAÇÃO	SERVIDORES	SERVIÇO PÚBLICO	Econômico

1687/2014	cria gratificação especial para integrar comissão permanente, especial ou de licitação, aos servidores ocupantes de cargo efetivo da câmara municipal de matinhos, e dá outras providências".	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	SERVIDORES	SERVIÇO PÚBLICO	Econômico
1688/2014	ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI Nº 1660/2013, QUE "INSTITUI AUXÍLIO FINANCEIRO A ATLETAS E EQUIPES QUE REPRESENTEM O MUNICÍPIO DE MATINHOS EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS OFICIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	ATLETAS	ESPORTE E LAZER	Social
1689/2014	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 1235/2009, QUE "INSTITUI, NA ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, O PROGRAMA "SABERES - CONHECIMENTO CULTURA E ESPORTES" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	GERAL	EDUCAÇÃO	Social
1690/2014	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E SUPERÁVIT FINANCEIRO NO VALOR DE R\$ 144.000,00 (CENTO E QUARENTA E QUATRO MIL REAIS) NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS E ALTERAR NO PPA 2014/2017 E NA LDO 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	SUPLEMENTAÇÃO / ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Não identificado
1691/2014	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1660/2013 QUE "INSTITUI AUXÍLIO FINANCEIRO A ATLETAS E EQUIPES QUE REPRESENTEM O MUNICÍPIO DE MATINHOS EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS OFICIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	ATLETAS	ESPORTE E LAZER	Social
1692/2014	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO VALOR DE R\$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS) NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS E ALTERAR NO PPA 2014/2017 E NA LDO 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	SUPLEMENTAÇÃO / ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Não identificado
1693/2014	DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA Nº 1615 DE 24 DE JULHO DE 2013 EM SEUS ANEXOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Econômico
1694/2014	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO VALOR DE R\$ 127.711,08 (CENTO E VINTE E SETE MIL SETECENTOS E ONZE REAIS E COITO CENTAVOS) NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS E ALTERAR NO PPA 2014/2017 E NA LDO 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	SUPLEMENTAÇÃO / ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Não identificado

1695/2014	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO VALOR DE R\$ 172.500,00 (CENTO E SETENTA E DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS) NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS E ALTERAR NO PPA 2014/2017 E NA LDO 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	SUPLEMENTAÇÃO / ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Não identificado
1696/2014	ESTABELECE QUE NAS CAPAS E/OU CONTRACAPAS DOS CARNÊS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, SERÃO IMPRESSOS OS REQUISITOS PARA ISENÇÃO DO IMPOSTO E TAMBÉM OS TIPOS DE ESTABELECIMENTOS QUE SÃO ISENTOS	REGULAMENTAÇÃO - NORMATIZAÇÃO	GERAL	ORDEM PÚBLICA	Social
1697/2014	INSTITUI O PROJETO "PLACAS SOBRE O DIREITO PREFERENCIAL DO IDOSO, DA GESTANTE, DO DEFICIENTE E HORÁRIO DE ATENDIMENTO" NAS SALAS ONDE FUNCIONAM ATIVIDADES DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO	REGULAMENTAÇÃO - CRIAÇÃO	IDOSOS / GESTANTES	ORDEM PÚBLICA	Social
1698/2014	DISPÕE SOBRE A RESERVA DE VAGAS PARA IDOSOS NOS ESTACIONAMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS DO MUNICÍPIO	REGULAMENTAÇÃO - NORMATIZAÇÃO	IDOSOS	TRANSPORTE	Social
1699/2014	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO EXCLUSIVO PARA VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLARES FRENTE ÀS CRECHES E ESCOLAS PARA FINS DE EMBARQUE E DESEMBARQUE DE ALUNOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO - NORMATIZAÇÃO	ESTUDANTES	EDUCAÇÃO E TRANSPORTE	Social
1700/2014	CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO MUNICÍPIO DE MATINHOS - PR, AO SENHOR FERNANDO LUIZ ROZA"	HOMENAGENS - LOGRADOUROS	Não identificado	Não identificado	Não identificado
1701/2014	DENOMINA UMA DAS VIAS DO MUNICÍPIO DE MATINHOS DE SATURNINO SOARES."	HOMENAGENS - LOGRADOUROS	Não identificado	Não identificado	Não identificado
1702/2014	DENOMINA UMA DAS VIAS DO MUNICÍPIO DE MATINHOS DE JOAQUIM ALVES MACHADO	HOMENAGENS - LOGRADOUROS	Não identificado	Não identificado	Não identificado
1703/2014	DENOMINA UMA DAS VIAS DO MUNICÍPIO DE MATINHOS DE NAHIR TAVARES DA SILVA.	HOMENAGENS - LOGRADOUROS	Não identificado	Não identificado	Não identificado
1704/2014	DENOMINA UMA DAS VIAS DO MUNICÍPIO DE MATINHOS DE WALDEMAR SEBASTIÃO LEITE."	HOMENAGENS - LOGRADOUROS	Não identificado	Não identificado	Não identificado
1705/2014	CONCEDE REAJUSTE GERAL LINEAR NAS TABELAS DE VENCIMENTOS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DO PODER EXECUTIVO DE MATINHOS, CONSTANTES DA LEI Nº 1430/2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."	REGULAMENTAÇÃO - CRIAÇÃO	SERVIDORES	SERVIÇO PÚBLICO	Econômico
1706/2014	CONCEDE REAJUSTE GERAL LINEAR NAS TABELAS DE VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE MATINHOS, CONSTANTES DA LEI Nº 1016/2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	REGULAMENTAÇÃO - CRIAÇÃO	SERVIDORES	SERVIÇO PÚBLICO	Econômico

1707/2014	ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS ÀS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.127/2007 E Nº 1627/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	FAMÍLIAS - BAIXA RENDA	SOCIAIS	Social
1708/2014	ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI Nº 1396/2010 QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS - FEPGM, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Econômico
1709/2014	REVOGA A LEI Nº 1436/2011, QUE "DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES PARA OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO - EXTINÇÃO	GERAL	ORDEM PÚBLICA	Espacial
1710/2014	ALTERA DISPOSITIVO À LEI Nº 1653/2013, QUE "DISPÕE SOBRE A DEFINIÇÃO, CONCEPÇÃO E INSTALAÇÃO DO MOBILIÁRIO URBANO DO MUNICÍPIO DE MATINHOS E SUA CONCESSÃO PÚBLICA."	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	GERAL	ORDEM PÚBLICA	Espacial
1711/2014	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E CREDITO ESPECIAL E POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO VALOR DE R\$ 1.660.800,00 (UM MILHÃO SEISCENTOS E SESSENTA MIL E OITOCENTOS REAIS) NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS E ALTERAR NO PPA 2014/2017 E NA LDO 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	SUPLEMENTAÇÃO / ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Não identificado
1712/2014	ESTENDE AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS QUE ESPECIFICA O REAJUSTE GERAL LINEAR NAS TABELAS DE VENCIMENTOS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL E DO QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO DE MATINHOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	REGULAMENTAÇÃO - CRIAÇÃO	SERVIDORES	PREVIDÊNCIA	Econômico
1713/2014	OBRIGA A REALIZAÇÃO DO EXAME DE OXIMETRIA DE PULSO (TESTE DO CORAÇÃOZINHO) EM TODOS OS RECÉM-NASCIDOS NOS BERÇÁRIOS DAS MATERNIDADES DO MUNICÍPIO DE MATINHOS."	REGULAMENTAÇÃO - CRIAÇÃO	CRIANÇAS	SAÚDE	Social
1714/2014	INSTITUI O DIA DO COMERCIANTE NO MUNICÍPIO DE MATINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	HOMENAGENS - LOGRADOUROS	Não identificado	Não identificado	Não identificado
1715/2014	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, PÚBLICOS E PRIVADOS, DISPONIBILIZAREM CARTEIRAS ESCOLARES DESTINADAS AOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	REGULAMENTAÇÃO - NORMATIZAÇÃO	PNE	EDUCAÇÃO	Social
1716/2014	INSTITUI A CRIAÇÃO DE SISTEMA MUNICIPAL DE COLETA MÓVEL DE SANGUE NO MUNICÍPIO DE MATINHOS - PR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	REGULAMENTAÇÃO - CRIAÇÃO	GERAL	SAÚDE	Social

1717/2014	ESTABELECE DIRETRIZES PARA POLÍTICA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO A SAÚDE DO IDOSO E DO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	REGULAMENTAÇÃO - CRIAÇÃO	IDOSO	SAÚDE	Social
1718/2014	INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO AO ALCOOLISMO E OUTRAS DROGAS	REGULAMENTAÇÃO - CRIAÇÃO	GERAL	SAÚDE	Social
1719/2014	DISPÕE SOBRE A VEDAÇÃO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MATINHOS, DE PRÁTICAS DISCRIMINATÓRIAS EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDÚSTRIAS DE SERVIÇOS E SIMILARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	REGULAMENTAÇÃO - CRIAÇÃO	GRUPOS ÉTNICO-RACIAIS (SEXUAIS)	SOCIAIS	Social
1720/2014	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2015 - LDO - MUNICÍPIO DE MATINHOS - PARANÁ	REGULAMENTAÇÃO FISCO-TRIBUTÁRIA	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Econômico
1721/2014	ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1111/2007, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO-CONSELHO DO FUNDEB.	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	SERVIDORES	EDUCAÇÃO	Social
1722/2014	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE MATINHOS A PERMUTAR IMÓVEIS COM A COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ-SANEPAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	REGULAMENTAÇÃO-NORMATIZAÇÃO	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Espacial
1723/2014	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO VALOR DE R\$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS) NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS E ALTERAR NO PPA 2014/2017 E NA LDO 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	SUPLEMENTAÇÃO / ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Não identificado
1724/2014	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO VALOR DE R\$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS) NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS E ALTERAR NO PPA 2014/2017 E NA LDO 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	SUPLEMENTAÇÃO / ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Não identificado
1725/2014	ALTERA TABELAS DOS ANEXOS I E III, DA LEI MUNICIPAL Nº 1.430/2011, "QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DO PODER EXECUTIVO DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, ESTABELECE NORMAS DE ENQUADRAMENTO, INSTITUI TABELA DE VENCIMENTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	SERVIDORES	FINANÇAS	Econômico
1726/2014	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM A AGÊNCIA DE FOMENTO	REGULAMENTAÇÃO - CRIAÇÃO	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Econômico

	DO PARANÁ S.A				
1727/2014	AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MATINHOS, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.	SUPLEMENTAÇÃO / ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Não identificado
1728/2014	ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI MUNICIPAL Nº 1422/2011, QUE "DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL POR DESEMPENHO DE QUALIDADE MÉDICA, NOS TERMOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	PRESTADORES DE SERVIÇOS	SAÚDE	Econômico
1729/2014	INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE MATINHOS; COMPREENDENDO OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO - CRIAÇÃO	GERAL	URBANISMO	Ecológica
1730/2014	DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE - CMPUMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	REGULAMENTAÇÃO - CRIAÇÃO	GERAL	ORDEM PÚBLICA	Social
1731/2014	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO VALOR DE R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS) NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS E ALTERAR NO PPA 2014/2017 E NA LDO 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	SUPLEMENTAÇÃO / ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Não identificado
1732/2014	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS E ALTERAR NO PPA 2014/2017 E NA LDO 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	SUPLEMENTAÇÃO / ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Não identificado
1733/2014	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 971/2005, QUE "DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS-CMDS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	GERAL	ORDEM PÚBLICA	Social
1734/2014	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	REGULAMENTAÇÃO - CRIAÇÃO	CRIANÇAS E ADOLESCENTES	SOCIAIS	Social
1735/2014	PRORROGA O PRAZO CONCEDIDO NO ART. 3º, DA LEI MUNICIPAL Nº 1226/2009, AO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	GERAL	PREVIDÊNCIA	Econômico

1736/2014	CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIA DA CIDADE DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, A SRA. NILDA TELES DA SILVA	HOMENAGENS - LOGRADOUROS	Não identificado	Não identificado	Não identificado
1737/2014	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 767/2001, QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA SOBRE A COBRANÇA DE TAXAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	GERAL	FINANÇAS	Econômico
1738/2014	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1267/2009, QUE "DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DO COMÉRCIO AMBULANTE, ATIVIDADES COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, EM CARÁTER TEMPORÁRIO OU SAZONAL, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MATINHOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	PRESTADORES DE SERVIÇOS	TRIBUTAÇÃO	Econômico
1739/2014	ALTERA O ARTIGO 92 DA LEI MUNICIPAL Nº 1209/2009 QUE "DISPÕE SOBRE O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO E SOBRE A ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	SERVIDORES	PREVIDÊNCIA	Econômico
1740/2014	DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO IPTU PARA O EXERCÍCIO DE 2015, ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1266/2009, PARA DISPOR SOBRE O LANÇAMENTO E COBRANÇA DO IPTU PARA O EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."	REGULAMENTAÇÃO FISCAL	GERAL	FINANÇAS	Econômico
1741/2014	INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - PREFIM 2015 E CONCEDE ANISTIA DE MULTAS E JUROS INCIDENTES SOBRE TRIBUTOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	REGULAMENTAÇÃO FISCAL	GERAL	FINANÇAS	Econômico
1742/2014	AUTORIZA O REPASSE DE CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA ANUAL À ADETUR - AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ, E DÁ OUTRS PROVIDENCIAS	REGULAMENTAÇÃO - NORMATIZAÇÃO	GERAL	ORDEM PÚBLICA	Econômico
1743/2014	INSTITUI PROGRAMA DE INCENTIVO TRIBUTÁRIO PARA EMPREENDIMOTOS HABITACIONAIS DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA - PMCMV - DE FAIXA DE RENDA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO - CRIAÇÃO	FAMÍLIAS - BAIXA RENDA	SOCIAIS	Social
1744/2014	DISPÕE SOBRE AS MULTAS APLICÁVEIS ÀS INFRAÇÕES DO CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE MATINHOS CONTIDAS NA LEI MUNICIPAL Nº 1070/2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".	REGULAMENTAÇÃO FISCAL	GERAL	URBANISMO	Espacial
1745/2014	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO VALOR DE R\$ 942.700,00 (NOVECENTOS E QUARENTA E DOIS MIL E SETECENTOS REAIS) NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS E ALTERAR NO PPA 2014/2017 E NA LDO 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	SUPLEMENTAÇÃO / ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Não identificado

1746/2014	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO VALOR DE R\$ 876.000,00 (OITOCENTOS E SETENTA E SEIS MIL REAIS) NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS E ALTERAR NO PPA 2014/2017 E NA LDO 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	SUPLEMENTAÇÃO / ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Não identificado
1747/2014	AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO VALOR DE R\$ 121.800,00 (CENTO E VINTE E UM MIL E OITOCENTOS REAIS) NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS E ALTERAR NO PPA 2014/2017 E NA LDO 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	SUPLEMENTAÇÃO / ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Não identificado
1748/2014	"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO VALOR DE R\$ 1.019.250,00 (UM MILHÃO DEZENOVE MIL DUZENTOS E CINQUENTA REAIS) NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS E ALTERAR NO PPA 2014/2017 E NA LDO 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."	SUPLEMENTAÇÃO / ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Não identificado
1749/2014	"DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO IPTU PARA O EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."	REGULAMENTAÇÃO FISCAL	GERAL	FINANÇAS	Econômico
1750/2014	"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO VALOR DE R\$ 750.000,00 (SETECENTOS E CINQUENTA MIL REAIS) NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS E ALTERAR NO PPA 2014/2017 E NA LDO 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"	SUPLEMENTAÇÃO / ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Não identificado
1751/2014	"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO VALOR DE R\$ 491.548,00 (QUATROCENTOS E NOVENTA E UM MIL QUINHENTOS E QUARENTA E OITO REAIS) NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS E ALTERAR NO PPA 2014/2017 E NA LDO 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"	SUPLEMENTAÇÃO / ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Não identificado
1752/2014	"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DENOMINAR UMA DAS VIAS OU LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MATINHOS DE EMÍLIO POSTAL"	HOMENAGENS - LOGRADOUROS	Não identificado	Não identificado	Não identificado
1753/2014	"CONCEDE REAJUSTE SALARIAL AOS SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	SERVIDORES	SERVIÇO PÚBLICO	Econômico

1754/2014	DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA Nº 1669 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013 EM SEUS ANEXOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	GERAL	ORDEM PÚBLICA	Econômico
1755/2014	"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA Nº 1720 DE 17 DE JULHO DE 2014 EM SEUS ANEXOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".	REGULAMENTAÇÃO FISCO-TRIBUTÁRIA	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Econômico
1756/2014	"DISPÕE SOBRE O ORÇAMENTO ANUAL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015, ESTIMANDO A RECEITA E FIXANDO AS DESPESAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (R\$ 126.656.834,96)	REGULAMENTAÇÃO FISCO-TRIBUTÁRIA	Não identificado	ADMINISTRATIVA	Econômico
1757/2014	"ALTERA OS ANEXOS III E IV DA LEI MUNICIPAL Nº 1288/2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".	REGULAMENTAÇÃO-ALTERAÇÃO	SERVIDORES	SERVIÇO PÚBLICO	Econômico